



**Universidade Católica do Salvador  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**

**Sandro Araújo de Souza**

**Identidade quilombola: O potencial para a conservação da Mata  
Atlântica na Comunidade de Cordoaria**

**Salvador  
2020**

**Sandro Araújo de Souza**

**Identidade quilombola: O potencial para a conservação da Mata Atlântica na comunidade de Cordoaria**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Planejamento Ambiental.

Área de Concentração: Planejamento, Conservação Ambiental e Manejo da Biodiversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar

**Salvador, 2020**

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S729 Souza, Sandro Araújo de

Identidade quilombola: o potencial para a conservação da Mata Atlântica na comunidade de Cordoaria / Sandro Araújo de Souza . – Salvador, 2020.  
122 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental.

1. Identidade 2. Quilombos e Quilombolas 3. Ruralidade 4. Conservação  
5. Mata Atlântica I. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 711.41(813.8)



Universidade Católica do Salvador  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

### Termo de Aprovação

Sandro Araújo de Souza

**Identidade quilombola: O potencial para a conservação da Mata Atlântica na comunidade de Cordoaria**

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Planejamento Ambiental.

Salvador, 23 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dra. Cristina Maria Macêdo de Azevedo – UCSal (Orientadora)

Prof.ª Dra. Débora Carol Luz da Purificação - UCSal (Examinadora Interna)

Prof. Dr. Júlio César Suzuki – USP (Examinador Externo)

**Aos meus pais (in memoriam),**

**Manuel Alexandre de Souza (Seu Neco Padeiro) e Isabel  
Batista Araújo de Souza (Dona Santa), pela dedicação e  
amor aos filhos. Gratidão, pelo constante incentivo e  
orientação aos meus estudos.**

## RESUMO

As comunidades remanescentes de quilombos podem ser definidas como grupos étnicos atributivos, cuja identidade, sinais e emblemas socialmente significativos são atribuídos pelos próprios sujeitos sociais. Para aplicação dos direitos constitucionais, a partir do art. 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a auto-atribuição de uma identidade básica costuma ser determinada por sua origem comum e formação no sistema escravocrata ou pós-escravidão, denominando indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, para conferir-lhes direitos territoriais e reinventar novas figuras do social. Na Comunidade Remanescente de Quilombola Cordoaria buscou-se identificar atributos dessa identidade básica relacionando-a com as atividades culturais e produtivas desenvolvidas no cotidiano dos seus sujeitos sociais, que possam apresentar potencial para a conservação do bioma de Mata Atlântica. Assim, questionou-se: a identidade étnica é mediação fundamental para conservação da Mata Atlântica nos vínculos estabelecidos entre o modo de vida rural e o urbano metropolitano na Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria? Tendo por referência, a imersão dessa comunidade rural na dinâmica da Região Metropolitana de Salvador com forte influência do urbano-industrial, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, através da coleta das narrativas de vida dos quilombolas quanto aos atributos de afirmação identitária e sua relação com o ambiente natural, que resultou numa narrativa relacional, articulando-se os aspectos materiais condizentes com as atividades tradicionais no cotidiano desses sujeitos sociais, como também os aspectos imateriais referentes às suas práticas culturais. Nesse caso, o objetivo geral da pesquisa foi relacionar atributos de identidade quilombola com atividades potenciais para conservação da Mata Atlântica, nos vínculos estabelecidos entre o modo de vida rural e urbano, na Comunidade de Cordoaria, a partir dos anos 1980 até os dias atuais. Para isso, a memória emerge com instrumento fundamental para reconstituir o modo de vida dos quilombolas, no tempo e no espaço. Utilizou-se o método da história oral na captura e descrição dos valores que os quilombolas revelaram nas suas práticas de sociabilidade e na sua relação com a natureza em que vivem. Para apreender e relacionar dialeticamente dois referenciais epistemologicamente implicados na narrativa (identidade quilombola e conservação da Mata Atlântica) foi necessário buscar subsídios na Etnoecologia, na História Social, como também realizar o mapeamento do uso da terra e interpretação dos dados através da análise de conteúdo. Nesse sentido, foram detectados elementos de organização comunitária para o enfrentamento dos problemas socioambientais locais, principalmente relacionados à manutenção de uma identidade étnicocultural, bem como à garantia de recursos básicos para a qualidade de vida (serviços de saneamento básico, educação, saúde, investimento e assistência às atividades rurais, gestão de recursos naturais). Concluiu-se que na Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria a ruralidade emerge associada à manutenção de uma identidade quilombola, com forte interação entre as tradições rurais e a modernidade urbana-industrial, por imersão na dinâmica metropolitana, na qual o modo de vida dos quilombolas conformam atributos potenciais para a conservação do bioma de Mata Atlântica.

Palavras-chave: Identidade; Quilombos e Quilombolas; Ruralidade; Conservação; Mata Atlântica.

## ABSTRACT

The remaining quilombo communities can be defined as attributable ethnic groups, whose socially significant identity, signs and emblems are attributed by the social subjects themselves. For the application of constitutional rights, from art. 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT), the self-attribution of a basic identity is usually determined by its common origin and training in the slave or post-slavery system, naming individuals, groups or populations in the current context, to confer them territorial rights and reinvent new social figures. In the Remaining Community of Quilombola Cordoaria, we sought to identify attributes of this basic identity, relating it to the cultural and productive activities developed in the daily lives of its social subjects, which may have potential for the conservation of the Atlantic Forest biome. Thus, it was questioned: is ethnic identity a fundamental mediation for the conservation of the Atlantic Forest in the links established between rural and urban metropolitan life in the Remaining Quilombola de Cordoaria Community? Having as reference, the immersion of this rural community in the dynamics of the Metropolitan Region of Salvador with a strong influence of the urban-industrial, a qualitative research was carried out, through the collection of the quilombolas' life narratives regarding the attributes of identity affirmation and their relationship with the natural environment, which resulted in a relational narrative, articulating the material aspects consistent with traditional activities in the daily lives of these social subjects, as well as the immaterial aspects related to their cultural practices. In this case, the general objective of the research was to relate attributes of quilombola identity with potential activities for the conservation of the Atlantic Forest, in the links established between the rural and urban way of life, in the Community of Cordoaria, from the 1980s to the present day. For this, memory emerges as a fundamental instrument to reconstruct the quilombola's way of life, in time and space. The oral history method was used to capture and describe the values that quilombolas revealed in their sociability practices and in their relationship with the nature in which they live. In order to apprehend and dialectically relate two epistemologically implicated references in the narrative (quilombola identity and conservation of the Atlantic Forest), it was necessary to seek subsidies in Ethnoecology, in Social History, as well as mapping the use of land and interpreting data through content analysis. In this sense, elements of community organization were detected to face local socio-environmental problems, mainly related to the maintenance of an ethno-cultural identity, as well as to the guarantee of basic resources for the quality of life (basic sanitation services, education, health, investment and assistance to rural activities, management of natural resources). It was concluded that in the Remaining Community of Quilombo da Cordoaria rurality emerges associated with the maintenance of a quilombola identity, with a strong interaction between rural traditions and urban-industrial modernity, by immersion in the metropolitan dynamics, in which the quilombola way of life form potential attributes for the conservation of the Atlantic Forest biome.

Keywords: Identity; Quilombos and Quilombolas; Rurality; Conservation; Atlantic forest.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Mapa - Localização da Comunidade de Cordoaria na RMS.
- Figura 2:** Imagem - Configuração Espacial do Povoado Rural de Cordoaria.
- Figura 3:** Foto - Principais espaços de representação comunitária do Quilombo Cordoaria.
- Figura 4:** Foto - Interlocutores da memória na Comunidade de Cordoaria.
- Figura 5:** Fotografia - Antigos equipamentos para beneficiamento da mandioca
- Figura 6:** Fotografia - Produção de beiju
- Figura 7:** Foto - O trabalho na roça
- Figura 8:** Foto - Atividades na Associação de Moradores da Cordoaria
- Figura 9:** Arte - Procedimentos para reconhecimento das terras quilombolas
- Figura 10:** Arte - Esquema do RTID
- Figura 11:** Fotografia - Elementos da Vida Cotidiana
- Figura 12:** Arte - Modelo Socioeconômico e Cultural de Comunidades Tradicionais.
- Figura 13:** Fotografia – Vegetação de Mata Atlântica
- Figura 14:** Fotografia - Estratégias Agrícolas Locais
- Figura 15:** Mapa Cordoaria - Uso e Ocupação da Terra.
- Figura 16:** Mapa Cordoaria - Proximidades
- Figura 17:** Fotografia - Ocupação do espaço habitado, no Quilombo de Cordoaria.
- Figura 18:** Fotografia - Diversidade do cultivo na Cordoaria.
- Figura 19:** Fotografia - Quintais cultivados na comunidade de Cordoaria.
- Figura 20:** Fotografia - Equipamentos de pesca utilizados na Cordoaria
- Figura 21:** Fotografia - Transformações materiais na comunidade de Cordoaria
- Figura 22:** Fotografia - Estrutura Produtiva no Quilombo de Cordoaria.
- Figura 23:** Fotografia - Transformações da paisagem nas proximidades da Cordoaria.
- Figura 24:** Fotografia - Impactos socioambientais no rio Joanes.
- Figura 25:** Fotografia - Defesa da principal via de acesso ao Quilombo de Cordoaria.
- Figura 26:** Fotografia - Valorização da cultura no Quilombo de Cordoaria.



## **LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS**

**Tabela 1:** Perfil quantitativo do uso da terra em Cordoaria, Camaçari, Bahia.

**Quadro 1:** Perfil de afirmação identitária rural quilombola na comunidade de Cordoaria.

**Gráfico 1:** Perfil socioeconômico dos entrevistados por ocupação principal.

**Quadro 2:** Dimensões, variáveis e determinantes indicativas de ruralidade e conservação ambiental para a Comunidade de Cordoaria.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

**APA - Área de Proteção Ambiental**

**CF- Constituição Federal**

**CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente**

**ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**

**FCP – Fundação Cultural Palmares**

**INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia**

**INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**

**INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

**MMA - Ministério do Meio Ambiente**

**PNPCT- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**

**PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

**RJMA - Regime Jurídico da Mata Atlântica**

**RMS – Região Metropolitana de Salvador**

**SETRE - Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia**

**SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

**UC- Unidade de Conservação**

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - A comunidade de Cordoaria</b> .....	20
1.1 Descrição da área de estudo.....	20
1.2 Os vínculos com o passado.....	24
1.3 Os aspectos materiais e simbólicos da identidade quilombola.....	30
<b>Capítulo 2 - A consciência da identidade no quilombo de Cordoaria</b> .....	36
2.1 O processo de reconhecimento e a certificação do quilombo.....	36
2.2 Pertencimento e territorialidade quilombola.....	44
2.3 Zoneamento ecológico-econômico no território quilombola.....	49
<b>Capítulo 3 - Dinâmica socioeconômica e ambiental do quilombo de Cordoaria</b> .....	55
3.1 O potencial para conservação da Mata Atlântica.....	55
3.2 A Ruralidade do Quilombo de Cordoaria.....	65
3.3 Transformações e continuidades na dinâmica socioambiental.....	76
<b>Considerações Finais</b> .....	88
<b>Referências</b> .....	92
<b>Apêndices</b> .....	101
Apêndice 1 - Guia Colaborativo para Rotinas de Imersão no Quilombo.....	101
<b>Anexos</b> .....	115
Anexo A - Parecer consubstanciado do CEP.....	115
Anexo B - Carta de apresentação do pesquisador à comunidade.....	118
Anexo C - Carta de aceitação da comunidade para execução da pesquisa.....	119
Anexo D - Termo de consentimento para a pesquisa voluntária.....	120
Anexo E - Roteiro semiestruturado de pesquisa.....	121

## **Introdução**

A Comunidade Remanescente Quilombola da Cordoaria foi analisada em suas interfaces de ruralidade metropolitana (ALENCAR, 2003; 2007; 2010) quanto aos aspectos culturais, socioeconômicos, políticos e ambientais, como universo e área da pesquisa para o presente trabalho. A pesquisa nasceu do desejo de entender como uma comunidade rural localizada na Região Metropolitana de Salvador – RMS, certificada como remanescente quilombola desde 2006, estaria desenvolvendo atividades produtivas que pudessem combinar a vida em ambiente metropolitano com forte expansão urbana industrial com práticas agroecológicas. Assim o projeto de pesquisa original teve como título – O Quilombo de Cordoaria: valorização das atividades agroecológicas para conservação da Mata Atlântica. Esse projeto foi submetido ao Conselho de Ética para a Pesquisa da UCSal, deliberado como aprovado em 17 de outubro de 2018, através do parecer consubstanciado do CEP, Nº 2.967.414. Contudo, após a imersão do pesquisador em campo e frente à realidade encontrada junto aos moradores, redirecionou-se a temática para a investigação da interação entre o rural e o urbano na referida comunidade. Assim, a memória e consciência identitária dos sujeitos pesquisados ganha ênfase nesse estudo, visando entender como suas histórias de vida relacionam-se com o ambiente natural, especificamente com o potencial da comunidade para a conservação do bioma de Mata Atlântica.

No cenário contemporâneo, verifica-se que grandes parcelas das florestas tropicais se encontram em avançado estágio de exploração predatória, com redução acelerada das áreas de ocorrência natural, sendo necessário o desenvolvimento de estudos de avaliação da sustentabilidade socioambiental, especialmente de espaços historicamente ocupados e reivindicados por grupos tradicionais em áreas de biomas florestados. Nessa perspectiva, definiu-se como problema central da pesquisa, a seguinte questão: Em que medida a identidade é mediação fundamental da conservação da Mata Atlântica nos vínculos estabelecidos entre o modo de vida rural e o urbano metropolitano na comunidade de Cordoaria? Para tanto, foi necessário uma avaliação no contexto da relação rural-urbana, tanto da afirmação e conservação das tradições e dos saberes quilombolas, quanto das alterações no seu modo de vida rural por modificações na natureza das atividades produtivas.

Através do presente trabalho, pretendeu-se reconhecer a comunidade remanescente de quilombo como detentora de conhecimentos para uso sustentável da água, do solo e da

biodiversidade. Assim, considerou-se que essa comunidade estimula a conciliação entre o desenvolvimento das suas atividades culturais e produtivas à exploração racional dos recursos naturais, com garantia da conservação socioambiental, bem como as alterações encontradas no cotidiano dos moradores decorrentes da sua imersão na dinâmica rural-urbana, na Região Metropolitana de Salvador. Nessa relação o espaço rural da comunidade quilombola vem sendo gradativamente subalternizado à expansão do modo de vida urbano industrial. Portanto, esta dissertação tem por objetivo geral: Relacionar atributos de identidade quilombola com atividades potenciais para conservação da Mata Atlântica, nos vínculos estabelecidos entre o modo de vida rural e o ambiente urbano, na comunidade de Cordoaria, a partir dos anos 1980 até os dias atuais.

No município de Camaçari, a riqueza natural e material é representada pela beleza do litoral associada à rica biodiversidade da Mata Atlântica. Além dos atributos da natureza, a Comunidade de Cordoaria tem representação como patrimônio ancestral e cultural para o município, assim como, para o território de identidade RMS (BAHIA/SEI, 2016). Nesse sentido, o rico patrimônio cultural pertencente a esse grupo social, condiz com a manutenção de atividades relacionadas ao modo tradicional de viver e reproduzir saberes ancestrais por seus moradores. Não obstante, as formas de manejar a terra, plantar, colher e preparar alimentos são associadas à conservação dos recursos naturais, de acordo com as cosmovisões próprias dos seus sujeitos sociais. Portanto, a Cordoaria é detentora de atributos naturais e um vasto patrimônio de bens materiais e imateriais, cuja dinâmica na relação entre o rural e o urbano, possibilita a sua análise como uma comunidade remanescente de quilombo.

Essas referências na ruralidade estão presentes nas manifestações materiais e simbólicas dos seus moradores, até os dias atuais. Contudo, desde os anos 1980, por influência de uma economia capitalista em expansão, houve declínio da produção de farinha na região, com alterações na natureza do trabalho e nas formas de produção local. Tais modificações socioeconômicas condizem com a localização da comunidade, na Região Metropolitana de Salvador - RMS, com proximidade e influência da dinâmica urbana e industrial sobre esse povoado rural. Nesse sentido, a retração da atividade agrícola, associada ao aumento da migração de trabalhadores locais para cidades próximas, com a perda do poder aquisitivo desses agricultores, passa a ser uma realidade para os quilombolas de Cordoaria.

As falas dos moradores da Cordoaria descortinaram os elementos étnicos e socioculturais referentes às trajetórias de vida, cujas expressividades dão visibilidade a identidade quilombola desses sujeitos sociais. Assim, narrativas do cotidiano configuram a relação desses quilombolas com a territorialidade rural, bem como, a organização coletiva na busca da reinvenção do ser quilombola. Nesse sentido, os depoimentos orais dos sujeitos são significativos, concedendo uma interpretação mais apurada, quanto aos processos complexos e específicos de construção da territorialidade e uma identidade rural quilombola. Conforme indicado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), a história de vida se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que ele considera significativos. De acordo com a referida autora, através da história oral se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar.

A comunidade de Cordoaria tem localização geográfica na Região Metropolitana de Salvador, apresentando condições específicas de afirmação identitária quilombola e de manutenção da tradição rural, pois seu cotidiano é mediado pela relação rural-urbana. Daí, emergirem sobreposições do urbano-metropolitano em relação ao rural. Nessa perspectiva, a manutenção da cultura local e a conservação dos seus recursos naturais, no bioma de Mata Atlântica, foram consideradas na mediação com o urbano metropolitano. Assim, os moradores da Comunidade Quilombola de Cordoaria são considerados, como os potenciais conhecedores das relações que permeiam a vida social, as formas de produção e de associação com a natureza. As suas memórias do passado tem papel fundamental para a pesquisa e reconstituição do histórico de luta e sobrevivência no quilombo. Como dito por Ecléa Bosi (2004) e Simone Rezende da Silva (2011), quando os sujeitos exercem sua função social de recordar ou refazer o passado, especialmente os indivíduos mais velhos do grupo, eles impulsionam o seu entorno social a agir no presente; são como os pilares em uma em construção.

A emergência de uma identidade remanescente de quilombo na comunidade de Cordoaria será investigada na perspectiva da história oral e memória social, permitindo um diálogo constante entre teorias e a realidade local. Nesse sentido a consciência de identidade será considerada fundamental para o autoreconhecimento e busca de visibilidade desses sujeitos sociais, no sentido da respeitabilidade de si mesmos, de seus valores e formas de verem e viverem no mundo. Ademais, o território tradicionalmente ocupado pela

comunidade coincide com área de remanescente da Mata Atlântica. Daí, os seus sujeitos sociais conviverem com os desafios referentes à problemática socioambiental quanto ao modo de vida na comunidade e sua relação com o atual estágio de conservação/degradação do Bioma Mata Atlântica. Nesse sentido, os quilombolas de Cordoaria foram considerados tanto na condição histórica de subalternidade e marginalidade, assim como outras comunidades negras-rurais do Brasil, quanto no desenvolvimento de práticas de uso comum da terra, condizentes com um processo ocupação da Mata Atlântica.

O bioma de Mata Atlântica originalmente ocupava cerca de 130 milhões de hectares no território brasileiro, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente - MMA; corresponde ao bioma de maior biodiversidade nacional e mundial, e ao mesmo tempo, é o mais ameaçado de supressão e extinção (BRASIL, 2011). Atualmente, restam aproximadamente 12,4% da área que foi originalmente recoberta por esta floresta. Seus remanescentes se encontram, em maior parte, pulverizados pelo território nacional. A Fundação SOS Mata Atlântica (2017) estima que apenas 7% desses remanescentes ainda estejam conservados, dos quais, quatro quintos estão localizados em propriedades privadas, e apenas 2%, ainda resistem dentro das unidades de conservação. Na maior parte destas áreas sobrevivem comunidades tradicionais; indígenas, quilombolas, camponeses, caiçaras e extrativistas, cujo conhecimento e dependência dos recursos da floresta é forte elemento para que seus ecossistemas se mantenham conservados (SILVA, 2013).

Segundo os dados divulgados pela Fundação SOS Mata Atlântica (2017), em Camaçari restam apenas 14,2% daquilo que foi a Mata Atlântica original do município, ou seja, dos 78.466 hectares que compõem a área total do município, apenas 11.141,06 hectares encontram-se recobertos por remanescentes deste bioma. Esses números são preocupantes pelo quantitativo de área desmatada no município entre os anos 2005 até 2017. Segundo a mesma instituição, nesse período, o maior índice de desmatamento, atingiu 145,38 ha no ano de 2008, com um decréscimo para 30,03 ha de área desmatada em 2013, voltando a crescer para 57,5 ha de desmatamento em 2017. Considerando este cenário a busca por alternativas capazes de frear esse estágio avançado de desmatamento no município torna-se fundamental. O Quilombo de Cordoaria, localizado na zona rural desse município, com aproximadamente 229,00 ha com remanescentes de Mata Atlântica, no perímetro do território ocupado tradicionalmente.

A comunidade de Cordoaria possui condições favoráveis aos projetos de desenvolvimento socioambiental e valorização etnocultural, dadas às formas de vida

desenvolvidas por seus moradores, que historicamente contribuíram para a conservação desse importante bioma. No presente estudo, a conservação da natureza será tratada de acordo com o referido por Diegues (2000), segundo o qual, as culturas e os saberes tradicionais na verdade são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos. Nesse sentido, consideramos conservação como o uso sustentável dos recursos da natureza que integre e garanta a melhor qualidade de vida às comunidades humanas, respeitando saberes tradicionais que contribuem para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas.

A comunidade de Cordoaria possui área com remanescente de floresta nativa, na APA dos rios Joanes-Ipitanga. Esse grupo social ainda consegue consorciar as atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural, com uso sustentável de recursos da mata, como a coleta da mangaba, licuri e dendê; extração de cascas, raízes, frutos e folhas medicinais, além da pesca artesanal nas águas do rio Joanes. Por tais motivos, é preciso observar o que diz A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC que define unidade de conservação em seu art. 2º - I. E dentre seus objetivos, art. 4º - XIII destaca-se: “Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000). Prevê como diretrizes no art. 5º - V, IX e X que: incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional (BRASIL, 2000).

Quanto à conservação, proteção, regeneração e a utilização da Mata Atlântica como patrimônio nacional, só contamos com uma normatização, a partir a Lei 11.428, sancionada em 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Traz uma consideração quanto à população tradicional – cap. I, art. 3º, II – como sendo: “população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental!” (BRASIL, 2006). Como interesse social, o cap. I, art. 3º, VII considera a atividade de manejo agroflorestal sustentável como: “Aquelas praticadas nas pequenas propriedades ou posse rural familiar que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área” (BRASIL, 2006).



Na comunidade de Cordoaria, as marcas de processos relacionados ao desenvolvimento desigual derivam no acirramento da problemática socioambiental, em nível local. Essa comunidade sofre os efeitos do fenômeno de expansão e especulação imobiliária, devido ao incremento no setor de turismo, com construção de hotéis, resorts e segunda residência na praia e no campo, no Litoral Norte da Bahia. Assim, a partir da década de 1970, o crescimento da industrialização no município de Camaçari associado ao incremento do setor de turismo no seu Litoral acarretou fortes interferências nos antigos povoados rurais, que incidiram sobre o modo de vida dos quilombolas. É preciso valorizar essas culturas tradicionais, no intuito de entender e avaliar como em sua dinâmica cotidiana, as cosmovisões dos quilombolas contribuem para conservação da Mata Atlântica, ao mesmo tempo em que sofrem influências e pressões da modernidade, com alterações em suas dinâmicas cotidianas. Por conseguinte, o desenvolvimento socioambiental requer a inclusão social pela valorização das características, anseios e modo de vida da comunidade, na qual o problema se assenta.

A Cordoaria foi selecionada para este estudo, fundamentalmente por três motivos: Primeiro, por ser uma comunidade rural tradicional inserida na Região Metropolitana de Salvador RMS. Segundo, por estar localizada a apenas 11,93 km da capital do estado, Salvador, com forte influência do urbano-industrial, caracterizada pela ruralidade metropolitana e, terceiro, por encontrar-se em ambiente de ocorrência do bioma de Mata Atlântica, na Área de Proteção Ambiental- APA dos rios Joanes-Ipitanga. Em alinhamento ao objetivo geral, fundamentação por pressupostos teóricos e para responder à pergunta norteadora da pesquisa, foram estabelecidos três objetivos específicos.

I - Identificar elementos de identidade rural quilombola no modo de vida dos moradores de Cordoaria, em suas práticas cotidianas.

II - Interpretar na dinâmica relação rural-urbana as principais transformações e continuidades sociais e ambientais na comunidade de Cordoaria.

III - Identificar elementos da identidade rural quilombola que contribuem para a conservação da Mata Atlântica.

Na pesquisa de cunho qualitativo foi realizado trabalho de campo com entrevistas, utilizando-se o ponto de saturação para determinar um total de 48 entrevistados; sendo que as entrevistas se valeram de roteiros semiestruturados, visando apreender os pares dialéticos

que gravitam entre mudanças nas formas de trabalho e afirmação da identidade quilombola, na comunidade. O método consiste em qualificar os níveis de tensões rurais-urbanas por meio de uma matriz de interação de Leopold (CARDOSO et al., 2018). Assim, procedeu-se pelo cruzamento das dimensões (demográficas, econômicas, culturais e ambientais) sobre um conjunto de variáveis e determinantes da realidade local, avaliados a partir da natureza (positiva ou negativa) e magnitude (baixa, média ou alta) dessas tensões. Como resultado, indica-se quais elementos relacionais em coexistência são indicadores de continuidade da ruralidade ou de alterações nas formas de trabalho, por influência da urbanidade. Discute-se os resultados descrevendo como a afirmação da identidade quilombola contribui para a conservação do ambiente de Mata Atlântica.

Para auxiliar nessa descrição da realidade socioambiental do Quilombo de Cordoaria, procedeu-se com levantamento de dados secundários e aplicação de técnicas de geotecnologias para mapeamento do uso e ocupação da terra na referida localidade, cujas análises dos resultados revelaram as condições de conservação do bioma de Mata Atlântica, em uma escala local. O levantamento de dados consistiu numa etapa de busca de um material bibliográfico e cartográfico, com referências de pesquisas com o uso da terra, dentre os quais se destacam (ANDERSON et al., 1979) e trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Vale mencionar que este trabalho baseia-se no sistema de classificação utilizando os tipos de uso na categoria de nível I (ANDERSON et al., 1979). O levantamento cartográfico refere-se à aquisição de bases planimétricas e imagens de satélites. Foi trabalhado com um recorte temporal nos anos de 2010 e 2017, no qual foram utilizadas as imagens de IKONOS (BAHIA/SEI, 2010) e Digital Globe (2017) proveniente do banco de dados da Esri.

A técnica de geotecnologia aplicada se deu por um melhoramento de resolução espacial (Fusão), tendo em vista que a resolução da imagem IKONOS na banda multiespectral é de 4 metros e 1 metro na pancromática. Posteriormente, realizou-se o mapeamento de uso e ocupação da terra, por meio de uma interpretação visual-manual, identificando cada tipo de uso, utilizou-se o programa ArcGis 10.1 com vetorização das suas unidades homogêneas. Como resultado, foi construído o mapa temporal de uso e ocupação da terra no Quilombo de Cordoaria, de acordo com o sistema de classificação de Anderson et al. (1979), foram categorizados seis tipos de uso: i) Terra urbana ou construída; ii) Pastagem; iii) Terra Agrícola; iv) Terra Florestal; v) Terra úmida; e, vi) Água.

Os registros cotidianos e regulares nas formas vivência e realidade dos sujeitos sociais investigados constituem as fontes primárias para investigação da pesquisa. Assim, em um primeiro momento, tais fontes foram obtidas por meio da inserção em campo do pesquisador para realizar observações empíricas e estabelecer os primeiros contatos através de conversas formais e informais com os moradores locais, realizar registros fotográficos e aplicar entrevistas. Nesse sentido, as fontes primárias são consideradas importantes para essa pesquisa, pois vem enfatizar aspectos subjetivos, culturais e singulares na vida pessoal, grupal e social dos indivíduos investigados (VASCONCELOS, 2002). Em um segundo momento, procedeu-se a organização das fontes secundárias por meio de pesquisa bibliográfica, no sentido de acompanhar os avanços epistemológicos nas diferentes abordagens teóricas, metodológicas e técnicas para o tema em estudo. Assim, encaminhou-se para a pesquisa de trabalhos atualizados e importantes, já publicados sobre o tema nas bases de dados do Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Portanto, as fontes secundárias contêm uma elaboração teórico-analítica, cuja captação e sistematização evitam a permanência da pesquisa no lugar comum, bem como o desperdício de recursos (VASCONCELOS, 2002).

No terceiro momento, procedeu-se ao tratamento dos dados para construção de uma narrativa relacional, com transcrição realística e atual de importantes relatos e acontecimentos referentes às percepções das vivências, captadas por meio de conversas informais e entrevistas com moradores locais. Todas as informações foram interpretadas por meio da metodologia da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, possibilitando a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. A análise de conteúdo realizada validou a afirmação da autora quanto à possibilidade de interpretação das mensagens transmitidas pelos interlocutores, e a compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Desse modo, foram destacados os saberes ambientais e as necessidades de ações socioambientais na comunidade de Cordoaria, tendo em vista a sua localização na Área de Proteção Ambiental (APA Joanes-Ipitanga) com ocorrência de Mata Atlântica, com relevância para a conservação da natureza, nos âmbitos local e regional. Nesse sentido, buscou-se evidenciar que junto à afirmação da identidade quilombola dos moradores de Cordoaria, o ambiente natural permanece conservado, apesar de serem verificados rearranjos nas formas de trabalho do grupo social, bem como, mudanças na vida cotidiana por influências da urbanidade

metropolitana.

Assim, o primeiro capítulo foi estruturado em torno das memórias referentes à história de formação e continuidade do Quilombo de Cordoaria, nas esferas da construção de uma identidade sociocultural diferenciada, cujo modo de vida está descrito no âmbito da afirmação de uma territorialidade própria das comunidades negras e rurais. No segundo capítulo, relacionou-se a cultura local e afirmação identitária dos quilombolas de Cordoaria com sua luta constante em torno da manutenção do território tradicionalmente ocupado, como elementos voltados à defesa da terra e das suas práticas tradicionais de manejo sustentável dos recursos naturais, bem como no acesso aos direitos que historicamente são negados a esse grupo social. O terceiro capítulo foi organizado no sentido da afirmação da identidade cultural dos moradores da Cordoaria, discutindo-se o potencial dessa identidade rural e quilombola, enquanto instrumento para a construção de alternativas voltadas à manutenção do equilíbrio ecológico local. Assim, analisou-se dentre as práticas desenvolvidas por seus moradores, aspectos referentes à manutenção e à situação de áreas utilizadas para as práticas agrícolas, alinhando-as aos impactos da proximidade e influência do urbano-metropolitano sobre as tradições e formas de trabalho na Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria.

Os dados levantados durante a pesquisa demonstraram que os quilombolas de Cordoaria buscam assegurar a continuidade das suas práticas tradicionais, junto à afirmação da identidade rural de sujeitos sociais na busca pela sustentabilidade socioambiental no uso da natureza como recursos naturais locais. Assim, as suas narrativas de vida foram associada ao mapeamento da área, revelando um elevado potencial para a conservação do bioma Mata Atlântica. Além disso, pesquisa na comunidade de Cordoaria revelou a existência de fortes atributos etnoculturais e socioambientais do seu território de trabalho e de vida. A realidade e dinâmica cotidiana apresentam potencialidades para o desenvolvimento de atividades de turismo etnoecológico, bem como de educação ambiental. Nesse sentido, o produto elaborado como resultado dessa pesquisa é um Guia Colaborativo para Rotinas de Imersão no Quilombo (Apêndice 1), no qual encontram-se mapeados e descritos os atributos culturais e ambientais da comunidade.

Na Cordoaria existe a possibilidade de contato com os agricultores locais, quanto às atividades de vivência numa roça tradicional voltadas à sensibilização quanto ao manejo sustentável do ecossistema, bem como à importância de valorizarmos os produtos da

agroecologia. A Cordoaria também apresenta potencial gastronômico que permite atividades na casa de farinha comunitária, com vivências voltadas para as técnicas de beneficiamento da mandioca e fabricação dos beijos e pratos típicos da comunidade. A paisagem de Cordoaria é uma rica fonte de atributos turísticos e educativos; uma visita à localidade permite conhecer a história do quilombo e desfrutar do contato com a natureza através de passeios em meio a Mata Atlântica onde é possível vivenciar a diversidade deste bioma, bem como, passear de canoa nas águas do rio Joanes e aprender sobre a importância histórica e ambiental desse manancial hídrico para Região Metropolitana de Salvador.

## **1. A Comunidade de Cordoaria**

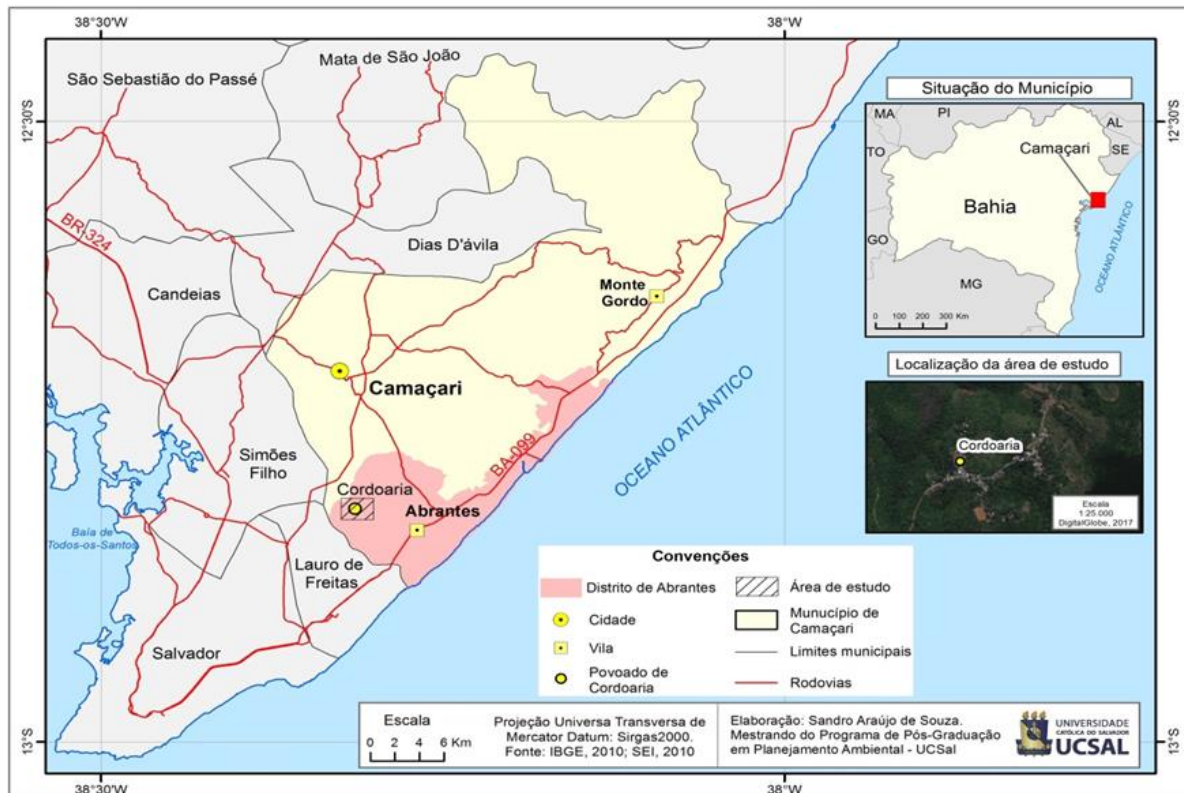
### **1.1 Descrição da Área de Estudo**

O município de Camaçari, no qual se localiza a comunidade remanescente quilombola de Cordoaria, apresenta intenso processo de urbanização e grande concentração de indústrias. A industrialização deste município concentra múltiplas atividades, tendo o setor petroquímico em evidência, acompanhando as rápidas transformações que desde o início da segunda metade do século XX incidem sobre a Região Metropolitana de Salvador. Conseqüentemente, com a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe, além da criação de importantes complexos industriais, como o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico Industrial de Camaçari (COPEC), formou-se um complexo mosaico urbano e industrial, modificando a economia do entorno de Salvador, desde os anos 1960 e 1970. Um processo intensificado pela chegada das indústrias de bens intermediários, centradas na produção petroquímica e metalúrgica (BAHIA/SEI, 2016).

A comunidade remanescente quilombola de Cordoaria ocupa um pequeno povoado rural, cuja população é composta por aproximadamente 1.000 habitantes, organizado em torno de 300 famílias (BAHIA/SETRE, 2017). Com localização entre as coordenadas geográficas de 12° 48' 30" a 12° 49' 00" latitude Sul e 38° 18' 30" a 38° 19' 30" de latitude Oeste, está inserida geograficamente na região Metropolitana de Salvador - RMS, no município de Camaçari, dentro dos limites da APA Joanes-Ipitanga (Figura 1). O Quilombo de Cordoaria foi certificado pela Fundação Cultural Palmares – FCP, através da Portaria N° 2, de 17 de janeiro de 2006. Livro 005, registro 437, folha 45. Atualmente a

comunidade está com um processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sob número 54160.003428/2011-61, atualizado pela última vez em 27.4.2017 (<http://cpisp.org.br/cordoaria/>) através do qual solicita o seu reconhecimento como quilombo, regularização fundiária do território quilombola e emissão da titulação das suas terras de uso comum.

**Figura 1** - Mapa de Localização da Comunidade de Cordoaria na RMS.



No município de Camaçari o ambiente natural é bastante suscetível às instabilidades do relevo escarpado e condicionado a ocorrência de chuvas constantes e elevada umidade relativa do ar (BAHIA/INEMA, 2002). Fenômenos típicos das áreas de ocorrência do Clima Tropical quente e úmido, sob a influência da massa proveniente do Oceano Atlântico. No município, ocorrem índices pluviométricos acima dos 2.000 mm, com chuvas mais intensas no período outono/inverno, temperatura média anual em torno dos 24,8°C., predomínio dos solos Argissolos Vermelho-Amarelos e dos Latossolos Amarelos, com vegetação composta por remanescentes de floresta ombrófila densa (BAHIA/SEI, 2016). Topograficamente, o território de Camaçari está inserido no domínio dos tabuleiros Pré-Litorâneos, cujo modelado é dissecado e rebaixado, onde a altitude média dos terrenos, chega a atingir os 45 metros (BAHIA/INEMA, 2002). Nesse domínio o relevo é bastante acidentado, formado por morros e colinas residuais com encostas íngremes entre fundo de

vales, drenados pela bacia do rio Joanes, nos quais se forma planície de terras úmidas (BAHIA/SEI, 2016). Condições naturais que são bem marcantes na paisagem no quilombo de Cordoaria.

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), assim como no município de Camaçari, adotou-se um projeto de modernização e crescimento econômico, condizente com propostas de desenvolvimento regional, cuja prioridade passou a ser indústria e as atividades urbanas. Destarte, a dinâmica socioespacial dos municípios da RMS experimenta uma série de transformações na estrutura produtiva, onde o urbano-industrial exerce forte pressão sobre o rural, subalternizando-o. Mediante o exposto, o rural, enquanto relação dos seres humanos com a diversidade natural na qual se encontra, fica invisível, sob as diretrizes das políticas públicas que, portanto, não o contemplam (ALENCAR, 2007). Essa é uma realidade que condiz com comunidade remanescente quilombola de Cordoaria.

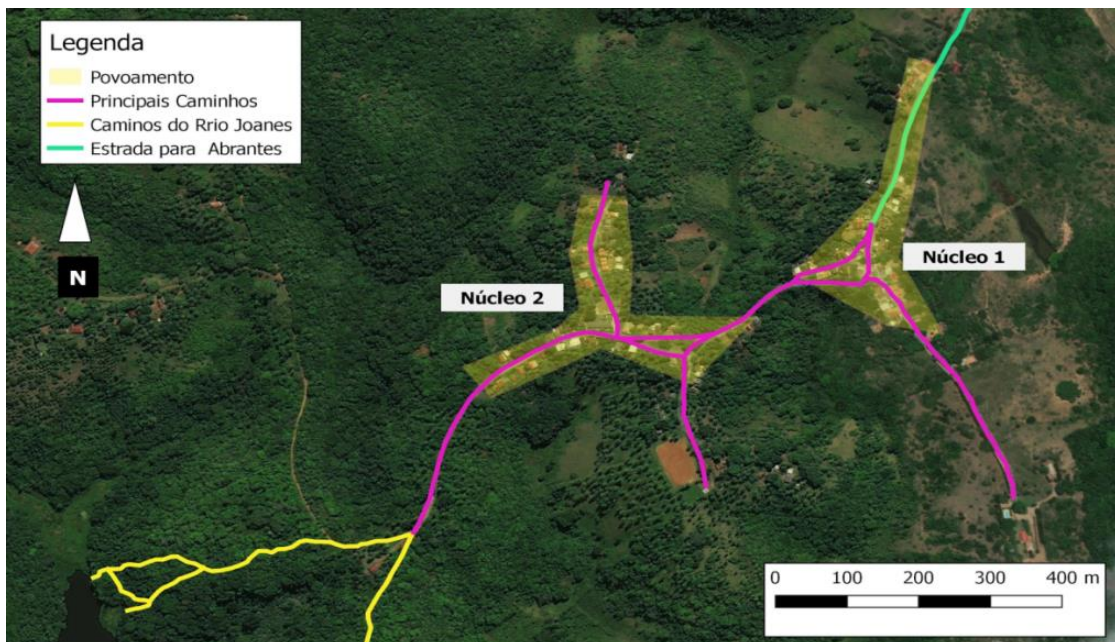
A ampliação da malha rodoviária é outro importante fator de transformação na dinâmica da RMS. Esse fenômeno, além de intensificar o escoamento da produção industrial da região, impulsionou mudanças no perfil socioeconômico de antigas áreas rurais atendidas ou localizadas próximas a essas rodovias. A Estrada do Coco/Linha Verde cresceu em importância graças ao perfil turístico associado ao Litoral Norte da Bahia e à oferta de serviços hoteleiros de grande porte. A construção da rodovia adveio da ampliação da área urbana de Salvador, sentido Litoral Norte do estado, construída no final da década de 1960, é considerada um vetor de desenvolvimento e expansão do setor turístico na Bahia. Seu funcionamento gera pressão populacional e imobiliária em todo o seu trajeto, com intensificação e expansão do fluxo de pessoas, mercadorias e construção de segunda residência, como casas de campo ou de praia, na região de Vila de Abrantes e adjacências.

O povoado de Cordoaria, imerso na dinâmica rural-urbana da Região Metropolitana de Salvador, distante apenas seis km da Estrada do Coco, é impactado por esse incremento na dinâmica de comunicação com os espaços urbanos de Abrantes, Lauro de Freitas, Camaçari e Salvador. Daí, a comunidade apresentar novos arranjos socioespaciais e reorientação das atividades cotidianas dos seus moradores. Em relação ao Quilombo de Cordoaria, a proximidade geográfica com a Via Parafuso e a Estrada do Coco facilitou a comunicação da comunidade com áreas externas ao quilombo, com atratividade de trabalhadores para atividades não agrícolas que favorece a migração campo-cidade. Através da rodovia estadual BA-535, conhecida como Via Parafuso, interligam-se as unidades

fabris de Simões Filho, Camaçari e Dias D'Ávila com a BR-324, além de comunicar com o Litoral Norte e o Aeroporto Internacional de Salvador (BAHIA/SEI, 2016). Já a BA-099 está dividida em dois trechos, Estrada do Coco e Linha Verde, que se estende do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, até o distrito de Mangue Seco, município de Jandaíra, na divisa entre Bahia e Sergipe (BAHIA/SEI, 2016).

O principal acesso à comunidade remanescente quilombola de Cordoaria é feito por seis quilômetros de uma estrada pavimentada até a BA 099, Estrada do Coco, conectando Cordoaria até sede distrito, em Vila de Abrantes, com o qual a comunidade mantém estreitas relações socioeconômicas. Em Cordoaria, os limites territoriais da comunidade remanescente quilombola de Cordoaria ainda não estão definidos cartograficamente. As dimensões físicas da área ocupada condizem com os critérios estabelecidos pelos próprios moradores. Para tanto, prevalecem as determinantes de ordem natural ou das relações sociais que deixam suas marcas no espaço, o que está em consonância com a definição da territorialidade como identidade e sentimento de pertencimento ao lugar, base da construção do território (SAQUET, 2007).

**Figura 2** - Configuração espacial do povoado rural de Cordoaria.



**Elaboração:** Souza, 2019. **Fonte:** Image@2019MaxarTechnologies@2019Google. 11/09/2019. 12°48'51.3" S; 38°18'58.0" W.

A configuração espacial do povoado (Figura 2) é constituída por um agrupamento de residências, ordenado em alguns locais com casas isoladas uma das outras e noutros pontos, agrupadas por limites e laços de pertencimento familiar em um mesmo terreno. As



construções constituem dois núcleos bem definidos de povoamento, o primeiro representa um conjunto de casas em torno a uma pequena praça, próximo ao primeiro chafariz para abastecimento público de água. O segundo núcleo assenta-se ao longo do trecho onde se encontram os principais espaços de representação comunitária, que abrange a Igreja Nossa Senhora de Cordoaria, Associação de Moradores, a Escola Municipal, a Casa de Farinha Comunitária, além de três templos religiosos de Igrejas Evangélicas (Figura 3).

**Figura 3** – Praça do primeiro núcleo de povoamento e principais espaços de representação comunitária, no Quilombo Cordoaria.



**Fonte:** Pesquisa de Campo 2018.

## 1.2 Os vínculos com o passado

Comunidades remanescentes de quilombos se constituíram a partir de processos que incluem além do binômio fuga e resistência de escravos, uma variedade de outras situações. Para Schmitt; Turatti e Carvalho (2002), na formação dos quilombos existiram as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado. Segundo as referidas autoras, quilombos também foram formados pela simples permanência de escravos ou ex-escravos, nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Portanto, a consciência de pertencimento está

orientada para o passado, no qual a história de vida conforma com a criação ou recriação da própria identidade quilombola.

O problema da identidade reside nas diferentes noções que essa categoria carrega. Para Queiroz (1989) as noções identidade cultural, sejam conscientemente construída (como nas teorias dos cientistas sociais), seja inconscientemente construídas (como no interior dos grupos étnicos), são sempre armas de defesa contra perigos que ameaçam coletividades e suas maneiras de ser. Nesse aspecto, os vínculos com o passado da comunidade expressam a força para a formação da sua identidade. Pois, como dito por Bosi (2004) as lembranças do passado podem aparecer como um tônico ou uma letargia, na memória de cada sujeito, dentro do grupo social. Nesse aspecto, os relatos coletados entre os moradores da Cordoaria refletem seu cotidiano de vida e de trabalho, que os impulsionam para enfrentarem os desafios do presente, com perspectivas de um futuro melhor.

Queiroz (1988) define história de vida como relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os conhecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Assim, concordo com a referida autora, no contato e coleta de depoimentos entre os moradores da comunidade quilombola de Cordoaria. Pois, sua narrativa é carregada de eventos e personagens reais, além do imaginário e as representações da comunidade sobre o seu próprio passado. Trata-se de sua história de vida. Nesse caso, foram os próprios depoentes que definiram quem e quais acontecimentos devem da sua história participar, seja da sua vivência real, ou daquilo que foi construído imaginariamente. Nesse caso, comungo com as ideias de Bosi (1987), quando ela reconhece que as lembranças evocadas e transmitidas por um sujeito estão presas à sua trajetória de vida, permitindo-lhe oferecer um testemunho das transformações ocorridas ao seu redor e, ao mesmo tempo, produzir uma análise das mudanças por ele percebidas.

A Cordoaria é uma Comunidade Remanescente de Quilombo, formada por negros libertos que ocuparam e administraram terras doadas ou adquiridas de particulares, pelo pagamento de serviços prestados. Apesar da inexistência de registros históricos sobre uma data exata da origem do povoado, relatos orais dos moradores mais antigos indicam para uma ocupação iniciada entre o final do século XIX para início do século XX. Segundo Borges (2005), o povoamento iniciou-se no início dos anos 1900, com a chegada das primeiras famílias, os Reis e os Santana, supostos trabalhadores da lavoura canavieira, que receberam a permissão dos antigos proprietários para exploração e usufruto da terra. Sobre

a origem da comunidade, Dona Lúcia de Jesus Santos relatou que: *“aqui chegaram primeiro duas famílias que eram trabalhadores do engenho de cana, ficava ali em baixo perto do rio, era o engenho de Gregório, diz os mais velhos, né! (...) os Reis e os dos Santana foram os primeiros moradores que receberam a terra do antigo engenho para morar e plantar aqui...”* (Entrevista, 26/03/2019).

A Cordoaria possui uma trajetória histórica e socioespacial cujas referências mais remotas dos moradores estão ligadas a existência de dois engenhos na localidade em meados do século XVIII. De acordo com Borges (2005), os ex-escravos oriundos da decadência e fechamento desses engenhos, mais tarde, entre o final do século XIX e início do século XX, constituíram as primeiras moradias que deram origem a comunidade. Assim, a Cordoaria é uma comunidade negra rural, cujos resquícios identitários referem-se a mais de 200 anos de história. A construção do território ancestral, nesse caso, mantém relação direta com a formação de uma identidade étnica e cultural. Isso perpassa, segundo Malcher (2009), pelo histórico de permanência desses sujeitos sociais na terra e a autodeclaração como negra e rural, fatores que lhe concede o direito a aplicabilidade do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, no reconhecimento e titulação como Comunidade Remanescente de Quilombo.

Para Simone Rezende da Silva (2011), a recriação dessas histórias narradas e recuperadas na bibliografia e em campo remete às relações identitárias com o território, para as quais a consciência de lugar é informada pela memória reelaborada. Esses elementos de pertença orientados para o passado, mantidos vivos através da memória coletiva, determinam uma origem comum, cujos critérios podem ser lendários e míticos, e fundamentam a identidade étnica do grupo (O'DWYER, 2002). Pois, a memória como fenômeno social e instrumento para reconstituir o modo de vida das comunidades negras rurais é importante para analisar esses fenômenos no tempo e no espaço (SUZUKI; FREITAS; SOUZA, 2010). Assim, a memória desvendada através das falas dos sujeitos, na comunidade de Cordoaria revelou muito dos seus elementos étnicos e territoriais, que dão visibilidade a sua identidade rural/quilombola. Como revelado pelo morador mais antigo (Sr. Firmino Francisco de Matos, 107 anos):

“Eu conheci dois engenhos, rodava com a força de bois. Lá fazia mel e rapadura. O Engenho da Muganga era de seu Gregório, que ficava aqui em cima, e o Engenho da Fazenda Ilha, o verdadeiro dono foi seu Miguel, pai de Raimundo, depois que seu Miguel morreu ficou pra seu Raimundo, Mundinho. Com a morte dos donos, os seus não souberam dar andamento e tudo foi acabando.”

Ainda segundo os relatos de Sr. Firmino, os primórdios da comunidade remetem a uma condição de ruralidade tradicional, no que diz respeito à:

“A gente sempre plantou mandioca e fazia muita farinha. Para vender ia de pé e levava a carga no lombo do animal. Saia sete horas da noite para o porto de Berto, lá da beira do rio, onde tinha uma cachoeira, tinha de seguir a pé até outro porto, mais abaixo do porto de Berto. Lá onde gente botava a carga no barco para atravessar o rio Joanes até o outro lado, onde é o Barro Duro. Daí seguia de pé até o lugar chamado Alegre, perto de onde fica a Ceasa e pegava a antiga estrada das boiadas (estrada que vinha de Feira de Santana). Andava sete léguas, chegava lá no outro dia, de madrugada para vender na feira do Curtume e de São Joaquim, em Salvador”. (Entrevista, 26/03/2019).

Nota-se que essa memória orientada para um tempo passado conforma com a consciência de uma identidade territorial, principalmente quanto uma situação de distanciamento e dificuldade de comunicação com outras localidades. Como afirma Ecléa Bosi (2004), a memória permite a relação do presente com o passado, exerce uma função decisiva na existência dos sujeitos sociais, como também, interfere no curso atual das representações materiais e simbólicas. De acordo com Simone Rezende Silva (2011), o fenômeno da memória em si, pode ser entendido como a capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso das funções psíquicas, cerebrais e cognitivas. Para essa mesma autora, a memória é mais que vivência armazenada de um indivíduo, ela faz parte de um contexto social. O que guardamos ou excluímos depende de nossas experiências sociais e coletivas. Entendo, portanto, que a memória enquanto fenômeno subjetivo pode emergir de modo diferenciado, de acordo à situação experimentada ou à nossa percepção de vida naquele momento.

Como dito por Bosi (2004), a memória é um aprendizado para um tempo futuro, alcança grande importância para os mais velhos do grupo social, imprimindo-lhes outra vez o gosto pela vida. Nesse caso, segundo Suzuki; Freitas e Souza (2010), o resgate dessa memória permite articular não apenas os aspectos ligados à reprodução material através das antigas práticas dos sujeitos, mas, também, imateriais que revelam suas práticas culturais, de sociabilidade e de solidariedade. Nesse sentido da memória como função social, o modo de vida tradicional dos quilombolas de Cordoaria se revela a partir das narrativas dos moradores mais antigos (figura 4), pois a interlocução com esses sujeitos revelou-se de fundamental importância para analisar a atual situação da comunidade.

**Figura 4** – Interlocutores da memória na Comunidade de Cordoaria.



À esquerda, Sr. Firmino Francisco de Matos (107, anos); à esquerda Sra. Cândida Souza (72 anos). **Fonte:** Pesquisa de Campo 2018.

Assim, em relação à origem do nome Cordoaria, são percebidas expressões de memória que condizem com esse fenômeno subjetivo da construção da territorialidade e afirmação de uma identidade rural/quilombola. Como expresso nas palavras de Dona Francisca dos Santos:

“O nome de Cordoaria vem das cordas de sibira que agente trançava com a palha do licuri, para fazer as amarras dos animais, as amarrações nas sacas de farinha, amarrar as coisas que tirava da roça para levar para feira, também fazia cesta, abanos, esteiras, vassouras e chapéus com a palha da sibira...” (Entrevista, 28/03/2019).

Quanto a essa possível origem para o nome Cordoaria, uma descrição bem próxima também foi encontrada na literatura:

Na região, a abundante ocorrência de ouricuri (*Syagrus coronata*) disponibilizava matéria-prima, que era utilizada pelas mulheres para tecerem cordas a partir da fibra deste vegetal, as quais denominavam ‘sibira’. Provavelmente, a origem do nome da localidade ‘Cordoaria’, advém desse fato. (BORGES, 2005, p. 42).

É importante registrar que a palavra ‘cordoaria’ significa local onde se produziam cordas. Esse tema aparece no Tratado Descritivo do Brasil de 1587, analisado por Gabriel Soares de Souza em 1879, sobre o qual Copque (2019) traçou a seguinte analogia para a provável origem do nome Cordoaria: Já no século XVI, grupos indígenas da Bahia produziam amarras e todo tipo de cordas, usando as fibras de árvores da mutamba (famílias Malvaceae e Guazuma). Segundo o referido descritivo, essas árvores produzem fibras que se abrem facilmente com as mãos, em fios muitos compridos, batizadas pelos indígenas com o nome de embira ou ibira. Com base nessas informações, pressupõe-se que sibira é uma variante linguística da palavra embira, usada pelos moradores de Cordoaria para denominar os trançados de ouricuri que dá nome à comunidade.

Na Cordoaria a origem da comunidade é compartilhada dos mais velhos para os mais novos do grupo através da oralidade e que são marcadas por transformações e permanências sociais, políticas e territoriais. Para Malcher (2009), essas experiências representam conexões, ligações, no espaço e no tempo associadas à busca por uma reinvenção da própria identidade quilombola. Nessa perspectiva, segundo Schmitt; Turatti; Carvalho (2002), a identidade étnica e cultural dos sujeitos sociais condiz tanto com a antiguidade da ocupação da sua terra, como com práticas de resistência e reprodução de seus modos de vida num determinado lugar. Esse processo de ocupação e resistência em torno da terra impõe a construção de identidades étnicas, políticas e culturais, que poderão entrar em conflito com as territorialidades e identidades estabelecidas e permanecem dominantes no tempo e no espaço (SILVA, 2011).

Em comunidades negras rurais, os sujeitos sociais definem suas trajetórias de vida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade em comum (O'DWYER, 2002). Neste processo que é fruto das ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz um território de maneira intimamente imbricada (MALCHER, 2009). Daí, o passado ressurgiu na memória, não com toda a fidedignidade do fenômeno ocorrido, mas como um acontecimento reelaborado que ressignifica as experiências vivenciadas no tempo e espaço presente (SUZUKI; FREITAS; SOUZA, 2010). Assim, na investigação sobre o processo de tomada de consciência da identidade rural quilombola, entre os moradores de Cordoaria, percebeu-se a existência de uma frágil divisão entre o fato histórico e o relato mítico que delineia, a todo tempo, o resgate da trajetória de vida de seus moradores.

Na Cordoaria existe uma origem em comum referente à consciência de uma identidade étnica e cultural, cujas referências históricas aparecem através no relato de Dona Cândida Souza, 72 anos, antiga parteira da comunidade:

“Segundo contavam os mais velhos que eu, aqui no princípio só existiam três casas construídas barro e cobertas de palhas. No passado todo mundo vivia de roça da mandioca. Tinha o candomblé de Dona Gertudes funcionava no barracão onde também se cultuava Nossa Senhora de Santana, com um grande Caruru, todos os anos. Tinha a festa de Reis. O samba de roda está na raiz do povo da Cordoaria. Nas festas de Reis o samba era feito com quatro cinco violas, quatro cinco pandeiros, nós amanhecia o dia sambando”. (Entrevista, 27/03/2019).

As relações entre o território e parentesco tem grande importância na afirmação da identidade quilombola. Pois, quando os indivíduos estão estruturados a partir de sua

pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior, parentesco e território, juntos, constituem identidade (SCHMITT; TURATI; CARVALHO, 2002). Nesse sentido, os próprios sujeitos sociais colocam os critérios de autoidentificação e mapeamento situacional das suas fronteiras étnicas, ante outros segmentos da sociedade nacional (O'DWYER, 2002). A consciência de identidade político-cultural é recorrente, ela emerge sempre que determinado grupo põe-se em movimento para reivindicar o que lhe é essencial, no caso das comunidades quilombolas, a terra (SILVA, 2011). Assim, na comunidade na Cordoaria os antigos modos de se relacionar com a natureza, através do uso da terra, conferem-lhe aspectos de uma identidade étnica e cultural diferenciada, cujas referências materiais e simbólicas emergem a todo tempo, através da memória dos seus moradores, no processo autoreconhecimento como remanescentes de quilombolas.

### **1.3 Os aspectos materiais e simbólicos da identidade quilombola**

Segundo Suzuki, Freitas e Souza, (2010), as narrativas orais dos sujeitos sociais contribuem para a reconstrução das suas reminiscências sociohistóricas, bem como, dos substratos que originaram as sociabilidades e práticas sociais particulares. Na Cordoaria, isso se traduz através da manutenção das relações de respeito ao parentesco ancestral, como elemento de pertencimento ao lugar de origem, que mantém viva a consciência de identidade e a memória coletiva dessa comunidade. Nesse sentido, Dona Esteva Santos revela que:

“Aqui quase todos nós somos aparentados. Seu Damásio, Seu Laureano, Seu Manuel e Dona Gertrudes (mãe de Santo) eram os mais velhos respeitados da comunidade. Aqui onde tem essas primeiras casas no pé da ladeira, só tinham duas casas, a de Seu Manuel e a de Seu Ruxinho. Vinha ter a outra casa descendo, a de Hilário, depois a de Antônio Peba, só ia ter casa pra lá (rua de baixo). Laureano morava onde tem o colégio, ali não tinha aquele beco, e Dona Gertrudes morava ali onde tem a igreja católica hoje (local onde tinha um terreiro de candomblé). Quando os seus foram crescendo e casando, formaram famílias e construíram outras casas (...) assim o lugar foi crescendo mais”. (Entrevista, 28/03/2019).

A definição de um lugar de origem em comum é mecanismo importante de identidade, para manter a união entre os membros de um grupo. Segundo Munanga (1996), quando os sujeitos sociais acionam os aspectos de sua cultura contrapondo-se ao alheio, as diferenças tendem a diminuir no seio de uma comunidade e as semelhanças se tornam mais importantes. Esse sentimento de pertença a um grupo e uma terra é forma da expressão da

identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam (SCHMITT; TURATI; CARVALHO, 2002). Por isso, nas comunidades remanescentes de quilombos, as relações socialmente significativas são registradas no tempo e no espaço, nascem de saberes e conhecimentos que são compartilhados pela memória individual e coletiva do grupo (MALCHER, 2009). Desta forma, é interessante analisar a memória de indivíduos enquanto parte de grupos sociais, pois:

Através da reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado a partir do presente, contudo, como essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pode ser utilizada para pensar uma questão tão atual quanto das populações quilombolas. (SILVA, 2011, p. 11).

Na Cordoaria, os laços com o passado estão sempre relacionados com um histórico do domínio no plantio de mandioca e fabricação da farinha e seus derivados. De acordo com o relato dos seus moradores, até a década de 1980, a comunidade manteve seu sustento praticamente através dessa atividade produtiva (Figura 5). A forte dependência da comunidade com o uso dos recursos naturais renováveis e as vinculações para mais ou para menos limitadas pelas tecnologias, ordenou o sistema de produção da comunidade para uma economia de subsistência. Assim, a sua identidade negra rural foi construída num processo de dependência e integração à natureza, cujas formas apropriadas de manejo garantiram a sobrevivência e sustentabilidade do grupo social.

**Figura 5** – Antigos equipamentos para beneficiamento da mandioca



À esquerda: cevadeira (tipo de moinho artesanal, para triturar a raiz da mandioca); à esquerda, prensa manual (onde a raiz já triturada passa por um processo de pressão para extrair a massa). **Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.

Os episódios referidos a fatos que tem um lugar na vida desse grupo social, como o antigo método de cultivar e processar a raiz da mandioca, aportados na memória coletiva dos moradores da Cordoaria, constituem lembranças que dão base para definir a sua cultura



e identidade. Nessa perspectiva, Simone Rezende da Silva (2011), diz que o contexto social e cultural é de extrema importância. Para a referida autora, a reconstrução de um fato dependerá de como o recordador insere-se em um meio social, com o qual tem uma identidade a qual se constituía a memória coletiva do grupo. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Assim, na Cordoaria, a memória individual e coletiva remete sempre para os fatos relacionados ao trabalho com a mandioca, seja quanto ao plantio ou ao beneficiamento do produto.

“O trabalho era pesado, começava bem cedinho, cinco seis horas da manhã, agente ia para a roça arrancar a mandioca... depois da arrancada jogava nos cassuás (cesto feito de cipó), botava no lombo do animal e trazia para o terreiro da casa... daí, todo mundo da casa labutava, primeiro tinha de botar na água para amolecer as cascas e depois descascar tudo, raspar e levar para casa de farinha”. (Dona Francisca Nunes dos Santos. Entrevista, 26 de março de 2018).

“Na casa de farinha, era tudo na força do braço... trabalho pesado. Ralar as raízes e prensar para fazer a massa. Usava um ralador e a prensa antiga de madeira. Botava a raízes raladas numa caixa da prensa, cobria com folha de licuri e apertava na prensa por uma noite toda... tinha de apertar a prensa de tempo em tempo, até que saísse toda a água”. (Dona Esteva dos Santos, Entrevista, 26 de março de 2018).

Na Cordoaria, esse passado orientado para trabalho na agricultura remete para o domínio de atividade praticada em baixa escala, com participação de todos os membros da família, visando o autoconsumo da própria unidade familiar. Nesse processo, a consciência de sua identidade negra e rural aprofunda-se através das lembranças das rotinas de trabalho na roça e na casa de farinha, cujas tarefas estão imbricadas com os processos de socialização. Assim o mundo do trabalho está a todo tempo interconectado ao mundo das músicas, danças, festas, crenças, costumes, mitos e ritos que são próprios e diferenciais nesse grupo social. Portanto, a ligação com a terra tem grande importância na constituição da identidade étnica-político-cultural para os moradores. Nesse sentido, Simone Rezende Silva diz:

No caso das comunidades quilombolas, a terra tem sentido amplo, englobando a terra necessária para reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, na qual a memória encontra lugar privilegiado, morada de mitos e lendas, fonte de beleza, inspiração e do sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho. (SILVA, 2011. p. 6-7).

A identidade étnica comunitária diferencial, na Cordoaria, assim como em outras comunidades negras rurais do Brasil existe culturalmente e é comprovada historicamente

pela resistência da cultura negra e rural dos seus moradores. Nesse sentido, Munanga (1996) diz que a questão não é construí-la senão estaríamos em contradição com a própria história cultural do negro no país. Para esse autor, a questão é lançar mão dessa identidade cultural, no sentido de tomar consciência de sua condição de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade. Nesse sentido, a memória tem papel fundamental, pois quando os sujeitos exercem a sua função social de recordarem, ou refazerem o passado, eles impulsionam o seu entorno social a agir no presente, impondo novos conceitos sobre determinadas situações (SILVA, 2011). Assim, em sua trajetória histórica, os moradores de Cordoaria criaram estratégias a fim de perpetuarem sua descendência na terra, frente a fenômenos adversos, cuja consciência do grupo social condiz com a afirmação de uma identidade quilombola, naquilo que se refere:

A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1996. p. 17).

As relações sociais e familiares situadas na memória das interlocutoras também dão suporte a essa identidade diferenciada. No passado, as mulheres participavam mais ativamente do trabalho na roça: preparavam a terra, cultivavam as plantações e faziam a colheita dos produtos. Além disso, essas mulheres também relatam que as tarefas da roça eram realizadas em conjunção com o trabalho dentro de casa, com beneficiamento dos gêneros agrícolas, principalmente produção da farinha de mandioca e preparo dos beijus, além da comercialização dos produtos nas feiras livres. Isso indica para um tempo anterior, até aproximadamente os anos 1980, no qual a divisão do trabalho por sexo foi bem mais forte no seio da comunidade.

Os membros mais velhos da comunidade de Cordoaria expressam a consciência de passado, no qual havia maior divisão do trabalho por sexo (figuras 6 e 7), realizado quase exclusivamente na roça e complementado pela pesca e caça. No depoimento das mulheres ficou claro que apesar de realizar dupla jornada de trabalho, suas atividades eram consideradas, no passado como tarefas de “apoio ou complemento ao trabalho do homem”. Ao qual caberia chefiar e gerenciar a unidade e a renda familiar. Muitas dessas relações sofreram alterações ao longo das últimas décadas e mesclaram-se aos padrões sociais mais modernos. Apesar do exposto, é preciso entender que tais relações familiares foram

definidas no contexto de uma cultura e de um tempo próprio dessa comunidade, não cabendo, neste estudo, um aprofundamento nesses fatos.

**Figura 6** – Produção de Beiju



A produção beijus é considerada uma atividade exclusiva das mulheres, passada de mãe para filha, num processo de tradição que atravessa as gerações, sendo realizada até os dias atuais por muitas moradoras. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2018.

**Figura 7** – O trabalho na roça



À esquerda, roça de mandioca do Sr. André Santana (in memorian). À direita, roça de batata doce do Sr. Dadu. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2018.

No passado da comunidade foi relatado que as tarefas exigentes de maior força física, como derrubada de matas, preparo dos terrenos, plantio e colheita eram atividades dos homens. Perante essa divisão de papéis, as memórias remetem para duas funções básicas entre as mulheres e os homens, diferenciadas como o “dentro” e o “fora”. O primeiro indica funções exclusivamente femininas, ou seja, as tarefas mais próximas e dentro da casa, como o preparo as refeições, o cuidado com os filhos, a coleta de lenha, frutas e fibras, o trato com a horta e cuidado com as plantas medicinais, além da comercialização dos produtos oriundos da roça. O segundo indica para o trabalho na roça, no rio, na caça, as reuniões com os amigos no bar, nas rodas de conversas e jogos, como atividades do universo masculino. Assim, o histórico de divisão dos papéis entre o feminino e o masculino, em complementaridade com outras situações, estreitaram os laços familiares e de solidariedade na comunidade de Cordoaria.

No contexto da divisão de tarefas, enquanto práticas de sociabilidade que permearam as relações dentro da comunidade, os membros mais velhos da comunidade revelaram que desde criança eram inseridos no trabalho da roça. O trabalho da criança era considerado como de cooperação simples nas tarefas de roçagem do terreno, plantio, colheita e na venda dos produtos. Como descrito por Suzuki; Freitas e Souza (2010), esse envolvimento desde cedo no trabalho da roça são mecanismos de iniciação e preparo da criança, a fim de garantir a continuidade daquela forma de se relacionar com a natureza, além de manter a reprodução material e simbólica do grupo. Como revela Angélica Santana, tradicional produtora de beijus da comunidade:

“Trabalho nessa atividade de fazer beijus desde criança. Nasci e me criei aqui na roça... desde os oito anos, pelo que me lembre, já ajudava meu pai e minha mãe, na lida da roça, tratar a mandioca, fazer beiju... também ajudava a levar os beijus e vender na feira. Aprendi fazer beiju com minha mãe e faço isso até hoje. Tenho muito orgulho do meu trabalho.” (Entrevista em 06 de outubro de 2019).

Na Cordoaria, os vínculos com o passado deram manutenção a sua trajetória de tradições étnico-culturais e constituíram-se em elementos que permitem, na atualidade, o seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo. De acordo com Munanga (2005), no contexto da identidade e modo de vida, para entender essas relações sociais passadas que se fundem ao presente da comunidade é preciso fazer o exercício de:

Reconhecer a alteridade do outro, concordando ao mesmo tempo sem reserva que ele partilha conosco, inteiramente, essa identidade específica que faz de cada um ser humano um eu, isto é uma subjetividade. Nessa única condição, a alteridade do outro é apreendida através da convicção de que ele se afirma ao mesmo título que nós, como sujeito (não como objeto ou animal). Como nós, ele aparece não ser redutível a nada que o define e que ao defini-lo o separaria de nós – que essa separação seja do sexo, da raça, da cultura, da classe ou de grupo social, até mesmo idade. (MUNANGA, 2005. p. 10).

Nesse contexto, os moradores de Cordoaria possuem um legado de comunidade negra rural, alicerçada na tradição mantida pelos sujeitos sociais que lhes assegura a consciência de sua identidade remanescente quilombola. As relações sociais e familiares influenciam os sistemas de produção local e dão ancoragem aos laços de pertencimento com o lugar, vinculando passado e presente, em alguns casos, perpetuando os antigos e tradicionais costumes, ou ainda, reformulando o modo de vida para novos padrões de produção e de consumo. Do passado herdaram a solidariedade como um valor social que permeia todas as atividades comunitárias, por exemplo, a manutenção da família como

unidade de produção econômica, a prática dos mutirões para o trabalho na roça e nas construções, o uso da terra e dos recursos pautadas nas relações de parentesco e compadrio, a prática da retribuição e doação espontânea de terras aos parentes ou compadres que não dispõem de terras agricultáveis para nela trabalharem ou garantirem sua subsistência, como também a partilha do excedente da produção entre membros do grupo.

## **2. A CONSCIÊNCIA DA IDENTIDADE QUILOMBOLA**

### **2.1 O processo de reconhecimento e a certificação do quilombo**

No percurso histórico de formação dos quilombos, segundo Santos; Pereira e Paula (2018) ocorreram processos de miscigenação, etnocídio, entre outros, que conformam com o isolamento, a distância dos núcleos populacionais e a estratégia de invisibilidade adotada pela maioria dos grupos quilombolas. Ainda para os mesmos autores, na história de cada comunidade remanescente de quilombo ocorreram muitas alterações quanto às lógicas territoriais, dando lugar à emergência de novas identidades étnicas. Nesse caso, o reconhecimento da existência dessas novas identidades e formalização dos direitos quilombolas é relativamente recente, associado à promulgação da Constituição Federal de 1988. Desde então, o conceito de território passou a traduzir e informar sobre noções de pertencimento coletivas, relações de poder e acesso à cidadania, que segundo a descrição de Leite (1991) conforma com:

Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforta. Um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma questão de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência social. (LEITE, 1991. p. 40).

Em outras palavras, Raffestin (1993) diz que o território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais. Enquanto para Saquet (2007), o território desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece a depender da condição do grupo, em determinado momento histórico. No caso das comunidades remanescentes quilombolas, a dimensão e condução coletiva do território é parte de uma relação que supõe identificação e defesa por parte do grupo, ou seja, o território reflete os processos dinâmicos de todas as instâncias da vida em sociedade que afetem o cotidiano desses sujeitos sociais. Nesse caso, Little (2002) diz que o território surge no processo de

ocupação, uso e controle de um determinado ambiente biofísico, por um grupo social, organizado coletivamente, que se vincula e passa a se sentir pertencente daquele ambiente. Enquanto para Leite (2000), o quilombo é uma reinvenção dos próprios moradores dos quilombos, como uma forma de retomar o significado de gente guerreira e enfrentar o problema de perda das raízes em um movimento de manutenção e resistência pelo seu território.

Na comunidade de Cordoaria, essa organização coletiva do território e sua caracterização como grupo tradicional, portador dessa identidade e cultura diferenciada, foi descrita por Kátia Nogueira Borges (2005), pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que analisou a dinâmica espacial e temporal da comunidade, ao longo de todo o século XX. O referente trabalho resultou em um inventário sobre a história dos seus sujeitos sociais associada à diversidade de uso dos recursos, sistemas locais de produção e segurança alimentar dos moradores de Cordoaria. Desse modo, a comunidade passou a contar com registros escritos e aceitos pelos próprios membros do grupo, quanto à origem em comum e sua condição diferenciada de comunidade negra rural para, posteriormente, requerer junto à Fundação Cultural Palmares o seu reconhecimento e certificação como uma comunidade remanescente quilombola.

A Cordoaria configura-se como uma comunidade tradicional agrícola onde são desenvolvidas diferentes atividades produtivas voltadas à economia de subsistência e fundamentadas nas práticas tradicionais de manejo e no saber local. (BORGES, p. 14).

Na esfera da luta e resistência pela manutenção do território e do modo de vida tradicional, a Comunidade de Cordoaria está institucionalmente organizada e representada, desde o ano de 1969, através da Associação Beneficente Nossa Senhora de Cordoaria (Associação de Moradores). Até os anos 1980, essa instituição concentrou suas ações no intuito de melhorar as infraestruturas do povoado. Tais iniciativas estiveram mais voltadas para atração de iniciativas públicas, especialmente no âmbito municipal, que pudessem gerar benefícios como a pavimentação das estradas, construção de escola, implantação de rede elétrica, sistema de comunicações, transporte escolar, dentre outras. Já a partir dos anos 1990, a Associação de Moradores de Cordoaria (Figura 8) passou a empreender ações mais amplas, sobretudo no âmbito da Constituição Federal de 1988, com a finalidade de buscar junto ao instrumental jurídico nacional, os direitos referentes aos remanescentes dos quilombos e os deveres do Estado para com essas populações, agora no intuito de melhorar a qualidade de vida dessa população.

**Figura 8** – Atividades na Associação de Moradores da Cordoaria



À esquerda, cadastramento do Programa Bolsa Família para moradores do quilombo de Cordoaria. À direita, reunião de reforma da Casa de Farinha. **Fonte:** Arquivo da Associação de Moradores da Cordoaria.

Para o caso da Cordoaria, como de outras comunidades negras rurais, de acordo com Santos; Pereira e Paula (2018), o ponto crucial de convergência para o reconhecimento do seu modo de vida tradicional reside na territorialidade, ou seja, no sentimento de pertencimento ao lugar e na identidade dos seus sujeitos sociais. Assim, no que diz respeito à dimensão política desse grupo social, a constante da luta pelo território, é um fator preponderante para a admissão dos remanescentes quilombolas na categoria de comunidade tradicional. Na definição do território como terra de uso comum, Figueiredo (2015) diz que a terra é ocupada enquanto espaço apropriado simbolicamente, a partir de práticas coletivas de reprodução material, social e cultural dos grupos, com regimes jurídicos próprios. Assim como, Saquet (2007) considera que o território não é estático, ele produz e se reproduz conforme se organiza a sociedade a cada momento histórico numa perspectiva dialética, ou seja, o território é dinâmico e fluido.

Nesse sentido, Schörner (2018) diz que o território tem dimensão instrumental e se realiza de maneira concreta, no âmbito das desigualdades sociais. Enquanto no âmbito das diferenças culturais, tem dimensão imaterial e realiza-se como produto das operações simbólicas. Para esse mesmo autor, a mediação concreta é espacial, de poder econômico-jurídico-político, enquanto a mediação simbólica é concebida, vivenciada e representada de maneira funcional e/ou expressiva pelos indivíduos ou grupos. Portanto, é no conjunto dessas mediações, especialmente das mediações concretas, que os grupos remanescentes quilombolas, a exemplo da Comunidade de Cordoaria, têm mobilizado esforços coletivos para a defesa dos seus territórios, assim como para a conquista dos direitos específicos contemplados pela Constituição Federal de 1988, no que rege os seguintes princípios:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

A partir desses princípios que constam na Constituição Federal de 1988, os moradores de Cordoaria vislumbraram as possibilidades de defenderem e manterem a sua diferença cultural. Através da organização coletiva se empenham como sujeitos de direitos ativos e institucionalmente representados na forma de associação, passando a desenvolverem estratégias e ferramentas que lhes assegurem os direitos de uma comunidade negra rural. Nesse sentido, dentro do grupo social emerge, então, uma busca pelo direito a seu território tradicional, o direito à sociodiversidade, o direito ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à biodiversidade. Segundo o depoimento do Sr. Florisvaldo Gomes, presidente da associação de moradores, na época:

“O empenho da associação foi grande, já tinha a pesquisa da professora Kátia Borges, daí em diante fomos atrás do que garante a lei, fizemos muitas reuniões, até que conseguimos o reconhecimento e a certidão do quilombo na Fundação Cultural Palmares”. (Entrevista, 25/09/2019).

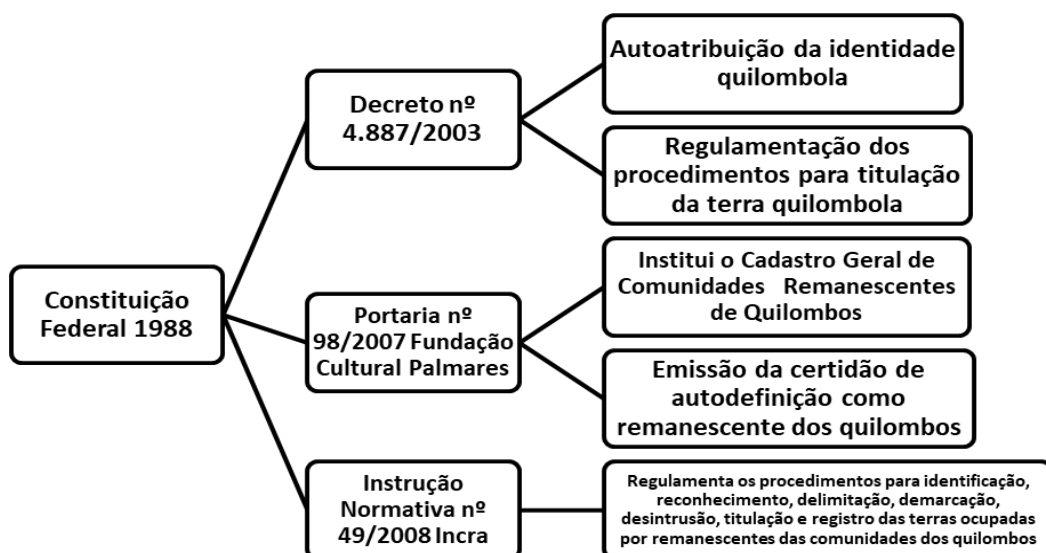
Para Silva; Pontes e Milano (2017), ainda que os quilombolas estejam historicamente ocupando as áreas nas quais vivem, produzem e se reproduzem material e culturalmente, precisam se institucionalizar coletivamente. Segundo as mesmas autoras, a institucionalização coletiva, seja por meio uma de associação, ou seja, por um ente jurídico de direito privado é necessário para fazer valer o que garante o Decreto Federal n.º 4.887/2003. Esse decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento,



delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988.

A partir desses instrumentos legais, os remanescentes quilombolas também passaram a serem reconhecidos como espaços culturalmente diferenciados. Nesse sentido, passam a ser identificados como grupos étnicos que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (FREITAS; RODY E MIRANDA 2016). No caso da Comunidade de Cordoaria, a organização política através da Associação dos Moradores é um marco importante para as atuais e futuras conquistas da comunidade, quanto à visibilidade para seu modo de vida e identidade diferenciada, quanto no acesso aos direitos que garantem a continuidade do grupo nas suas terras tradicionalmente ocupadas. O advento do Art. 68 da ADCT carrega essas possibilidades, pois as comunidades remanescentes quilombolas que outrora necessitaram de se fazerem invisíveis, com a referida legislação passaram a ter condições de visibilidade social. O esquema abaixo (Figura 9) sintetiza os vínculos existentes na legislação brasileira, com objetivo de assegurar direitos às comunidades remanescentes quilombolas.

**Figura 9** - Procedimentos para reconhecimento das terras quilombolas



Fonte: Adaptado de INCRA (2017)

No ano de 2004, através da organização coletiva, via Associação de Moradores, a comunidade de Cordoaria deu início ao processo de certificação junto a Fundação Cultural

Palmares. Para tanto, promoveram uma série de reuniões para conscientizar os moradores quanto à importância do processo de autodefinição e certificação de comunidade quilombola, como também, passaram a organizar todo tipo de prova considerada hábil para a instrução do processo administrativo junto à FCP (como a declaração de autodefinição quilombola, base territorial, dados da origem, número de famílias e certidões, etc.). O processo foi aprovado e publicado, através da Portaria Nº 2, de 17 de janeiro de 2006. Livro 005, registro 437, folha 45, que certifica a Cordoaria como Comunidade Remanescente Quilombola.

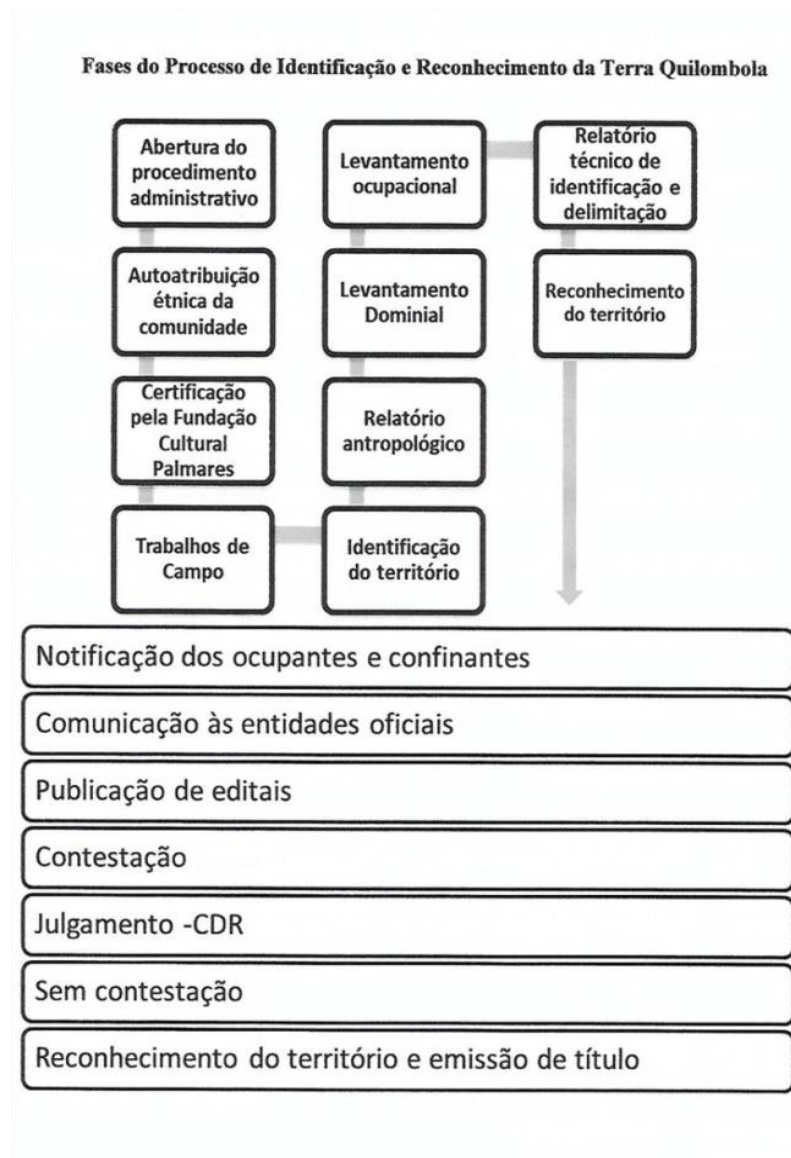
Através da atuação da Associação de Moradores e, mais recentemente desde 2015, do Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC), a comunidade têm buscado dialogar com o poder público para conseguir algumas conquistas para a comunidade, a exemplo de contemplar as famílias nos programas sociais voltados esse público específico, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Brasil Quilombola, Bolsa Família, dentre outros direitos referentes às comunidades tradicionais. Mas, segundo relatos da maioria dos interlocutores entrevistados, após a emissão de certificação pela FCP, esses benefícios quando alcançados, chegam num volume e ritmo bem mais lento que o esperado.

No sentido dos direitos e garantias previstos na lei, a regularização fundiária está entre as principais lutas dos quilombolas de Cordoaria. Desde a certificação da Fundação Palmares, em 2006, a comunidade aguardava pelo processo de regularização fundiária, que só teve início por meio do Processo 54160.003428/2011-61 no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A partir de 2012, o INCRA passou a construir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) na comunidade para seu reconhecimento como Quilombo. A expectativa é de que a partir do documento, o INCRA dê início ao estudo de agrimensura, necessário para se mapear os tipos de cultivo, bem como à pesquisa antropológica para identificar a origem e a história dos moradores de Cordoaria.

Para os moradores de Cordoaria, a questão fundiária consiste em uma bandeira de luta, cujo objetivo é a demarcação e emissão do título de propriedade definitiva da terra quilombola. Segundo relatos do presidente da Associação de Moradores, com isso será possível conseguir indenizações e outros direitos fundamentais de todos perante o Governo Federal. A regularização fundiária junto ao INCRA é um importante passo para elevar,

ainda mais, a autoafirmação de comunidade quilombola para os moradores da Cordoaria. Essa iniciativa quando concluída permitirá aos moradores, além da posse definitiva do território, a ampliação no acesso às políticas públicas do Governo Federal, voltadas especificamente para as comunidades quilombolas. Quanto a tais procedimentos, a comunidade de Cordoaria ainda se encontra na fase inicial de abertura do processo administrativo, tendo que vencer muitas etapas para alcançar a regularização fundiária, como sintetizado no esquema abaixo:

**Figura 10** – Esquema do RTID



**Fonte:** Adaptado de INCRA (2017).

A emissão do título de propriedade do território quilombola acontece por meio de um procedimento denominado titulação. Esse é um processo longo que pode durar vários anos, que compreende diversas as etapas de titulação da terra quilombola: identificação, delimitação, demarcação, reconhecimento e, por fim, a titulação (BRASIL, 2011). Para tal finalidade, a Superintendência Regional do INCRA nomeia um Grupo Técnico Interdisciplinar para realizar os trabalhos que resultarão no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (BRASIL, 2017).

Como visto, a emergência das comunidades quilombolas como sujeitos coletivos de direitos se deu a partir da C.F 1988, artigo 68 ADCT, trazendo à garantia para essas comunidades, do título de propriedade das terras que ocupam e saída da invisibilidade formal. Nessa perspectiva, segundo Figueiredo (2015), a afirmação deste sujeito de direitos requer a garantia do direito fundiário, mas a questão fundiária é que mais mobiliza as iniciativas contrárias à política quilombola. Ainda, de acordo com esse autor, a grande questão concentra-se na garantia por permanecerem em seus territórios na forma de titulação coletiva, evitando a conversão da terra em mercadoria, bem como, garantindo a própria existência e a base material para a afirmação dos demais direitos e políticas.

Mediante o exposto, a expedição do título das terras tradicionalmente ocupadas, constitui o objetivo final do processo de regularização fundiária. Nesses casos, trata-se de um título pró-indiviso e em nome das associações que legalmente representem os quilombolas (BRASIL, 2017). Conquanto, a realidade da comunidade de Cordoaria, assim como da maioria dos remanescentes quilombolas no Brasil, demonstra que a propriedade da terra no Brasil permanece tratada como bem de valor particular. Sendo o artigo 68 ADCT estritamente seco e fundiário, traz vagas associações entre o exposto na lei e as territorialidades quilombolas (SOUZA, 2012). Mesmo porque, não são percebidos grandes avanços na questão das titulações das terras coletivas no país, já que desde o início da colonização, houve inversão no sentido de posse da terra no Brasil. Dessa forma, a posse efetivada da terra foi ignorada, como origem ou como aspecto fundante da apropriação, cedendo lugar a posse abstrata, como o aproveitamento do bem subordinado ao título de propriedade (SILVA; PONTES; MILANO, 2017).

Assim, os direitos, os quilombolas e os procedimentos jurídicos e institucionais permanecem afastados por elementos de tensionamento, como o conflito ambiental, as disputas fundiárias, a atuação de agentes econômicos, bem como, a forte influência urbana

advinda da cidade (SUZUKI; MARTINS, 2015). Percebe-se que nesse processo, as singularidades culturais coletivas e os valores comunitários tradicionais, utilizados no uso e ocupação da terra pelos quilombolas, ao longo dos séculos, não são considerados. E, como exposto por Silva; Pontes; Milano (2017), são adotados critérios formais com nome de estatuto social e linhas de gestão administrativa, para fazer cumprir a formalidade jurídica e garantir a titulação da propriedade, previstos no artigo 68 ADCT. Mediante essa realidade histórica, as formalidades jurídicas e institucionais acabam por dificultar o reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios.

Na comunidade de Cordoaria, a articulação e luta dos seus moradores pela aplicação do artigo 68 ADCT, tornou legítimo a sua condição de remanescente quilombola através do reconhecimento e certificação pela FCP. Ainda assim, a eficiência da regularização fundiária e titulação da terra tradicionalmente ocupada permanecem como uma promessa do poder público, através de um processo parado no INCRA, desde o ano 2012. Nesse sentido, permanecem diversas dificuldades para os quilombolas, no alcance das oportunidades, junto às instituições envolvidas no marco legal da questão. Assim, os moradores de Cordoaria atravessaram as duas primeiras décadas do século XXI, marcados pela necessidade de reconhecimento das formas particulares de ser no mundo. Eles seguem na militância e luta cotidiana pelo acesso a serviços e infraestruturas básicas, tais como saúde, educação, saneamentos, eletricidade, tecnologias agrícolas, estradas e meios de transporte e, principalmente, a posse definitiva do seu território tradicionalmente ocupado. Tudo isso, sempre permeado pelo fortalecimento de consciência da sua identidade rural e quilombola. Portanto, seja por meio da iniciativa individual, seja através de ações representadas via Associação de Moradores ou GAAQC, a atuação política na luta pelos direitos permanece ativa no seio da comunidade remanescente quilombola da Cordoaria.

## **2.2 Pertencimento e territorialidade quilombola**

As comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil, tendo continuidade mesmo após a abolição. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. De acordo com Malcher (2009), nessas comunidades, a consciência de pertencimento e territorialidade quilombola é construída a partir da necessidade de luta pela permanência na terra e contra o avanço de perda das mesmas. Daí,

os seus sujeitos sociais sustentarem forte ligação com sua história e trajetória, preservando costumes e cultura trazidos por seus antepassados que condizem com suas diferentes territorialidades. Para Silva (2011), territorializar-se significa estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida.

Segundo Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, assim esse ator territorializa o espaço quando se apropria, concreta ou abstratamente, de um espaço. Enquanto para Saquet (2007), as territorialidades se configuram a partir da vida cotidiana que refletem o conteúdo das relações sociais de poder e dominação que procedem do território. Assim, em comunidades remanescentes quilombolas, como no caso da Cordoaria, a forma como se estabeleceram nos territórios e expressam suas territorialidades reflete sua trajetória histórica: seus mortos estão enterrados naquele espaço, lá plantam suas roças e pomares, foi nesse espaço que construíram os lugares sagrados, que se conectam entre si e com os elementos da natureza. Segundo Malcher (2009), nessas comunidades, a terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada, não se constituindo apenas como extensão territorial. Silva (2011) diz que as territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em situações historicamente determinadas, fruto de forças políticas favoráveis que institui um direito e faz multiplicar os sujeitos sociais e as disputas territoriais.

Mediante o exposto, interpreto que a territorialidade e a identidade quilombola foram determinadas no passado pelas forças políticas de resistência ao sistema escravocrata que fez emergir as insurreições, fugas e resistências dos cativos para formarem os quilombos. Enquanto na contemporaneidade, o movimento de reconhecimento dos remanescentes quilombolas, emerge da luta desses sujeitos sociais, construindo novas territorialidades e identidade, agora sob a égide da reparação pelos danos causados a essa parcela da população brasileira, pelos anos de negação dos direitos aos antigos escravos e seus descendentes, impondo-lhes uma condição de subalternidade e invisibilidade social, associada à marginalidade econômica. Assim, como afirma Silva (2011), a luta pelo território em comunidades quilombolas constitui uma territorialidade pautada na defesa por fazer seus direitos a um modo de vida.

No grupo estudado, verificou-se que os moradores de Cordoaria expressam sua territorialidade através dos vínculos de proximidade e confiança gerados por relações estabelecidas ao longo de muitas décadas, que se constituem, até então, em fatores decisivos para a manutenção de uma identidade diferenciada. Portanto, essa territorialidade condiz com sua característica de comunidade negra e rural, portadora de atributos naturais, culturais, econômicos e políticos, cuja memória social remete ao predomínio da agricultura familiar com grande potencial para a conservação socioambiental. Dessa forma, observou-se entre os moradores que sua intenção de continuidade da descendência na terra confronta-se com fenômenos adversos, como a dificuldade de obtenção de financiamentos agrícolas e de acesso a mercados consumidores, sendo assim direcionam sua territorialidade no sentido de inserirem-se no atual modelo de desenvolvimento, a fim de tornarem-se produtores pluriativos e gestores eficientes de seus próprios recursos. Portanto, na Cordoaria a consciência de identidade e defesa da territorialidade quilombola conforma mobilização coletiva pelo acesso aos direitos que permitam as condições sociais de permanência na terra e de reprodução do seu arcabouço de conhecimentos locais (Figura 11), como também pela perpetuação das técnicas sustentáveis de produção e gerência do meio.

**Figura 11** – Elementos da Vida Cotidiana



Quilombo de Cordoaria: o trabalho na casa de farinha, a moradia, a capoeira e o samba de roda são expressões da territorialidade que deixam suas marcas no espaço. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.

Dessa forma, a terra é a referência da comunidade, tem valor histórico, cultural e simbólico. É o meio pelo qual as famílias afirmam sua territorialidade através da memória e afirmam a identidade quilombola. Na Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria, a territorialidade está associada aos laços ancestrais que deram origem histórica à comunidade, como também, pela defesa e ligação com terra, além do domínio no manejo

sustentável dos recursos naturais. Nessa comunidade, a territorialidade também condiz com um conjunto das atividades rurais, onde o rural é o ambiente primordial de habitação e vivência das experiências cotidianas, inseridas para mais ou para menos, numa dinâmica de complementaridade com o espaço urbano. Nessas condições, apresento o pensamento de Simone Rezende da Silva quanto ao fenômeno da territorialidade quilombola:

Quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade abrangente, seja por grandes empresas privadas... seja pelo próprio poder público que lhe impõem unidades de conservação ambientais estabelecendo uma nova territorialidade, esta de cima para baixo. (SILVA, 2011. p. 7).

Mediante o exposto, entende-se que esses sujeitos sociais ao assumirem da identidade rural e quilombola, em um dado momento histórico, introduzem novas relações simbólicas e materiais no território. Nesse aspecto, foi percebido na comunidade quilombola de Cordoaria que, junto à autodefinição da identidade quilombola pelos seus moradores, emerge uma consciência de valorização dos traços culturais, de pertencimento, das relações coletivas na defesa do território e no direito à terra de uso comum. Assim, no relato dos moradores o território está sempre associado ao seu modo de viver e manter as roças, ao cuidar das casas e dos quintais, ao conhecimento de plantar, colher e comercializar seus produtos, a forma de produzir os derivados da mandioca, ou seja, esses são aspectos que compõem a sua cultura e dão base para a definição da territorialidade nessa comunidade remanescente quilombola. Portanto, a dimensão identitária da comunidade de Cordoaria reside na vivência dos fazeres cotidianos de seus moradores, que acontecem se incorpora no território, configurando desse modo a territorialidade. Como dito por Saquet (2007):

No território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território processual e relacional, (i)material. (SAQUET, 2007. p. 73).

A realidade dos remanescentes quilombolas, quanto a esse sentido das ações históricas e multiescalares de que fala Saquet (2007), também se encontra no pensamento de Little (2002), quando ele diz que a luta constante pela defesa de suas áreas, na sua forma



de organização coletiva, condiz com a dimensão política desses grupos sociais e dá lugar a atual onda de territorialização em curso. Perante essas palavras, digo que a territorialidade e identidade ganham força através das relações de poder que se estabelecem na vida vivida e se expressa no cotidiano do território. Assim, na comunidade de Cordoaria, o reconhecimento como remanescente de quilombo traduz muito das suas especificidades em um movimento emergente pela garantia do território e de um modo de vida particular. Junto a isso, configuram-se as relações de poder entre os moradores, no requerimento da titularização das suas terras e de outros direitos específicos ao grupo, e do poder jurídico-institucionalizado na morosidade burocrática quanto ao julgamento de tais questões. Além disso, os moradores relatam que enfrentam muitas dificuldades no acesso programas sociais aos quais têm direitos específicos, principalmente aqueles destinados à assistência na área da saúde, bem como, de apoio e assistência ao pequeno produtor rural.

Nos dias atuais, os moradores da Cordoaria se expressam frente às adversidades externas, como uma comunidade remanescente quilombola. Desse modo, eles buscam estratégias para que possam manter viva a memória do grupo, realizando atividades cotidianas, para mais ou para menos atreladas ou limitadas pela economia de mercado. Sendo que essa expressão é a manifestação de sua de sua identidade, dos traços distintos que possibilitam o reconhecimento e a diferenciação diante de situação concreta num momento específico (PERICO, 2009). Assim, os sujeitos sociais são direcionados, perante aos estímulos externos, para se integrarem à sociedade global conservando seu estilo de vida ou, contraditoriamente, se modernizarem reorganizando a vida social em comunidade (BRANDEMBURG, 2010). Diante do exposto, esses sujeitos sociais ainda mantêm fortes vínculos culturais e laços de pertencimento ao espaço rural, no sentido que:

[...] conformam sua vida no campo, com imaginários, costumes, tradição, cultura, rasgos identitários, e história em comum; que tem significativos graus de intimidade e emotividade, e que desenvolvem processos organizativos e perseguem objetivos comuns, bem seja de subsistência ou de tópicos de diversa índole, como reivindicações sociais, políticas ou exigibilidade de direitos. (VILLAMIL; LANCHEROS, p. 328. 2017).

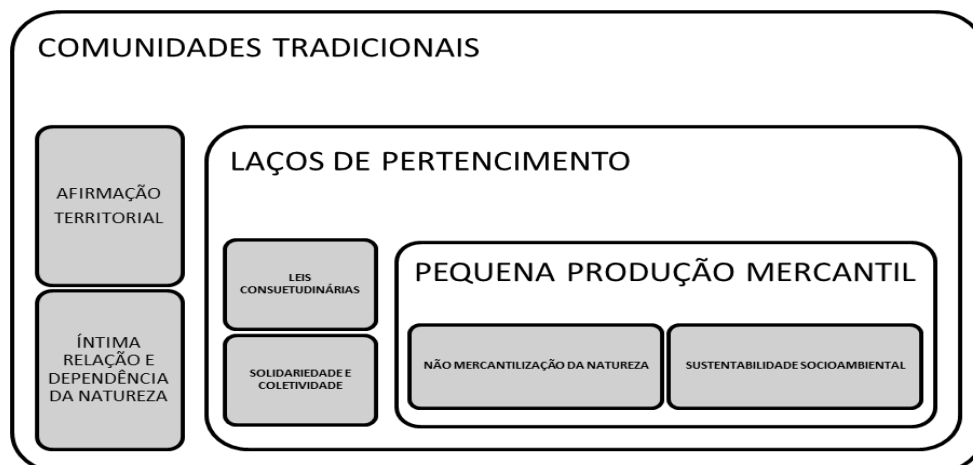
Mediante o exposto, percebe-se que a partir das duas primeiras décadas do século XXI, a comunidade de Cordoaria passou a experimentar uma dinâmica de proximidade e interação constante com o mundo urbano e industrial. Tal, fenômeno ao ser interpretado no sentido da territorialidade e cotidiano dos moradores, submete os sujeitos sociais às

pressões da urbanidade e modernidade que impõem interferências e modificações no modo de vida rural, ocasionando uma nova ruralidade. Doravante, nessa nova dinâmica social e econômica da comunidade, reduzem-se as atividades agrícolas, principalmente as de subsistência e emergiram novos arranjos na natureza do trabalho, principalmente com o crescimento atividades pluriativas, recriando novos modos de vida e reivindicando suas novas territorialidades.

### 2.3 Zoneamento ecológico-econômico no território quilombola

O movimento pela conservação sustentável das matas e florestas adquiriu papel importante em relação à problemática socioambiental global. No aspecto da conservação dos ambientes naturais, a cultura tradicional dos remanescentes quilombolas condiz com o histórico de ocupação sustentável da Mata Atlântica. Para Porto-Gonçalves (2012), essas comunidades tradicionais detêm um legado de conhecimentos sobre espécies, inclusive espécies de cultivares, que contribuem para manter a expressiva biodiversidade em ambientes florestados. Segundo publicação do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011), a elaboração de indicadores de qualidade socioecológica é condição para amparar às populações residentes, dentro e no entorno das UCs, garantindo a conservação do seu território. Nesse sentido, a análise da comunidade quilombola de Cordoaria envolve uma compreensão dos saberes, conhecimentos, representações, práticas e usos do meio ambiente e de seus recursos, nos espaços de reprodução das atividades cotidianas. Essa conexão entre a comunidade tradicional, a natureza e seu território está sintetizada no esquema abaixo (figura 12).

**Figura 12:** Modelo Socioeconômico e Cultural de Comunidades Tradicionais.



Elaboração própria. Fonte: Diegues et al., 2000

No caso brasileiro, Penna-Firme e Brondízio (2017) consideram que a promulgação da CF 1988 junto à criação do SNUC constitui um pressuposto para permitir a realização de atividades de baixo impacto em áreas de florestas protegidas. Para esses autores, o gerenciamento de produtos da Mata Atlântica, quando não associado ao desmatamento, pode gerar renda para fomentar ligações entre as comunidades quilombolas e a conservação da natureza. Dessa forma, a conservação de remanescentes da Mata Atlântica depende do fortalecimento de UC e de outras áreas protegidas, além disso, é preciso promover práticas de uso da terra mais condizentes com a manutenção do equilíbrio da floresta (SOS Mata Atlântica, 2017). Segundo publicação do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2011), é preciso atrelar a conservação da biodiversidade através de mecanismos capazes de contribuir para a conectividade entre os espaços ocupados pela cultura humana e conservação/recuperação dos fragmentos de habitats.

Para os remanescentes quilombolas, segundo Silva (2013), a Mata Atlântica consistiu em um ambiente de distanciamento do processo de crescimento econômico adotado no país, assim, suas cosmovisões conformam com o manejo equilibrado desse bioma. Na área em estudo, a cobertura vegetal original pertence ao domínio da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), localizada na Área de Proteção Ambiental - APA Joanes/Ipitanga. Essa unidade de conservação foi criada em 05 de junho de 1999, através do Decreto Estadual nº 7.596, está totalmente inserida no Estado da Bahia e possui uma área de aproximadamente 64.472 ha. Segundo Copque et. al., (2007), o objetivo da sua criação é de proteger os mananciais hídricos que são responsáveis por cerca de 40% do abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador e todo o seu ecossistema. No Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a APA é definida como sendo:

Uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000).

Segundo Copque (2007), na APA Joanes/Ipitanga a finalidade principal é o bem-estar das populações locais junto a promoção da sustentabilidade, com proteção de ecossistemas e sua biodiversidade, compatibilizando a ação humana e a conservação da natureza. Mediante o exposto, a comunidade quilombola de Cordoaria possui território delimitado dentro dessa Unidade de Conservação de uso sustentável, encontrando-se imersa

tanto na dinâmica da relação rural-urbana, quanto submetida ao ordenamento jurídico e institucional direcionado para a conservação socioambiental. Nesse caso, a área territorial de reprodução material e imaterial dos quilombolas de Cordoaria, também está condicionada aos critérios dos órgãos estaduais, responsáveis pelo planejamento, ordenamento e gestão da APA Joanes/Ipitanga.

Na comunidade em estudo, o território encontra-se integrado ao ambiente de Mata Atlântica em dois estágios de vegetação: Floresta Ombrófila Densa em estágio inicial de regeneração e Floresta Ombrófila Densa em estágio médio de regeneração, ambos permeados por áreas de moradia, terras agrícolas e pastagens. Nesse espaço natural, a comunidade desenvolveu um histórico de relações e dependência, resguardado através dos conhecimentos tradicionais, especialmente na memória dos mais velhos do grupo, como um ambiente de trabalho e vida. Assim, descrevem que no passado utilizaram muito a vegetação nativa para obtenção de lenha que se utilizava diariamente nos fogões domésticos, bem como para a retirada de madeiras para a construção, fabricação de carvão vegetal, além da extração de frutas silvestres e plantas medicinais. A mata (figura 13) sempre esteve associada ao modo de vida dos agricultores familiares da Cordoaria, suas roças sempre foram feitas de modo integrado ao sistema florestal, nas quais o sistema de corte queima, e pousio por período longo, entre cinco a dez anos, permitiu a recomposição natural da vegetação secundária.

**Figura 13** – Vegetação de Mata Atlântica



Quilombo de Cordoaria – À esquerda, roça de mandioca tradicional. À direita área de pousio recente (capoeira), ambas com área de floresta em regeneração ao fundo. **Fonte:** Pesquisa de campo 2019.

Em tempos atuais, especialmente a partir dos anos 1980 em diante, muitos moradores especialmente os mais jovens da comunidade inseriram-se em atividades não agrícolas e dinamizaram o trabalho e a renda da unidade familiar. Com esse processo, houve a substituição dos fogões a lenha por fogões abastecidos ao gás liquefeito de petróleo, melhoria das estradas, maior comunicação com ambiente urbano, redução da abertura de áreas para novas roças e pastagens, bem como a diminuição da dependência

material desses moradores para com os recursos da floresta. Ainda assim, existe a continuidade de práticas de cultivo e manejo ancestrais que são realizadas em consorciação com os recursos da Mata Atlântica, onde a atividade agrícola de baixo impacto, realizada nos moldes tradicionais, contribui para manter a vegetação natural conservada. Na comunidade em estudo, outro fator que contribui para a redução do uso predatório da Mata Atlântica é a existência da APA Joanes-Ipitanga, a partir da sua implantação delimitaram-se as zonas ecológico-econômicas, assim, o corte e a queima da floresta, o uso do espaço para construções, abertura de pastagens e de novos cultivos passaram a ser disciplinado de acordo com o plano de manejo da APA.

A APA Joanes/Ipitanga está subdividida em zonas as quais apresentam características diversificadas quanto ao uso e ocupação do solo. No zoneamento definido pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, podemos citar:

ZVS - Zona de Vida Silvestre, ZPR - Zona de Proteção Rigorosa, ZUD - Zona de Uso Diversificado, ZOC - Zona de Ocupação Controlada, NUC - Núcleo Urbano Consolidado e ZUE - Zona de Uso Específico, ressaltando a descrição de cada uma delas para que o plano de manejo possa ser gerido conforme a situação ambiental de cada setor (BAHIA/CEPRAM, 2002).

De acordo com esse zoneamento ecológico-econômico, a comunidade de Cordoaria ocupa duas diferentes zonas da APA Joanes-Ipitanga. A primeira corresponde à Zona de Uso Diversificado – ZUD, espaço nuclear do povoado onde se concentram a maior parte das habitações, roças e realização das atividades cotidianas, localizada na porção mais elevada da área territorial. Um segundo espaço requerido e utilizado pelos moradores de Cordoaria, corresponde ao trecho do rio Joanes que atravessa o seu território, classificada como uma Zona de Proteção Rigorosa – ZPR. A conservação da biodiversidade nessa área está associada, historicamente, ao domínio de práticas ancestrais pelos moradores do quilombo que, assim, desempenham forte contribuição na manutenção do equilíbrio florestal. Tal perspectiva condiz com a descrição realizada por Diegues (2000), quanto às formas de produção dos quilombolas.

É importante recordar que o modo de produção caracteriza essas formas sociais de produção é o da pequena produção mercantil; isto é, ainda que produzam mercadoria para venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação determinante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar. (DIEGUES, 2000. p. 90).

A descrição de Diegues (2000), associada aos vários elementos ecológicos e econômicos usados pelo CEPRAM para descrever a ZUD, permite dizer que o quilombo de Cordoaria se encaixa no seguinte perfil: predomínio de pequenos cultivos agrícolas e sítios de lazer, com a presença de solos de baixa a média fertilidade, cujas atividades agropecuárias são desenvolvidas de forma tradicional, junto à ocorrência de remanescentes florestais, pastagens, lagoas e brejos. No caso da agropecuária, nesta realizam-se atividades de turismo rural e ecológico; empreendimentos turísticos; cultivos agrícolas e criação de animais. Para o desenvolvimento dessas atividades, o órgão ambiental recomenda a utilização de técnicas de manejo conservacionista e a aplicação de insumos orgânicos, bem como preservar os remanescentes florestais e recompor as matas ciliares.

Na Cordoaria, as estratégias agrícolas locais são ecologicamente viáveis para a conservação do ambiente florestado. As práticas desenvolvidas pelos agricultores em pequenas propriedades rurais se aproximam da agricultura alternativa (Figura 14), muitas vezes fazem uso de material orgânico na adubação (resíduos da capina e estrume animal), controle natural de pragas (cultivo de espécies vegetais como chapéu de couro, cravo de defunto, manjerição e hortelã no meio da roça para atrair polinizadores e repelir os insetos das lavouras) e manejo sustentável dos recursos (emprego do trabalho braçal, com baixo nível tecnológico e uso de artefatos manuais simples, com consorciação dos cultivos). O modo de vida quilombola dos moradores de Cordoaria resguardado na memória coletiva do grupo, quando acionado pela consciência de identidade e pertencimento a essa cultura diferenciada, constitui um forte potencial para fazer valer sua territorialidade, garantindo equilíbrio ambiental com conservação da Mata Atlântica.

**Figura 14** – Estratégias Agrícolas Locais



Quilombo de Cordoaria: Policultivos agrícolas com emprego de adubação orgânica e controle natural de pragas. **Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

No perfil descrito pelo CEPRAM, a Zona de Proteção Rigorosa – ZPR é caracterizada pela ocorrência de florestas e demais formas de vegetação situadas nas

margens dos rios Joanes e ou de qualquer curso d'água, situadas numa faixa de 30 a 50 metros ou mais, a depender das larguras dos rios, bem como as áreas do entorno das represas Joanes numa faixa mínima de 100 metros das suas margens. Engloba os remanescentes de Mata Atlântica e matas ciliares em toda a sua extensão. Encontram-se ainda, áreas desmatadas e utilizadas para pastagem, situadas ao longo dos cursos d'água, lagos ou reservatórios. Esses são aspectos que correspondem à área de menor ocupação humana no território de Cordoaria, condizentes com todo o entorno do povoado e margens do rio Joanes, ou seja, nas áreas onde a territorialidade e o ajuste dos quilombolas a um modo de vida conseguiu manter a Mata Atlântica conservada. Essas áreas que são as mais íngremes e distantes das residências, o desmatamento para atividades agrícolas e abertura de pastagens ocorreu em menor escala, atualmente, observa-se a mata regenerada em vários estágios de sucessão. Tal relação entre conservação de florestas e modo de vida quilombola é expressa por Simone Rezende da Silva (2011), da seguinte maneira:

“Os remanescentes das florestas atlânticas que não foram capitalizados pela agricultura de exportação, ou pela urbanização, tornaram-se, em muitos casos, o lugar dos povos excluídos e marginalizados pelo sistema vigente. Muitos negros procuraram sobreviver das florestas residuais e desenvolveram ali um modo de vida, uma territorialidade ajustada à exploração dos recursos florestais e pequena agricultura, que vez por outra é ameaçada”. (SILVA, 2011. p. 4).

Nessa perspectiva, a existência de áreas de sobreposição do território quilombola de Cordoaria com zonas de conservação socioambiental da APA Joanes-Ipitanga, por se tratar de uma unidade de uso sustentável, requer uma gestão participativa quanto ao manejo dos ecossistemas locais. Assim, a tomada de decisões precisa ser realizada de forma integrada entre os residentes do quilombo e órgão ambiental responsável pela gestão, manejo e fiscalização dessa área. Mesmo porque, não podemos esquecer que foram exatamente as comunidades tradicionais que garantiam a existência de frações da natureza a serem destinadas à conservação, atualmente, pelo Estado e pela sociedade civil (SUZUKI, 2017). Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações tradicionais constroem, pois é com base nele que agem sobre o meio (DIEGUES, 2000).

De acordo com Silva (2013), é preciso entender essas comunidades tradicionais como parceira, em ações para conservação do bioma Mata Atlântica, com formas mais adequadas aos nossos sistemas naturais e culturais (SILVA, 2013). Desse modo, o potencial

produtivo da comunidade de Cordoaria coincide com a conservação das funções ecológicas da Mata Atlântica, nesse caso a garantia da autogestão de suas terras e dos recursos naturais para a comunidade permanece como uma necessidade fundamental. Como afirma Suzuki (2017), o desenvolvimento socioambiental direcionado para esses grupos tradicionais requer o respeito à diversidade, permitindo a construção de políticas e ações públicas nos anseios dos quilombolas (SUZUKI, 2017). Assim como dito por Penna-Firme e Brondízio (2017), o reconhecimento etnocultural sozinho, esvaziado de outros sentidos, não é suficiente para compensar a precariedade e desigualdade de acesso aos serviços básicos, que afetam muitas dessas comunidades.

A sobreposição da APA Joanes-Ipitanga no território quilombola de Cordoaria traz um novo desafio aos seus moradores, que devem ser encorajadas a mobilizarem suas identidades com propósitos políticos e econômicos (PENNA-FIRME; BRONDÍZIO, 2017). Assim, o território deve ser visto como um espaço físico, no qual a Mata Atlântica se desenvolveu, mas também como um espaço de referência para a construção da identidade quilombola (SILVA, 2011). Nessa perspectiva, Enrique Leff (2006) diz os esforços dessas comunidades devem ser somados a muitas outras, no intuito de manter as riquezas e a biodiversidade das florestas. De acordo com esse autor, as várias comunidades rurais tem no manejo sustentável e da autogestão dos recursos agroflorestais, uma forma de dependência e garantia de sobrevivência. Portanto, diante da urgência da conservação das nossas florestas, digo que a APA Joanes-Ipitanga, em sua concepção e gestão, deve considerar o contexto sociocultural da Comunidade de Cordoaria. Ambas devem caminhar juntas para garantir a autogestão de terras quilombolas e continuidade do seu modo de vida tradicional, mas sem nunca perderem de vista a conservação dos recursos naturais da Mata Atlântica.

### **3. Dinâmica socioeconômica e ambiental do quilombo de Cordoaria**

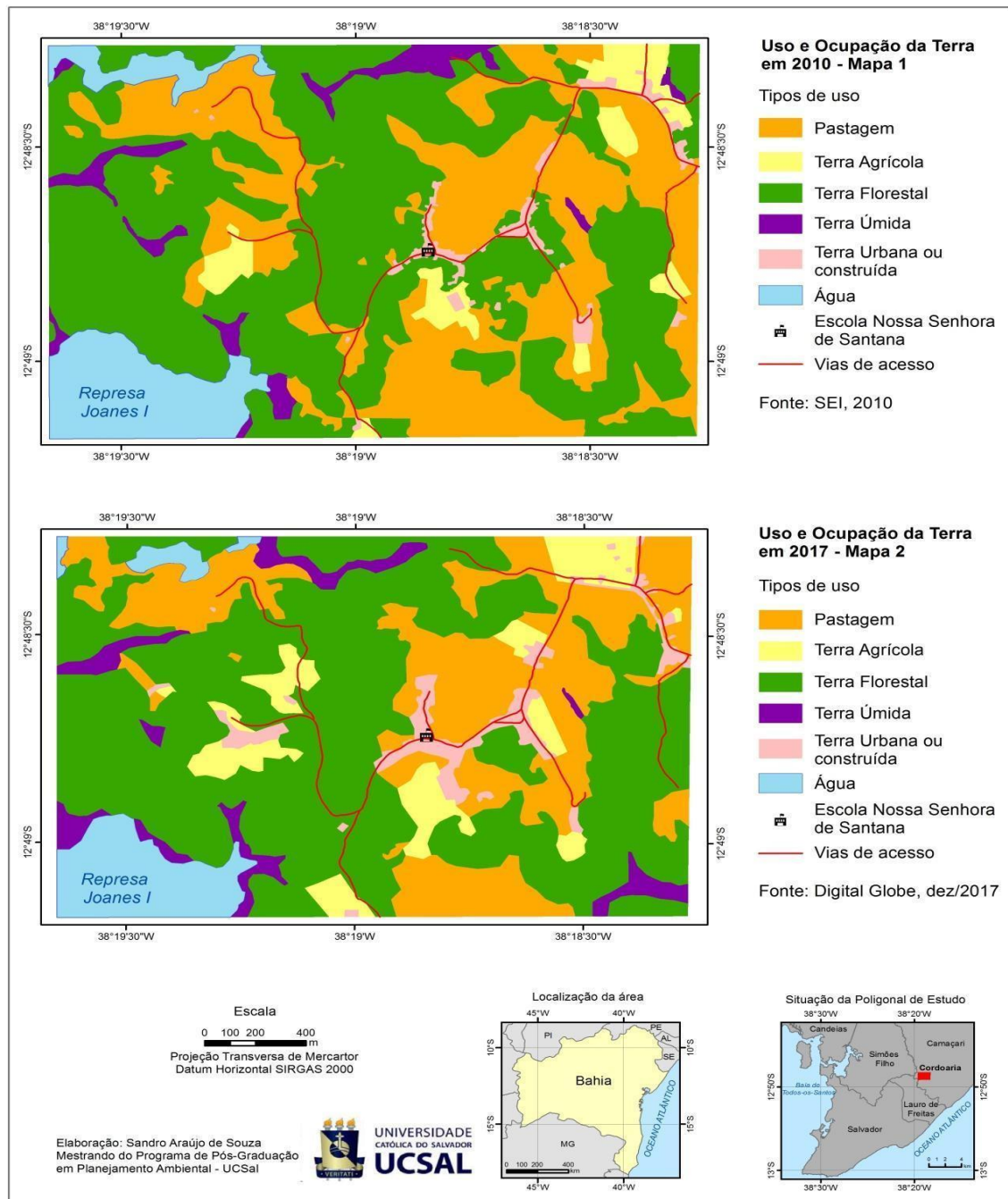
#### **3.1 O potencial de conservação da Mata Atlântica no Quilombo de Cordoaria**

Para entender a realidade socioespacial da comunidade de Cordoaria associa-se a autoafirmação na ruralidade dos quilombolas, natureza das atividades e nível de conservação socioambiental, em seu espaço de trabalho e vida. Nesse caso, interconectam-



se os dados da pesquisa de campo e o perfil ecológico-econômico do CEPRAM a um mapeamento do uso e ocupação da terra (figura 15), na comunidade em estudo.

**Figura 15: Mapa de Uso e Ocupação da Terra.**



**Elaboração: Souza, 2019.**

Neste mapeamento, segundo o sistema de classificação de Anderson et al. (1979) foram categorizados seis tipos de uso: i) Terra urbana ou construída; ii) Pastagem; iii) Terra Agrícola; iv) Terra Florestal; v) Terra úmida; e, vi) Água. Conforme o mapa temporal de uso e ocupação da terra de Cordoaria, sua interpretação é associada ao conjunto das

variáveis e determinantes da autoafirmação da identidade rural quilombola, para demonstrar conformidades com a manutenção de modo de vida tradicional e conservação do ecossistema local. As informações sobre uso da terra são necessárias para análise de processos, conflitos e problemas ambientais que precisam ser estudados para manter os níveis de condições de vida (ANDERSON et al. 1979). Portanto, o perfil ecológico e econômico do espaço territorial do quilombo de Cordoaria foi analisado através do mapeamento da cobertura e o uso da terra. Nesse sentido, a sua interpretação (tabela 1) resultará no diagnóstico quanto ao espaço desta comunidade, dentro de determinado espaço de tempo, no qual as atividades humanas são caracterizadas, segundo a distribuição espacial das várias formas de uso (NASCIMENTO, 2007).

**Tabela 1: Quantificação dos tipos de uso em Cordoaria, Camaçari, Bahia.**

<b>Tipos de Uso</b>	<b>Área Ha (2010)</b>	<b>%</b>	<b>Área Ha (2017)</b>	<b>%</b>
Pastagem	129,8	30,64	103	24,32
Terra Agrícola	18,2	4,30	29,6	6,99
Terra Florestal	216,4	51,09	229	54,06
Terra Úmida	14,6	3,45	17,9	4,23
Terra urbana ou construída	8,7	2,05	15,9	3,75
Água	35,9	8,47	28,2	6,66
<b>TOTAL</b>	<b>423,6</b>	<b>100</b>	<b>423,6</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Mapa de uso e ocupação da terra em Cordoaria.

**Elaboração:** Sandro Araújo Souza

A tabela acima sintetiza a análise do mapa temporal. Esses dois instrumentos quando interpretados em conjunto permitem demonstrar que os principais tipos de uso da terra na comunidade de Cordoaria, entre os anos de 2010 e 2017, foram a pastagem e Terra Florestal. Nesse sentido, no território de Cordoaria, a manutenção da floresta conservada, advém das práticas sustentáveis de manejo da terra e dos cultivos, preservando a biodiversidade local, pelo emprego da consorciação do extrativismo florestal, de policultivos e criação de animais. Pois, segundo CAPORAL e AZEVEDO, (2011), o emprego de técnicas antigas e de baixo impacto ambiental é uma via alternativa, para reduzir os atuais níveis de desmatamento, no bioma da Mata Atlântica.

A análise do mapa e da tabela nos leva a interpretar que as áreas de pastagem em 2010 passaram de 129,8 hectares para 103 hectares em 2017, demonstrando um decréscimo de 26,8 hectares da área de pastagem. Estas foram substituídas por terras urbanas ou construídas que quase dobrou ao longo do intervalo de 7 anos, por terras agrícolas onde houve um aumento da área de 11,4 hectares e por florestas secundárias, onde alguns locais de mata foram regeneradas, tendo em vista que as áreas de terras florestais cresceram aproximadamente 3%.

Na Cordoaria, as pastagens traduzem-se em espaços produtivos pouco representativos dentro da comunidade e cuja exploração se restringe a poucos moradores, possuidores de terras maiores que quatro hectares, principalmente na área periférica ao território quilombola. Algumas dessas áreas de pastagem resultam do abandono de antigas roças de mandioca (pousio), encontrando-se atualmente em estágio inicial ou intermediário de recuperação da mata secundária, contribuindo para o crescimento das terras florestais. A comunidade também experimentou inovações e melhorias na sua rede viária, pavimentação da estrada e substituição do transporte por tração animal por transporte automotivo. Essa redução no uso do animal como sistema de transporte também é forte indicador para a redução na área de pastagens. A pastagem é definida segundo Anderson et al. (1979), como terra na qual a vegetação natural potencial é predominante de gramíneas, plantas graminóides, outras ervas, pastagens ou arbustos e nas quais o pastoreio natural teve uma influência importante no seu estado de pré-civilização. São caracterizados por pastagem herbácea (capoeira) que compreende terras dominadas por gramíneas de ocorrência natural e outras ervas pastáveis.

Na área de estudo, a pastagem (capoeira) pode estar associada ao pousio da terra para cultivo agrícola. Para os moradores de Cordoaria essa área de capoeira também recebe a denominação de mato, ou seja, uma área anteriormente utilizada como roça, durante dois ou três anos consecutivos, ou que é abandonada, após servir como pastagem. Nesse caso, segundo um processo natural de resiliência, nas antigas roças abandonadas desenvolvem-se várias espécies (mato), na qual alguns moradores retiram os troncos secos de pequeno porte, usados nos fornos a lenha para fabricação de beijus; coletam frutas como cajás, mangabas, coco e jenipapos, além de plantas medicinais. Esses espaços geralmente dão origem às manchas de vegetação secundária, principalmente as roças abandonadas mais de vinte anos. Portanto, o modo de vida da comunidade quilombola condiz com uma

identidade forjada no respeito ao ambiente natural, segundo uma tradição que usufrui de área florestada de Mata Atlântica, sem comprometê-la ou destruí-la (SILVA, 2013).

No passado essas terras em pousio voltavam à condição de roças, pela queima e roçagem do mato, em média após dois ou três anos de abandono. Atualmente, com as mudanças na natureza do trabalho entre seus moradores e cumprimento da legislação ambiental, esses espaços têm deixado de ser novamente queimados para o uso como roças. Contudo, a agricultura de corte e queima realizada na Cordoaria, traduz-se em manejo sustentável, devido à pequena extensão de terra utilizada para fazer a roças, a rotatividade e o descanso da área durante os pousios, que garantiram a conservação de maior parte da floresta nativa. Essa forma de trabalhar a terra, segundo Altierri (2004), condiz com a busca de um reequilíbrio ecológico nos sistemas produtivos agrícolas, ou seja, os povos tradicionais são verdadeiros produtores do desenvolvimento rural, ambientalmente sustentável.

De acordo com ANDERSON et al. (1979), as terras urbanas ou construídas são áreas de uso cobertas por estruturas, como as cidades, vilas, áreas de rodovias, energia, comunicação, indústrias dentre outros que têm por finalidade, o uso: residencial, comercial e serviços, industrial e transporte e comunicações. No povoado de Cordoaria, o crescimento de 8,7 ha para 15,9ha da área construída reflete o retorno dos antigos migrantes às terras da família. Esse retorno se intensifica, principalmente após o ano de 2006, quando a comunidade foi certificada pela FCP, como remanescente quilombola. Nesse sentido o povoado passa a receber melhorias nas infraestruturas de transportes e comunicações, ou seja, fatores de atração para aqueles que conformam a moradia no meio rural com os laços familiares, a segurança e a melhor qualidade de vida. Nesse sentido, muitos nativos de Cordoaria tem mantido a relação de trabalho não agrícola no meio urbano, mas retornam para a moradia na comunidade, realizam novas construções nos terreno contíguo à residência do patriarca ou matriarca da família, provocando alterações socioespaciais na paisagem. As ampliações das terras construídas não incidem sobre novos loteamentos com abertura de clareiras na mata. As novas residências são realizadas na área de uso comum da própria unidade familiar e, portanto, também contribui para a conservação da Mata Atlântica.

As terras agrícolas podem ser definidas como terras utilizadas, basicamente, para produção de alimentos e fibras (ANDERSON et al. 1979). Entretanto, em diversas ocasiões

a terra agrícola pode estar associada a outro tipo de uso, sendo comum estar intercalada com a pastagem, na atividade de agropecuária. Na Cordoaria, as áreas agrícolas referem-se aos quintais como áreas destinados aos cultivos temporários, principalmente de frutíferas plantadas próximas à moradia, fator que facilita o plantio, os tratamentos culturais e a colheita. Essa área de produção constitui-se em importante instrumento na reprodução da unidade familiar e tem grande expressão no uso da terra. Esses espaços congregam criação de espécies animais, especialmente galináceas, espécies vegetais herbáceas, arbustivas e arbóreas, compondo um painel diversificado de cultivos perenes que contribuem para ampliar a dieta do grupo social e complemento da renda familiar, pois o excedente do que é colhido vai ser vendido na feira agroecológica de Camaçari. Desse modo, os quilombolas trabalham com sistemas de produção tradicionais, tendo conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade que manuseiam, numa interação direta entre seres humanos e natureza (ALTIERRI, 2004).

As terras agrícolas de Cordoaria contemplam os quintais agroprodutivos em associação com as roças. As roças correspondem às explorações familiares em sistema de lavoura e pousio, cujas plantações são feitas de dois a três anos numa determinada área (roça), com abandono posterior para recomposição dos nutrientes do solo. O terreno abandonado é chamado pela comunidade de mato (capoeira). O mapeamento da área de estudo aponta que as terras agrícolas da Cordoaria, experimentam um processo de estagnação, entre os anos 2010 a 2017, a ampliação das áreas ocupadas por cultivos agrícolas na Cordoaria, cresceu apenas 10,4 há. Fatores relacionados a essa retenção condizem com a mudança na natureza do trabalho, envelhecimento da população e aposentadoria dos agricultores mais antigos da comunidade, em consonância com melhoria no acesso a níveis mais elevados de educação entre os membros mais novos do grupo, que se refletem na transição destes últimos para atividades não agrícolas. Apesar do exposto, esses sujeitos sociais refletem através da memória e história de vida, uma relação de proximidade, respeito e conhecimento das atividades agrícolas, como tradição da unidade familiar.

Nesse ínterim é preciso resgatar e fortalecer esta agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações, visto que a sustentabilidade não é possível sem preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais (ALTIERRI, 2004). Para os quilombolas de Cordoaria, apesar das transformações socioespaciais por transformações na natureza do trabalho, a roça corporifica a unidade básica de produção

cuja trajetória de vida dos moradores locais, está sempre presente em suas narrativas, seja por que a agricultura é o seu único meio de sobrevivência, ou ainda, por que essa atividade comporta laços de pertencimentos comunitários e familiares que convergem com a identidade dos seus sujeitos sociais. Assim, a unidade familiar de um morador de Cordoaria é sempre apresentada por um complexo de áreas produtivas que correspondem à residência, ao quintal, a roça, a horta, a mata, ao rio e ao mato, onde a pluriatividade é uma característica marcante. Desta forma, ao mesmo tempo em que os quilombolas dependem do provimento florestal, esses sujeitos sociais também são responsáveis salvaguarda da Mata Atlântica, que além de recurso é também importante do ponto de vista simbólico e espiritual (SILVA, 2013).

As terras florestais estão classificadas nessa categoria as florestas ombrófilas secundárias ou em regeneração, remanescentes de Mata Atlântica. A cobertura vegetal secundária pode ser encontrada em diversos estágios de regeneração, tendo em vista o tempo, condições e dinâmica do ambiente para a renovação natural. São áreas resultantes das ações humanas que com o desgaste e o empobrecimento podem tornar os solos de tabuleiros desfavoráveis para atividades agropecuárias, formando uma vegetação secundária que nasce após a derrubada de matas primárias (BAHIA/SEI, 2003). No território da Cordoaria, o mapa de uso da revela que entre os anos 2010 a 2017, a área coberta pela mata teve um pequeno aumento na extensão de 216,4 ha para 229,0 há, que corresponde a uma expansão de 3,05% na área mapeada. Portanto, o desmatamento na área analisada vem diminuindo nos últimos anos devido às transformações socioeconômicas referentes ao modo de vida da comunidade.

Considera-se como fatores que tem contribuído para a conservação da Mata Atlântica na comunidade de Cordoaria, dentre outros: a redução do uso da madeira como combustível para fogões à lenha; a estagnação da atividade agrícola com ampliação do tempo de pousio das roças abandonadas e antigas pastagens; redução da mão-de-obra em atividade na agricultura; a modernização no sistema de transporte e comunicação que favorece a migração pendular, com deslocamento diário dos moradores que exercerem funções não-agrícolas nas localidades e em cidades próximas, além das restrições advindas da implantação da APA Joanes-Ipitanga, no controle da Zona de Proteção Rigorosa –ZPR. Contudo, o modo de vida dessa comunidade historicamente tem contribuído para a conservação Mata Atlântica. Tudo isso, mesmo quando associado com as transformações

verificadas em seu cotidiano contemporâneo, ainda conforma com a lógica de que florestas e quilombolas estiveram sempre aliados (SILVA, 2013).

Mediante o exposto, cabe ressaltar que a comunidade entende a manutenção, o resgate e a valorização das suas atividades tradicionais como elementos fundamentais para a sua autoafirmação rural quilombola. Nesse sentido, ao manifestarem esse desejo estão (re)afirmando suas cosmovisões, que conformam com o domínio do manejo sustentável dos recursos das florestas, bem como dos conhecimentos aprofundados quanto a agricultura tradicional voltados para a conservação dos solos, das águas, dos animais e plantas, além das condições de vida do próprio ser humano. Já que dominam uma agricultura pautada no enfoque agroecológico, ou seja, na aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000).

De acordo com Anderson et al. (1979) as terras úmidas são áreas onde o lençol d'água se encontra próximo ou acima da superfície terrestre durante grande parte do ano. Devido a tal regime hídrico, geralmente estabelece uma vegetação aquática ou hidrófila e estão associadas com as depressões topográficas. Os exemplos de terras úmidas compreendem brejos, lodaçais e pântanos, situados às margens rasas de baías, lagos, lagoas, cursos d'água, dentre outros (ANDERSON et al. 1979). Na comunidade de Cordoaria, essas áreas correspondem aos brejos que se localizam entre os morros, nas partes rebaixadas do terreno. Essas baixadas úmidas representam espaços de grande importância para a comunidade, visto durante o período mais quente seco do ano (novembro a abril), são utilizadas para o cultivo temporário de verduras e legumes (principalmente, quiabo, jiló, feijão, maxixe e abóbora). Portanto, os fatores associados à regeneração natural da vegetação nas áreas das antigas capoeiras, também incidem sobre as áreas de brejo que apresentaram um leve crescimento no período analisado, de 14,6 ha para 17,9 há, cuja ampliação 7,8%, da área úmida, no período entre os anos 2010 a 2017.

Na categoria Água são classificados cursos d'águas, lagos, lagoas, reservatórios e estuários segundo Anderson et al. (1979). Na comunidade de Cordoaria o principal leito fluvial corresponde ao rio Joanes, em seu trecho de barramento do reservatório de Joanes I (Barragem da Cachoeirinha). Um fato que merece chamar atenção é quanto à extensão da água represada, no ano de 2010 sua área compreendia quase 28,2 hectares, e recentemente sua área diminuiu consideravelmente atingindo 26,0 hectares. Isso mostra que o nível d'água está diminuindo que onde outrora foi água, atualmente configura-se como terra

úmida. Fato ligado ao elevado nível de poluição que impacta a qualidade e nível da água nesse trecho do rio Joanes. Nesse sentido, é evidente, a influência negativa da urbanização, o rio Joanes que já apresentou oito metros de profundidade, atualmente se encontra com apenas quatro metros. Dos 40 km de extensão, 8 km apresentam-se poluídos, os pontos que não apresentam poluição são aqueles mais afastados do meio urbano (SOUZA E MORAES, 2018).

A comunidade de Cordoaria é bastante afetada pela poluição do rio Joanes, visto que seu território se encontra à jusante de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Candeias e Camaçari e Simões Filho, municípios que possuem áreas bastante urbanizadas, onde o rio Joanes recebe descargas de efluentes domésticos e, até mesmo, industriais. Portanto, suas águas estão ameaçadas pela proximidade com grandes centros industriais como o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu. Nesse perímetro urbano, muitas empresas instaladas em suas margens descumprem a legislação ambiental e despejam resíduos nas águas do rio, provocando a extinção das espécies exemplares da fauna e flora locais, ao longo da bacia. Para os pescadores de Cordoaria, isso representa o desaparecimento dos peixes e crustáceos, que antes já foram abundantes em seu território, como também o assoreamento das suas margens do rio. As principais fontes de poluição estão relacionadas com o uso das fossas sépticas, devido à falta de saneamento básico na maior parte desses municípios, principalmente nos bairros periféricos, fator que também conduz ao despejo de dejetos humanos diretamente nos cursos d'água (SOUZA E MORAES, 2018).

A poluição e redução do espelho d'água no rio Joanes traduzem-se em um sério impacto para a comunidade de Cordoaria, tendo em vista que uma das principais reivindicações dos seus moradores é quanto à necessidade do abastecimento de água tratada para a comunidade. A falta desse serviço via empresa de saneamento público, em associação à poluição das águas do rio Joanes, desencadeiam, em conjunto, problemas mais graves de saúde pública, principalmente a contaminação de crianças por verminoses e doenças de pele, segundo narrativas dos moradores. Para a comunidade o rio tem uma grande representatividade, tanto com relação à pesca que já foi uma importante fonte de complementação na dieta alimentar e da renda familiar, como também, no uso cotidiano para o lazer e as manifestações socioculturais (lavar roupas, pescarias, banhos, passeios de canoa). Portanto, as relações da comunidade com seu ambiente natural, tanto material como simbólico são alteradas por fatores externos, como a poluição e assoreamento do rio, assim,



na busca de soluções para esses outros problemas, os quilombolas da Cordoaria se organizam em defesa do seu patrimônio e da sua territorialidade.

Enfim, na realidade rural da comunidade de Cordoaria é possível perceber a influência das externalidades da modernidade urbano-industrial em interação com a afirmação da identidade quilombola e da ruralidade, em uma coexistência tensionada com a atratividade metropolitana. O fio condutor dessa tensão ao mesmo tempo tece e limita a intensidade da coexistência, direciona esses sujeitos sociais na busca e autoidentificação como comunidade quilombola. No cotidiano dessa comunidade é possível detectar interferências econômicas e culturais, advindas da ideologia de mercado dominante, capitalista e neoliberal, como indicativos da modernidade. No entanto, a realidade dos quilombolas de Cordoaria é de resistência às adversidades econômicas e políticas, na defesa da sua cultura tradicional e para a conservação do ecossistema de Mata Atlântica. Nesse contexto, a ruralidade marcante da comunidade se reconfigura, passando a ser espaço de interação em complementaridade e continuidade do urbano. Numa coexistência de subalternização com o desenvolvimento urbano/industrial/metropolitano, reconfigura-se como ruralidade metropolitana (ALENCAR, 2011). Nesse sentido, percebe-se maior proximidade e um aumento das conexões dos quilombolas de Cordoaria com o mundo urbano (figura 16), seja através das relações mercantis que estabelecem com as cidades do entorno, seja através da inserção de seus moradores em modalidades de trabalho não agrícolas.

**Figura 16** – Cordoaria: Mapa de proximidades com as estruturas urbanas na Região Metropolitana de Salvador – RMS.



Elaboração: Souza, 2019. Fonte: Image@2019MaxarTechnologies@2019Google. 11/09/2019.

### 3.2 A Ruralidade do Quilombo de Cordoaria

Segundo Bruno et. al., (2017), o espaço social de uma comunidade não consiste apenas no entorno geográfico, mas também no próprio grupo humano, nos laços em comum, nas instituições, na produção econômica, etc. Enquanto para Perico (2009), a manutenção da cultura local conforma com o cuidar dos valores, costumes, princípios compartilhados, cosmovisões, crenças, simbologias e formas de vida que se fazem comuns, nesse espaço social e para sua gente. Em ambas as condições, na comunidade remanescente quilombola de Cordoaria, os sujeitos sociais buscam a conservação das práticas tradicionais que lhe asseguram a condição de quilombolas, ao mesmo tempo, em que almejam o acesso às melhorias em infraestruturas e maior integração com a sociedade de mercado, por meio da afirmação identitária quilombola. Não obstante, essas interrelações podem interferir no conjunto das características comuns que conformam esse grupo social.

Para estabelecer uma relação entre a influência do mundo urbano ao cotidiano dos moradores de Cordoaria, quanto a continuidades e transformações em seu modo de vida foram realizadas 48 entrevistas, utilizando-se de gravador e apoio de questionário semiestruturado. Nesse sentido, coletaram-se os depoimentos dos moradores quanto aos rasgos identitários expressos através das falas desses sujeitos sociais, suas percepções em relação aos e sentimento de pertencimento ao lugar, bem como, a sua afirmação como portador de uma identidade remanescente quilombola. Esses depoimentos e percepções estão sinteticamente descritos através do (quadro1).

**Quadro 1:** Perfil de afirmação identitária rural quilombola na comunidade de Cordoaria.

	Nascer e viver na Cordoaria	Trabalhar e viver da agricultura	Herança dos antepassados	Ser negro	Não sabe	Total de Respostas
<b>Sentimento de Pertencimento ao Lugar</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>48</b>
	<b>37,5%</b>	<b>27%</b>	<b>23%</b>	<b>10,5%</b>	<b>2%</b>	<b>100%</b>
<b>Afirmação Identitária Quilombola</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>48</b>
	<b>19%</b>	<b>12%</b>	<b>29%</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados de Campo, 2019.

Dentre os 48 entrevistados, quando perguntados sobre o significado de viver no mundo rural, aparecem na maior parte dos depoimentos, a ideia de pertencimento como ser nativo do lugar, trabalhar na agricultura e morar por muito tempo na zona rural, como também, ter herdado a identidade de seus antepassados. Analisando-se por essa perspectiva, na memória social dos moradores de Cordoaria do prevalece uma afinidade e um sentimento de ligação com o meio rural, através dos laços familiares que supera outras formas de pertencimento. Além disso, prevalece a percepção de que esses sujeitos sociais se reconhecem como pertencentes ao meio rural, principalmente, no ponto em que suas narrativas de vida remetem aos laços familiares que unem os indivíduos, em torno da memória e história do grupo.

Na Cordoaria, o modo de vida rural vem sendo reafirmado, principalmente, a partir da certificação emitida pela FCP, desde 2006. Desse modo, a comunidade busca por novas perspectivas de conciliar o seu rural tradicional aos anseios e necessidades do grupo, através do acesso às políticas públicas. As narrativas de alguns moradores demonstram que a pertencimento a categoria quilombola, ainda não se encontra bem definida em seus conhecimentos. Portanto, quando questionados se os mesmos se consideram quilombolas, a maioria do grupo, 85% das respostas, afirma-se como quilombola e associa essa condição ao fato de ser negro e nascido na Cordoaria, que herdou a tradição e a história do quilombo através dos membros mais velhos do grupo, na condição de vida no meio rural. Apesar disso, 15% desses sujeitos, responderam que se consideram como quilombolas, mas não conseguem explicar, ou não possuem uma definição ou conceito bem formado quanto a essa categoria social. Contudo, essa condição não os afasta da identidade negra rural, em termos de cosmovisões. Relatos de moradores expressam bem esse fato:

“Aqui é um lugar sossegado, tranquilo. Viver em harmonia com a natureza. Comunidade quilombola, eu não sei dizer isso direito, não. Aqui é muito diferente da cidade, a família mora tudo aqui. Trabalha na roça, meu pai e meus irmãos planta, minha mãe e eu vende na feira. Pega fruta, cajá, mangaba no mato, vende na feira.” (Joseane da Luz dos Reis, 24 anos. Entrevista 27 de março de 2019).

Eu gosto de viver na Cordoaria. Gosto de tudo, da população, aqui todo mundo se bate bem. Tenho minha plantação de aipim, milho feijão, mandioca e distribuo para família, não vendo mais não, sou aposentado. O quilombola é que o pessoal sempre passa ai fazendo trabalho, aí tem a casa de farinha, o bar de Manoel, esses negócios. Depois de quilombo melhorou bastante, desenvolveu mais. (Benjamin Faustino, 70 anos. Entrevista 16 de março de 2019).

É assim, porque os pais da gente foi filho daqui, agente nasceu e se criou aqui, agente só pode dizer que gosta de ser da Cordoaria. Eu gosto daqui porque, graças a Deus ainda está sendo um bom lugar da gente se viver. Ainda pode sair, deixar a porta aberta e não acontece coisa ruim. Aqui a comunidade é tudo como uma só família. Me sinto quilombola, porque somos negros, eu me sinto. Tem muita gente por aí que diz que não quer ser quilombola, mas não é como agente quer. Por que, muita gente que tem preconceito”. (Bernadete Lourdes Reis, 40 anos. Entrevista, 18 de março de 2019).

Na fala desses entrevistados que não souberam como identificar-se na categoria quilombola, percebem-se associações ao receio de reconhecer um passado possivelmente ligado à escravidão, como também, o temor de tal reconhecimento representar uma volta a esse passado. Nesse ínterim, destaca-se ainda, a visão daqueles moradores convertidos às religiões de matriz evangélica, que segundo relatos da comunidade, os evangélicos geralmente associam à existência do quilombo as manifestações de ritos das religiões de matriz afrobrasileira, criando uma referência contrária ao sentido da sua categoria social. Não obstante, essa parcela da comunidade coloca sua condição de quilombola, como algo externo a si mesmo, ou seja, falam sobre a existência da certidão emitida pela FCP, ou ainda, como uma situação construída pela atuação das lideranças comunitárias no reconhecimento da comunidade como remanescentes quilombolas. Contudo, os mesmos afirmam a sua condição de ruralidade e se reconhecem como negros e herdeiros de uma tradição forjada no mundo rural.

Frente aos novos arranjos socioeconômicos a comunidade de Cordoaria procura se organizar e recriar seus sistemas de produção e apropriação dos recursos naturais, de modo a sustentar sua afirmação como remanescente de quilombo, como também, garantir a sustentabilidade socioambiental do seu território. Portanto, entre seus moradores, ainda é possível notar os traços de uma cultura muito integrada à natureza. Nesse ínterim, a comunidade encontra-se num processo de transição do rural tradicional para um rural novo. É um rural em que o tradicional não é simplesmente substituído pelo moderno, mas é ressignificando, assim como a natureza é revalorizada e, justamente com as questões ambientais e etnoculturais, passam a ser tratados como uma política pública (BRANDEMBURG, 2010). Não obstante, a ruralidade emerge dentro de uma nova interpretação da relação sociedade-natureza, no sentido de:

“Ruralidade [...] expressando possibilidade e efetividade de desenvolvimento humano pela consideração do homem como ser da

natureza, remete à construção de identidades a partir dos fenômenos de pluriatividade, lazer e meio alternativo no campo em interação com a cidade, na qual subjaz a questão da modernidade em sua ambivalência de aventura e rotina” (ALENCAR, 2003. p. 11).

No caso da Cordoaria, percebem-se algumas poucas inconsistências internas com relação identidade étnicocultural da comunidade. Apesar disso, o rural permanece vivo na história desses sujeitos sociais, contribuindo para consolidar a identidade de remanescente quilombola. Essa identidade, portanto, se encontra marcada pela ocupação do espaço a partir de determinantes naturais e das relações sociais, formação comunitária por laços de parentesco, solidariedade no uso da terra, presença da economia doméstica comum, unidades espaciais contíguas e constituídas pela casa o quintal e a roça, conhecimento aprofundado dos ciclos naturais, dependência e até simbiose com a natureza, uso e manejo sustentável dos recursos naturais. Desse modo, a comunidade continua na defesa da sua ancestralidade rural, em meio às adversidades e imposições de uma economia globalizada. Os relatos de alguns entrevistados condizem com essa realidade:

“A tradição da Cordoaria é ter o alimento retirado da terra que é mais saudável, quando tem em quantidade na plantação uma fruta, uma verdura, um aipim..., os parentes ou vizinhos dividem esse alimento com os outros, aquele que está sem condição de comprar. O alimento é mais saudável, sem o agrotóxico. É um lugar bom para viver, tem paz, tem tranquilidade”. (Rosângela Reis, 29 anos. Entrevista, 26 de março 2019).

“Nasci e vivo aqui na Cordoaria. Acho aqui tranquilo, é bom pra morar, no contato com a natureza. É quilombola, é importante, tem muita história dos antepassados da gente. Já passei um tempo fora, mas voltei, não tenho mais vontade de sair daqui. Agente planta e tira um pouco de tudo da terra, que a família já vende há trinta anos na feira de Camaçari.” (Márcia do Espírito Santo, 30 anos. Entrevista, 27 de março de 2019).

No rural tradicional, os membros da comunidade ocupam o espaço da unidade familiar segundo uma forma que permite atender os vários objetivos: reprodução física, social e preservação de seu patrimônio natural (BRANDEMBURG, 2010). Nesse sentido, algumas permanências no modo de vida podem ser percebidas e constatadas, a partir das particularidades que se desenrolam no espaço rural do quilombo de Cordoaria. Os quintais são explorados com árvores frutíferas, pequenos cultivos de subsistência, associados à criação de aves, especialmente galináceos. Próximo às casas é comum encontrar o cultivo de plantas medicinais e também aquelas usadas no preparo dos alimentos. O excedente do que é retirado das plantações dos quintais é comercializado, semanalmente, nas feiras de Camaçari e Vila de Abrantes. Desse modo, as permanências, as reconstruções e as

emergências de processos sociais dão especificidade à forma socioespacial que é a ruralidade (PINTO, 2018).

Segundo Brandenburg (2010), o mutirão, as relações de vizinhança, o compadrio, o sentimento de pertencer, são formas de sociabilidade que identificam as organizações comunitárias, como características do rural tradicional. No povoado de Cordoaria, associado ao repertório de conhecimentos de seus moradores com relação ao lugar de vivência, a maneira empregada para limitar os terrenos ainda guardam as marcas desse rural tradicional. Nesse sentido, os limites físicos ainda são estabelecidos segundo os critérios próprios aos membros da comunidade. Seus contornos, muitas vezes, são definidos pela habitação ou quintal de um parente ou compadre, apesar da terra ter um possuidor, geralmente ela não é cercada, sendo possível o acesso de todos aos espaços de uso comum, através das trilhas que interligam os terrenos (Figura 17). A maioria das casas possui, nos fundos, um pequeno quintal que juntos se constituem em uma unidade explorada, segundo os laços de parentesco ou afinidade comunitária. Nesse sentido, existe interpenetração entre o econômico e o não econômico que conforma a interação entre o sujeito social e seu meio ambiente.

**Figura 17:** Modo de ocupação do espaço habitado, no Quilombo de Cordoaria.



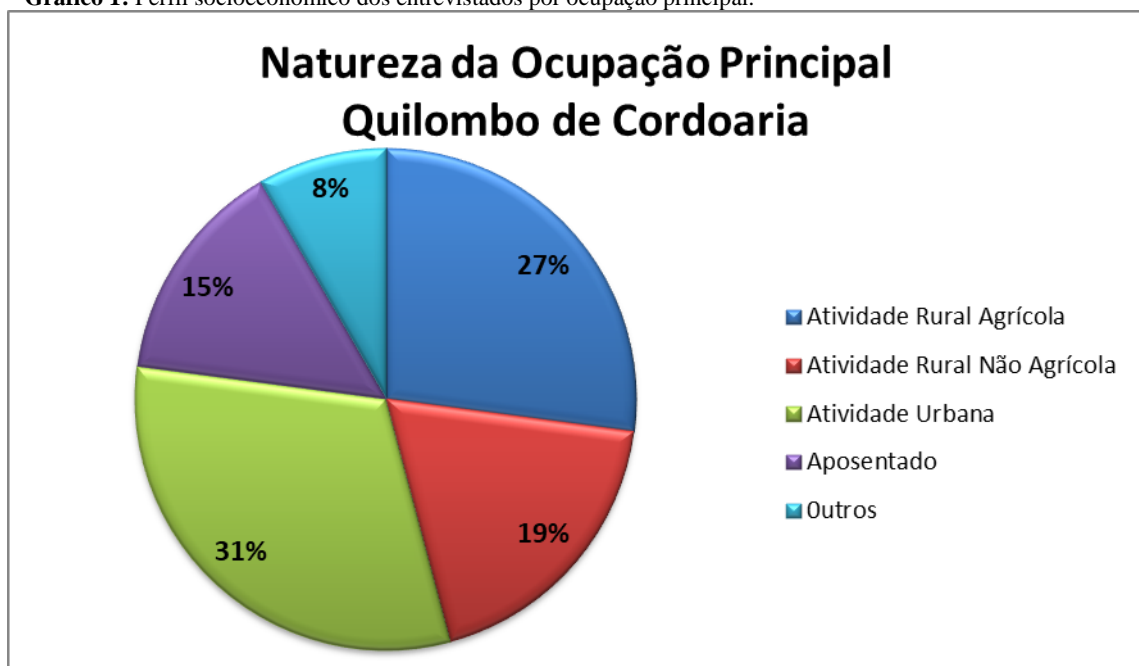
**Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.

Na construção social dos quilombolas de Cordoaria, as marcas do rural tradicional permanecem, também, através dos laços de parentesco e apadrinhamentos que proporcionam aproximações e interações sociais entre os membros da comunidade. Essa continuidade está ligada à existência de temporalidades distintas, que permitem a construção de matrizes de racionalidade próprias a cada grupo social, com sistemas particulares ao mundo em que se inserem (SUZUKI, 2017). Assim, na Cordoaria, a origem histórica da comunidade centrada, nos dois núcleos familiares primordiais (os Reis e os Santana), contribui para a preservação dos laços de parentesco e uso comum da terra. Ainda que congregue indivíduos provenientes de outras localidades, através dos casamentos ou

outras formas união com algum membro da comunidade, a ocupação do espaço e a construção de novas residências ocorrem na área contígua, à moradia dos pais ou parentes, mantendo os traços da tradição, que condizem com os aspectos vida próprios desse grupo social.

A diversidade na natureza do trabalho agrícola é revelada através dos espaços cultivados na unidade produtiva, distribuída entre a área de habitação, pastagens e lavouras, como também pelas práticas de coleta e de exploração de recursos naturais (BRANDEMBURG, 2010). Na Cordoaria, os rearranjos verificados, nas três últimas décadas, reduziram o número de pessoas envolvidas com a atividade agrícola e fez crescer de atividades não agrícolas. Contudo, as marcas da diversidade do trabalho agrícola, ainda estão muito presentes e representadas pela figura do pequeno agricultor familiar na comunidade. Para esses agricultores, as práticas agrícolas e econômicas, constituem um sistema de produção diretamente ligado aos conhecimentos locais e suas interfaces ambientais e sociais. Assim, 46% dentre os moradores entrevistados, declararam-se como trabalhadores agrícolas, sendo que estes entrevistados 27% se consideram agricultores em tempo integral, enquanto 19% destes realizam outras atividades complementares à agricultura (gráfico 1).

**Gráfico 1:** Perfil socioeconômico dos entrevistados por ocupação principal.



**Fonte:** Dados de Campo, 2019.



Os agricultores da Cordoaria realizam diferentes tarefas, associadas à pluriatividade do grupo social, de maneira e em ambientes diversificados, o que contribui para garantir a segurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade frente às condições desfavoráveis. Os agricultores de tempo integral encontram-se, geralmente, na faixa de idade acima dos cinquenta anos de idade, não possuem escolaridade ou têm escolaridade incompleta, cursaram apenas uma etapa do ensino fundamental. Sua condição de baixa escolaridade está associada ao passado de isolamento e distância entre a comunidade e os centros urbanos onde pudessem concluir os estudos. Esses agricultores conservam suas características primordiais, tais como: preparo manual do solo, manejo agroecológico sem uso de insumos químicos, cultivos temporários associados a perenes, tendo pouco ou nenhum acesso ao suporte técnico e creditício do governo. Nesse caso, conforme as condições estruturais, os agricultores desenvolvem atividades com baixa dependência do mercado, voltadas primeiramente ao abastecimento da família, satisfação das suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar (BRANDEMBURG, 2010).

Os agricultores de tempo integral, por serem os moradores mais antigos da comunidade, estão em grande maioria aposentados. Ainda assim, se definem como agricultores. No geral, as terras continuam sendo cultivadas e exploradas por parentes ou vizinhos em regime de parceria. Os terrenos são contíguos às residências, com extensão média de sete tarefas (aproximadamente três hectares). A terra cultivável é dividida em quintal, roça e brejos (Figura 18). O trabalho nos cultivos associa-se com a exploração do mato (capoeira), da mata e do rio, onde executam a coleta, o extrativismo e a pesca. Assim, esses agricultores definem um modo de vida próprio que assegura a sua reprodução social, mediados pelo conjunto das suas práticas cotidianas e da sua história e da posição que ocupam na sociedade envolvente (SUZUKI, 2013).

**Figura 18:** Exemplo de diversidade do cultivo na Cordoaria.



Esquerda; área com cultivo de mandioca na declividade, quiabo e feijão andu na parte alta. Direita; área com cultivo de bananeiras na baixada do terreno. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.



O parcelamento da terra é feito geralmente seguindo a lógica de plantar durante o inverno parte alta do terreno, considerada uma área mais seca, os cultivos temporários (mandioca, aipim, milho e quiabo). Na área de brejo, chamada baixada cujos terrenos são mais úmidos, planta-se durante o verão, principalmente feijão, maxixe, jiló, abóbora e quiabos. No quintal (Figura 19), cultivam-se as frutíferas como manga, abacate, jaca, banana, coco, limão, laranja, dentre outras, além das hortaliças e plantas medicinais, que são cultivados o ano inteiro e o excedente é comercializado pelas mulheres e filhas, nas feiras de Camaçari e Vila de Abrantes. No mato (área de antigas roças, em regime de pousio, onde a Mata Atlântica encontra-se em estado inicial ou intermediário de regeneração), coletam frutas, plantas medicinais e fibras.

**Figura 19:** Exemplos de quintais cultivados na comunidade de Cordoaria.



Esquerda; área cultivada com árvores frutíferas perenes. Direita; área cultivada aipim na borda e frutíferas ao fundo.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

Nessa categoria agricultor tradicional aparece a atividade de pesca, que no passado já teve representatividade na comunidade, mas atualmente, realiza-se como uma prática mais voltada para o lazer. Segundo a memória coletiva do grupo, no passado esses indivíduos se dedicavam à pesca como complemento ao trabalho na roça, de acordo com a sazonalidade. A pesca era realizada intercaladamente a agricultura em diferentes dias da semana, o pescado em geral destinava-se ao consumo da família, havendo excedente, era comercializado nas comunidades vizinhas. Em dias atuais, realiza-se a captura dos peixes, camarões e pitus em quantidade bem menor que no passado. A pesca ainda é realizada de forma tradicional, utilizando-se de redes e armadilhas, como jererés e covos, nas águas do rio Joanes.

Os pescados têm diminuído bastante nos últimos anos, devido à poluição desse leito fluvial, portanto, a categoria de pescador quase não é mais encontrada na comunidade. Seus relatos remetem para uma concentração na atividade agrícola rural e outros terem transitado para atividades agrícolas não rurais (caseiros, jardineiros, pedreiros, etc). Contudo, as relações de trabalho, lazer e cotidiano de vida com as águas do rio Joanes

permanecem presentes na história de vida do grupo, conforme um importante veículo de memória (figura 20). Uma narrativa comum na memória dos moradores de Cordoaria refere-se à fartura dos pescados e dos crustáceos, no passado da comunidade, bem como a gradativa diminuição desse recurso, atrelada à retração da atividade de pesca entre os membros do grupo.

**Figura 20:** Equipamentos de pesca ainda utilizados por moradores da Cordoaria



Canoas de madeira e jangada de bambu, na margem do rio Joanes, que banha o território da comunidade. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.

Para Suzuki (2013), essas dimensões materiais e imateriais condizem com o modo de vida do grupo, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, produzindo as suas territorialidades. Dentre os poucos indivíduos que ainda resistem na prática da pescaria, encontra-se em geral, o a figura do homem entre 30 e 50 anos de idade, que trabalha sozinho ou em parceria com um filho, em complemento a outras atividades. Para esses sujeitos sociais, a pesca deixou de ser atividade principal, pois também executam outras atividades como caseiros, jardineiros e pedreiros em localidades próximas, mas sempre expressando o sentimento de ligação com a atividade tradicional. O depoimento de um pescador da Cordoaria revela tal realidade:

Isso aqui era bom demais, vivia quase disso ai (pesca no rio). Hoje em dia tá tudo poluído, é um canal que passa ai embaixo, á água chega fede [...] Há dez anos, eu pegava duzentos/trezentos quilos de peixe na semana - pescada branca, tucunaré, tilápia, pitu, camarão - que vendia em Parafuso, hoje até para comer você não consegue [...] hoje eu vivo de roça e tomo conta da roça de outras pessoas. (Sr. Joselito Pereira dos Santos, 55 anos. Entrevista, 27 de maio 2019).

Na Cordoaria, dentre os entrevistados relacionados com agricultor em tempo parcial, destacam-se indivíduos na faixa de idade entre os trinta a cinquenta anos de idade, que em geral, acessaram um melhor nível de estudo, buscaram inserção em outras atividades não agrícolas (principalmente comércio, serviço público e trabalho doméstico), mas ainda cultivam os quintais contíguos à unidade familiar, em momentos de folga, feriados ou finais de semana. Esses agricultores em tempo parcial conseguem através do

cultivo da terra um complemento do salário que adquirem de trabalhos não agrícolas. No passado de isolamento e precariedade vivido pela comunidade, muitos deles haviam migrado para áreas urbanas, em busca de melhores níveis sociais e monetários. Em tempo mais próximo, muitas melhorias são experimentadas pela comunidade (pavimentação de estradas, transporte coletivo, energia elétrica, sinal de televisão, rádio, telefonia e internet), tem atraído esses migrantes para o retorno as suas origens rurais. Portanto, o agricultor em tempo parcial constitui uma categoria em expansão na comunidade, sobretudo, após a certificação como remanescente quilombola que contribuiu para agregar esses sujeitos sociais em torno do reconhecimento da sua identidade negra rural e garantia de seus direitos.

Segundo Suzuki (2015), a emigração presente no cotidiano das comunidades tradicionais é resultado da forte influência da mentalidade urbana advinda da cidade, especialmente aquela associada à educação e aos meios de comunicação. Esse fenômeno se faz presente na comunidade de Cordoaria, principalmente através da transferência do trabalhador mais jovem para atividades vinculadas a natureza do mundo urbano industrial. Esses jovens dispõem de melhorias no sistema de transporte e comunicação, como maior acesso a rede de ensino de nível médio e superior e, assim, alcançam níveis mais elevados de instrução educacional, que os dos seus pais. Em sua maioria são moradores, abaixo dos trinta anos de idade, que não almejam dar continuidade a nenhum tipo de atividade agrícola e expressam o desejo de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural via a inserção no mercado de trabalho não rural. Nesse sentido, é necessário que a comunidade se instrumentalize da memória e identidade para evitar que a sua história e seu rico patrimônio cultural sejam esquecidos, para honra e mérito do avanço do moderno (SUZUKI, 2015).

Os jovens da Cordoaria, comumente, constroem sua formação educacional, em instituições cuja base de ensino é voltada para o mundo do trabalho urbano. Portanto, direcionam seus objetivos profissionais para as atividades do setor de comércio, serviços e indústria, em detrimento das atividades agrícolas ou não agrícolas do meio rural. Nesse sentido, consideram que o trabalho na roça é muito exaustivo e resulta em baixos rendimentos financeiros. Não obstante, afirmam seu desejo de permanecer morando no meio rural, traduzido pelo sentimento bucólico de pertencimento à comunidade, como lugar tranquilo e bom para morar. Contudo, consideram que o trabalho no mundo urbano oportuniza elevação do seu padrão social e econômico. Como exposto, nos depoimentos abaixo:

É bom morar na Cordoaria, é um lugar tranquilo que poucos lugares são assim. Bom para passar um final de semana, relaxar bastante. Mas, algumas coisas são ruins, não tem posto de saúde, se ficar doente tem de sair para Vila de Abrantes, fazer consulta. Não tem água encanada. Eu pretendo morar aqui, mas trabalhar fora [...] aqui é muito trabalhoso, tem de plantar, de extrair da terra, ralar, limpar e vender na feira (Crislane Conceição Santos, 16 anos. Entrevista, 14 de novembro de 2018).

As pessoas trabalham com mão-de obra agrícola. Agora é uma comunidade quilombola, agora já tem mais visão para povo que vem de fora para visitar, fazer trilha. Melhorou com estrada, projetos, energia, tem Internet. Eu tenho pretensão de ter uma casa aqui. Mas, tem uma dificuldade de locomoção para estudar, trabalhar, fazer coisas ao mesmo tempo é meio complicado. Aí, tem de ir para fora trabalhar e ter casa aqui para poder retornar. A moradia é muito boa (Max Santos Nascimento, 18 anos. Entrevista, 21 de novembro de 2019).

As mudanças estruturais na natureza do trabalho encontradas na comunidade de Cordoaria refletem duas condicionantes de um mesmo objetivo. Primeiro a necessidade de interação com modelo político e econômico imposto como padrão hegemônico, resistindo na sua condição de rural tradicional e, segundo o alcance da visibilidade como sujeitos de direitos, a partir dessa interação entre o rural e o urbano, para fazer valer as políticas públicas voltadas à sua condição de comunidade rural quilombola. Cujo objetivo maior é assegurar a continuidade do próprio grupo social. Nesse sentido, em meio ao processo de transição socioeconômica experimentada por seus sujeitos de direito, o cotidiano dos quilombolas de Cordoaria está fortalecido na modernidade (Figura 21), pela própria complexidade do modo de vida rural, inserido no contexto de uma região metropolitana. Portanto, esta comunidade rural resiste e cria resiliências. Assim, mantém relações com o mundo urbano, na qual são desenvolvidas atividades, tanto do tradicional rural como aquelas incorporadas da urbanidade, em complementaridade (BRUNO, et al., 2017).

**Figura 21:** Transformações materiais na comunidade de Cordoaria



Esquerda; substituição das antigas casas de taipa pela construção em alvenaria. Direita; modernização da casa de farinha com equipamentos movidos a motor elétrico. **Fonte:** Pesquisa de campo 2019.

Na interpretação da realidade da Cordoaria, não cabe mais uma leitura homogênea e preconceituosa sobre o rural quilombola, como símbolo de imutabilidade e atraso econômico. Essa leitura deve ser redimensionada para descortinar as marcas de um rural em transformação, marcado por uma nova ruralidade. Como dito por SUZUKI (2013), as comunidades rurais tradicionais não estão desviadas da sociedade urbana-industrial, elas estão cada vez mais mediadas pelo mundo urbano e da mercadoria. Segundo esse autor, essas comunidades carregam também as influências que chegam aos seus moradores por veículos de comunicação e novas tecnologias da informação que as aproximam do modo de vida urbano. Neste sentido, a ruralidade contemporânea tem um complexo universo de realidades, significados e problemáticas que demandam atenção e ação dos diversos setores da sociedade (VILLAMIL; LANCHEROS, 2017). Enfim, a realidade do quilombo de Cordoaria condiz com esse novo rural, no qual: às imposições do ritmo e padrão de vida da sociedade moderna condiciona para a reorganização da vida social e redefinição das condições de vida em comunidade (BRANDEMBURG, 2010).

### **3.3 Transformações e continuidades na dinâmica rural da Cordoaria**

Para os quilombolas de Cordoaria, geralmente, impõem-se a necessidade de adaptação a uma nova dinâmica socioeconômica e espacial, cujo sentido é orientado por agentes promovedores da conservação da natureza. Nesses casos, segundo Penna-Firme e Brondízio (2017), existe a tendência de esses agentes esconderem a realidade local mais profunda de pobreza e de marginalização social, que caracteriza diversas comunidades tradicionais em transição (incompleta ou precária) para sociedades de mercado. E, assim, os quilombolas tornam-se subordinados, empreendendo uma busca por mecanismos de autoidentificação e novas formas de apropriação dos recursos naturais que possam garantir seu tradicional modo de vida, caracterizando uma coexistência tensionada do rural-urbano:

A relação campo e cidade, compreendida nos marcos do pensamento complexo, possibilita reconhecer a condição de rural e de urbano configurando um padrão de desenvolvimento em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza e sob a égide do capitalismo contemporâneo. (ALENCAR, 2007, p. 114).

O contexto socioeconômico do quilombo de Cordoaria é marcado por dificuldades típicas do mundo rural brasileiro, no qual os sistemas tradicionais são direcionados para uma reformulação de novos padrões de produção e consumo, numa interação crescente com

o urbano metropolitano. Nesse aspecto, Alencar (2003), diz que existe um excesso de urbanidade excludente da ruralidade, uma realidade insustentável de permanecer em meio às inovações intensificadoras do ritmo e da diversidade dos eventos, na contemporaneidade do capitalismo global. Ainda assim, Bruno et. al. (2017), considera que em razão do seu amplo repertório de conhecimentos sobre o ambiente, as técnicas e costumes das comunidades rurais, podem ser trabalhados enquanto mecanismos para alcançar o equilíbrio e a sustentabilidade socioambiental. Mediante o exposto, percebe-se que as relações sociais e familiares praticadas na comunidade de Cordoaria conformam um potencial para manter uma economia de escala local que vai além do trabalho agrícola, pois sua ruralidade se expressa através das danças conversas, jogos, pescarias, coleta de elementos da mata e mutirões, conformando laços de solidariedade e identidade para esse grupo social.

Segundo Bruno, et al. (2017), o reconhecimento das comunidades tradicionais e suas especificidades quanto ao uso sustentável da natureza condiz com promoção da equidade social e conservação ambiental. Nesse sentido, é preciso atenção quanto à racionalidade de agentes externos que induzem essas comunidades para uma negação da economia de escala local, gerando resultados impactantes sobre o cotidiano das mesmas. Nesse sentido, na comunidade de Cordoaria a influência do urbano metropolitano é uma realidade produtora de tensões entre o tradicional quilombola e as inovações advindas do fenômeno de globalização da economia. O cotidiano dos moradores reflete a interação do rural com o urbano, onde a busca de mecanismos para defenderem a afirmação da sua identidade cultural e rural quilombola é o ponto central dessa tensão.

De acordo com Villamil e Lancheros (2017), as pressões do urbano sobre o rural advindas do imaginário social e das formulações científicas cristalizaram antagonismos entre o urbano e o rural que não dão conta da diversidade na realidade objetiva. Esse fenômeno requer reflexões no sentido crítico, pois de acordo com Suzuki (2015), ao se inserirem enquanto produtores de capital, os sujeitos sociais de comunidades tradicionais veem sua própria história esquecida, por influência do avanço do moderno, em detrimento do tradicional, daquilo que seria considerado atrasado e impróprio. Nesse contexto, os jovens quilombolas de Cordoaria sustentam uma concepção, segundo a qual, as suas vidas são afetadas pela precariedade de condições materiais oferecidas pelo mundo rural. Em sentido contrário, enxergam que as oportunidades de fácil acesso aos meios de



comunicação, melhores condições de estudos, lazer, emprego, sucesso profissional e ascensão social, advirão de sua inserção no mundo urbano.

No caso do jovem quilombola da Cordoaria, sua visão de mundo sofre influência direta da imersão e localização geográfica da comunidade em ambiente metropolitano. Segundo Alencar (2007), essa visão de mundo reflete os muitos efeitos da dicotômica e coexistência tensionada entre o rural e o urbano. Para Suzuki (2015), o processo de inserção dos quilombolas na produção ampliada do capital precisa ser visto de maneira reflexiva e no seio da própria comunidade. O referido autor considera que tal inserção ocorre de forma subalterna, sendo definida como instável, marginal e precária. Portanto, o cotidiano dos seus jovens precisa de ações redirecionadas para o reconhecimento e valorização da própria história, como sujeitos de direitos no combate às subalternidades.

Mediante o exposto, a comunidade de Cordoaria se encontra frente aos novos arranjos, territoriais, econômicos e ambientais ocorridos na RMS, desde os anos 1980. Seu modo de vida rural interage com os efeitos relacionados ao avanço dos processos de industrialização, urbanização e de incremento do setor de turismo no Litoral Norte da Bahia, assim como, a periferização e verticalização urbana que avança para essa região, sobretudo no distrito de Vila de Abrantes. Tais fenômenos têm ampliado a migração dos habitantes nativos para os centros urbanos próximos, para o trabalho assalariado, bem como a chegada de inovações próprias da economia de mercado, alterando profundamente as relações locais. Nesse sentido, é possível analisar a Cordoaria a partir de uma dinâmica marcada pela ruralidade metropolitana, na qual o olhar é do rural quilombola para o urbano metropolitano, que avança em sua direção e provoca transformações:

A dinâmica metropolitana na RMS radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção *ruralidade metropolitana* como recurso interpretativo à medida que dá elementos para requalificar o rural a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais. Trata-se de uma noção que resulta da reflexão sobre o rural vivenciado na relação com o urbano metropolitano, tomando-se a escala regional como unidade de referência. (ALENCAR, 2007, p. 114).

O quilombo é, ainda, o lugar da expressão do desejo de liberdade, no qual o direito ao território permanece como núcleo central dos debates e das mobilizações em torno dessa identidade étnica (FIGUEIREDO, 2015). Assim, a Comunidade Quilombola da Cordoaria

encontra-se organizada politicamente e por meio de ações articuladas com a Associação Beneficente Nossa Senhora Santana de Cordoaria, fundada em 1969, sendo que mais recentemente, desde 2015, a luta gira em torno dos direitos pela reafirmação da sua identidade étnica e cultural, com a participação do Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria - GAAQC. Tais entidades buscam manter vivas a história oral e suas manifestações, nas inúmeras formas de vida marcada pela multiplicidade dos sujeitos rurais e sua autoidentificação quilombola. Em visita à sede do GAAQC, a diretora da instituição considera a luta pelos direitos étnicos e culturais uma tarefa importante, pois a comunidade é muito carente e necessitada de ações voltadas à valorização dos conhecimentos tradicionais, as práticas agroecológicas, a gastronomia local e a beleza dos atributos naturais (Cristina Santana, entrevista, 12 de agosto 2018).

Na Cordoaria verifica-se que o rural encontra-se subalternizado e invisibilizado pelo urbano metropolitano, em circunstâncias que conduzem uma parcela dessa população, especialmente entre os mais jovens do grupo, a migrarem do espaço rural. Portanto, o modo de vida tradicional da Cordoaria passa por transformações da pressão exercida pela modernidade urbana, criando resistências e novas aprendizagens a partir dessas mudanças. Dessa maneira, a Cordoaria vive um momento, no qual é preciso fortalecer a luta, pois, na sua dinâmica de ruralidade metropolitana, as tensões econômicas, políticas, sociais e culturais estão marcadamente presentes no cotidiano de seus moradores. Nesse sentido, a condição de comunidade tradicional para a Cordoaria, não a isola do seu contexto espacial, o que tem resultado em modificações relacionadas aos avanços da modernidade, cujos efeitos ora os aproximam da identidade rural tradicional quilombola, ora materializam-se em alterações no papel social dos seus moradores que não os destituem da sua condição de ruralidade.

As percepções dos moradores coletadas durante pesquisa de campo, foram sistematizadas em uma matriz de interação (Quadro 2), na qual o cotidiano da comunidade é utilizado como o elemento-chave para traçar um quadro comparativo qualificador do grau de importância atribuído ao rural e ao urbano nas suas narrativas. Foram consideradas as dimensões predominantes e variáveis pré-estabelecidas a partir das características identificadas por Diegues (2008) para a diversidade social em sociedades tradicionais não indígenas no Brasil. Desse modo, foram detectadas as principais determinantes encontradas no meio, atribuindo-lhes valores de magnitude (alta, média ou baixa) e de natureza



(positiva ou negativa), adaptados do método qualitativo de avaliação de impacto ambiental da matriz de Leopold (Cardoso et al., 2018), de acordo com a intensidade com que apareciam na fala dos entrevistados. Assim, relacionaram-se tais elementos ruralidade e conservação ambiental na comunidade de Cordoaria.

Quadro 2: Dimensões, variáveis e potencialidades indicativas de ruralidade e conservação ambiental - Comunidade de Cordoaria: Camaçari-BA.

Dimensões Predominantes	Variáveis Independentes	Determinantes	Indicadores
Demográficas	Densidade e Pressão Populacional	Especulação Imobiliária no entorno	-3
	Movimentos Populacionais	Deslocamentos Campo-Cidade	-3
	Moradia e Ocupação do Território	Unidade Familiar ou Comunal	+3
Econômicas	Infraestruturas Básicas	Saúde, Educação, Transporte, Energia...	-3
	Posse do Território	Reprodução Econômica e Social do Grupo	-2
	Atividades Produtivas	Agricultura Familiar	+3
Culturais	Pertencimento Cultural	Influência de Culturas Externas	-2
	Organização Política	Associações Comunitárias	+3
	Vivências Comunitárias	Sensação de Segurança e Bem-Estar	+3
	Ritos e Crenças	Influências Religiosas	-3
Ambientais	Conhecimento dos Ciclos Naturais	Uso Sustentável dos Recursos	+3
	Relação com o Ambiente Natural	Dependência/Simbiose com a Natureza	+2
	Uso dos Recursos Naturais	Uso de Tecnologias Simples	+3
	Condições do Ecossistema	Poluição e Disponibilidade da água	-3

**Fonte: Relatos de moradores na Comunidade de Cordoaria (2018/2019).**

**Indicadores de Ruralidade e Conservação Ambiental. Quanto à Natureza: (+) Positiva e (-) Negativa. Quanto à Magnitude: (1) Baixa; (2) Média e (3) Alta**

Na matriz de interação, aparecem, em maior intensidade, como determinantes para indicativas de ruralidade e conservação ambiental, com natureza positiva (+) e de magnitude alta (3), as seguintes impressões dos quilombolas de Cordoaria:

- i. A Residência em unidade familiar e comunal: para a dimensão demográfica, na variável moradia e ocupação do solo;
- ii. Trabalho na agricultura familiar: para a dimensão econômica, na variável atividade produtiva;
- iii. Associativismo comunitário junto à sensação de segurança e bem-estar: para a dimensão cultural, dentro das variáveis, organização política e vivências comunitárias, respectivamente.

iv. Uso sustentável dos recursos, junto ao uso de tecnologias simples: para a dimensão ambiental, dentro das variáveis, conhecimento dos ciclos naturais e uso de recursos naturais, respectivamente.

Em outro sentido aparecem nos relatos dos moradores, a natureza negativa (-) e de magnitude alta (3), as seguintes determinantes para manter a ruralidade e conservação ambiental.

i. Especulação imobiliária do entorno e deslocamentos Campo-Cidade: para a dimensão demográfica, nas variáveis densidade/pressão e movimento populacional.

ii. Saúde, Educação, Transporte, Energia, Água e Saneamento: para a dimensão econômica, na variável infraestrutura básica.

iii. Influências Religiosas: para a dimensão cultural, na variável ritos e crenças.

iv. Condição do Ecossistema: para a dimensão ambiental, na variável poluição e disponibilidade da água.

Dentre as determinantes positivas, identificou-se, entre os moradores mais velhos da Cordoaria, uma percepção de valorização das formas de trabalho agrícolas e tradicionais, principalmente quanto à importância de manter preservada a produção local da mandioca e seu beneficiamento. Estes moradores consideram a reforma e o reequipamento da antiga casa de farinha comunitária como fundamental para manter a tradição dos quilombolas. Nesse caso, é preciso manter vivas as lembranças ligadas aos fazeres e viveres ancestrais de plantio, colheita e beneficiamento da mandioca, que envolvem ritos e costumes peculiares, como as cantigas e o samba-de-roda. Quanto a tal importância, duas lideranças da comunidade afirmam:

“A farinha produzida aqui é consumida desde que me conheço por menino, nossa comunidade vive desde seu princípio da agricultura familiar e da feitura da farinha. Aprendi a fazer farinha com meu avô, que já fazia isso há mais de cem anos. Antes era tudo na força do braço, com tachos e gamelas de madeira, trabalho pesado fez muita gente largar de fazer farinha. Hoje, têm as máquinas, mas a farinha daqui tem tradição, da qualidade de mandioca que temos.” (Sr. Firmino Francisco de Matos, 107 anos. Entrevista. 26 de março de 2019).

“Eu beneficio mandioca para fazer beiju, pamonha e bolo de carimã, tudo é produzido com matéria-prima vinda da plantação familiar. Aprendi tudo com minha mãe, vendo meus produtos semanalmente na feira livre de Vila de Abrantes e Camaçari, com as venda eu consigo criar meus filhos.” (Luzinete Santos, 38 anos. Entrevista, 26 março de 2019).

Quanto à organização política e social, ainda entre determinantes positivas, a comunidade está apoiada por duas entidades representativas: a Associação Beneficente

Nossa Senhora Santana de Cordoaria e o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC). A regularização fundiária é expectativa de toda a comunidade, o que ainda não se consolidou, segundo testemunhos:

“Meu pai, foi um dos moradores mais antigos do quilombo. Ele criou a família com o rendimento da agricultura familiar. A titulação da terra é importante para todos nós, seus descendentes, dar continuidade ao trabalho deixado por ele.” (Eduardo Reis, 56 anos. Entrevista, 16 de setembro de 2018)

“A gente sempre sobreviveu da agricultura familiar. É importante valorizar nossa origem e buscar o reconhecimento e legalização das terras quilombolas.” (Tereza Santos, 47 anos. Entrevista, 16 setembro 2018).

Em grande parte das comunidades quilombolas no Brasil, desde os anos 2000 ocorreram muitos avanços no quadro da realidade mesmo que as políticas públicas voltadas aos seus direitos não tenham se efetivado de maneira satisfatória. Esse é o caso também dos Quilombolas de Cordoaria. Ainda assim, permanece a necessidade de melhorias, já que existem dificuldades na administração e operacionalização dessas mesmas políticas, muitas vezes resultando num desigual crescimento para com algumas comunidades ou a estagnação das conquistas em outras. Boa parte dessas comunidades quilombolas reside no meio rural, vivendo de atividades agrícolas e não agrícolas, que são parte significativa da ruralidade, cuja interpretação torna-se bastante complexa ao considerar dimensões subjetivas. Nesse sentido, Alencar (2007) considera que a ruralidade deve ser interpretada a partir da produção material da vida dos seres humanos, homens e mulheres, seres concretos que têm identidade, que trabalham e pensam, apesar dos constrangimentos impostos pela necessidade de sobrevivência.

Nesse contexto, a garantia da continuidade das comunidades quilombolas, enquanto grupo, só é possível por meio da reafirmação constante de seus indivíduos e dos indivíduos entre si, por meio das experiências vividas e versões compartilhadas em sua trajetória comum e na relação interpessoal com o(s) outro(s), principalmente naquilo que tange ao seu modo de vida rural contemporâneo. Para Alencar (2011), o rural e o urbano coexistem sob tensão em atividades produtivas, expressões culturais e valores societários advindos dos modos de viver. Na realidade da comunidade Cordoaria, essa relação tensionada entre as externalidades advindas da sua inserção na RMS e as tentativas de manutenção do seu

cotidiano rural é bastante perceptível, como afirma um morador que trabalha na sede do distrito, em Vila de Abrantes: “Tempos atrás, de minha mãe, do meu pai, o pessoal vivia muito de roça. Mas hoje, depois que aqui virou quilombo, muita coisa melhorou, muita gente que saiu, hoje voltou, mas trabalham fora: de indústria, de comércio, casa de família.” (Sr. Crispim Santos. Entrevista, 13 de outubro de 2018).

A luta pela terra é, seguramente, um dos indicadores universais de legitimidade da condição de comunidade tradicional (SCHÖRNER, 2018; ALMEIDA, 2008; DIEGUES, 2008). Não obstante, a regularização das escrituras da terra é um elemento fundamental aos quilombolas da Cordoaria, sendo considerado como fator importante para reforçar a estrutura produtiva na comunidade (Figura 22), fortalecer o fluxo de capital e geração empregos locais, bem como, a garantia de assistência técnica e o acesso ao crédito rural, ao suporte previdenciário e a outros instrumentos da política agrícola.

**Figura 22:** Estrutura Produtiva no Quilombo de Cordoaria.



Esquerda; beneficiamento da mandioca na Casa de Farinha Comunitária. Direita; venda da produção familiar na feira agroecológica de Camaçari-Ba. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2018/2019.

Dentre as determinantes que configuraram como negativas verifica-se que o sistema de saúde prestado pela prefeitura à população é precário. Para conseguir atendimento médico hospitalar, os moradores necessitam se deslocar para a sede do Distrito em Vila de Abrantes, ou para a sede municipal em Camaçari. No primeiro caso, apesar do deslocamento dentro do distrito ser mais próximo, o atendimento também é precário, com infraestrutura muito incipiente. A inexistência de sistema de abastecimento de água tratada e encanada é outra grande dificuldade enfrentada pelos moradores da Cordoaria; um problema antigo que segue sem definição. Nesse caso, existe um estudo realizado pela Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB) para instalação de um sistema de captação e bombeamento para uma caixa d’água na parte alta do povoado.

No entanto, de acordo com relatos da comunidade, não existe resposta da CERB quanto ao local para instalação do sistema, como também inexistem projetos da Empresa

Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), previstos no momento para a comunidade de Cordoaria. Assim, torna-se possível apreender que Cordoaria chega ao século XXI, caracteristicamente marcada como um povoamento rural, interligado à Estrada do Coco e Camaçari via estradas pavimentadas, contando com serviços de iluminação pública, escola de ensino fundamental, sistema de transporte e telecomunicações, via rádio, televisão e internet. Mas, apesar da modernidade típica da sua condição de ruralidade metropolitana, continua com problemas comuns de um povoamento distante dos centros urbanos e sem a atenção do Estado.

A autonomia relativa e até simbiose que caracterizam comunidades tradicionais, como a Cordoaria, também se apresenta tensionada e ameaçada. De um lado, existe a especulação imobiliária, acompanhada por acelerado processo de transformação da paisagem, nos entornos do quilombo (Figura 23); de outro, o rio Joanes, importante recurso natural para a comunidade, por atravessar áreas urbanas onde recebe despejo de esgotos sem tratamento, principalmente no município de Camaçari, chega ao território da Cordoaria em avançado estágio de poluição.

**Figura 23:** Transformações da paisagem nas proximidades da Cordoaria.



Esquerda; especulação imobiliária no entorno do quilombo, com lançamento de empreendimentos habitacional de alto padrão. Direita; placa sinalizando a entrada do empreendimento na estrada da Cordoaria. **Fonte:** Arquivo Internet. Acesso em 24 de set. de 2019.

A chegada dos empreendimentos imobiliários, com permissão do poder público, provoca a supressão da mata nas áreas limítrofes ao território quilombola, sendo um motivo de preocupação, quanto a conservação dos ecossistemas localizados no entornos da Cordoaria. Outro motivo de preocupação é a poluição no rio Joanes (Figura 24), que tem reduzido à possibilidade da pesca artesanal para uma parcela dos seus moradores, retirando-lhes a possibilidade de renda e alimentação por este meio, tal atividade é considerada como complementação da reprodução material, juntamente com produtos oriundos das roças e quintais, cujos excedentes são vendidos nas feiras livres.



**Figura 24:** Impactos socioambientais no rio Joanes.



Leito do rio coberto pela proliferação de algas e baronessas, um indicativo do elevado nível de poluição. **Fonte:** Pesquisa de Campo 2019.

Entre os anos de 2015 e 2016, os quilombolas de Cordoaria tiveram de organizar um movimento de enfrentamento político, para defenderem o seu principal acesso viário até a Estrada do Coco (BA 099). A estrada de Cordoaria estava ameaçada de ser fechada a passagem dos moradores dos quilombos, para construção das guaritas de segurança que dão acesso a condomínios de alto padrão que estão expandindo a sua área de venda de terrenos nesta região. No enfrentamento desse problema, os quilombolas de Cordoaria utilizaram da pressão luta popular e conseguiram perante o governo municipal a manutenção da acessibilidade, além da pavimentação e iluminação da sua principal via de comunicação (Figura 25). Segundo o Sr. Firmino Francisco de Matos, morador mais antigo da comunidade, com 107 anos de idade, os próprios quilombolas abriram essa estrada usando um besouro (trator), há mais de cinquenta anos, para o escoamento da grande produção de mandioca que era realizada naquele período. Para o Sr. Eduardo Costa dos Reis, a construção desses condomínios na área de acesso ao quilombo, altera a paisagem local, como também, provocou o aterramento de várias fontes de água, diminuindo a ocorrência de terras mais úmidas nesta região.

**Figura 25:** Defesa da principal via de acesso ao Quilombo de Cordoaria.



Esquerda; movimento realizado na Câmara de Vereadores de Camaçari, no ano de 2015, contra o fechamento da estrada. Direita; entrada do condomínio, na área onde a estrada seria bloqueada para acesso ao quilombo. **Fonte:** Arquivo Internet. Acesso em 24. set. 2019.

Apesar da pavimentação e iluminação da estrada, o deslocamento ainda permanece precário e deficiente, pois a comunidade conta apenas com três horários de transporte público, durante todo o dia, integrando Vila de Abrantes/Cordoaria/Camaçari, com a última viagem saindo da sede de Camaçari às 20h. A deficiência no sistema de transporte é uma das principais causas para a não continuidade dos estudos entre a maioria dos jovens da Cordoaria. Disso resulta significativa migração dessa camada da população, dificultando a continuidade das tradições rurais, já que aqueles que poderiam mantê-las se deslocam para centros urbanos e passam e se inserir em atividades não rurais, sendo bastante influenciados por padrões de reprodução material e imaterial distantes dos de sua origem ancestral. Mesmo quando retornam, já não desenvolvem mais as atividades do cotidiano rural por conta das novas mediações que estabeleceram com o mundo urbano-industrial. Estas situações de dificuldade de permanência na comunidade pelos jovens podem ser percebidas nos seguintes relatos:

“Eu resolvi sair daqui (da roça), pois o trabalho era muito difícil. Fui morar em Camaçari depois em Vila de Abrantes, procurar um trabalho melhor, que não precise ficar dia e noite, debaixo de sol e chuva. Não pretendo mais voltar pra roça, só para passear. Passar fins de semana.” (Crispim dos Santos, Ex-morador em visita à família. Entrevista, 26 de outubro de 2018).

“Eu me considero quilombola, por que sou da Cordoaria, sou da família de negros. Mas tem dificuldade de locomoção para estudar, trabalhar, não tem transporte. O trabalho é mais agrícola, pretendo ter uma casa aqui, tem paz é positivo, não tem violência, mas trabalhar e estudar fora.” (Fabrício Freitas dos Santos, 17 anos. Entrevista, 26 outubro de 2018).

Assim, a busca pelo resgate e fortalecimento da sua identidade ancestral quilombola constitui-se também numa dificuldade a ser enfrentada. Atualmente, a Associação de Moradores Nossa Senhora Santana da Cordoaria o Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria – GAAQC encontram-se na luta pela defesa do patrimônio cultural da comunidade. Apesar disso, enfrentam barreiras quanto ao apoio oficial. Essas entidades, por meio de iniciativas próprias, tentam identificar e mapear sítios arqueológicos e manter viva a história oral e suas manifestações. Assim, os moradores da Cordoaria estão vendo suas tradições desaparecerem gradualmente, a exemplo da festa em louvor à padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Santana, que se tornou muito menos significativa que outrora com o passar dos anos.

A Capela de Nossa Senhora de Santana foi construída em terreno onde funcionou, até a década de 1970, o único terreiro de candomblé do povoado. Com a morte da Mãe Gertrudes (zeladora de santo), o terreiro foi doado, por familiares, para a Paróquia de Vila de Abrantes que, em regime de mutirão com a comunidade, edificou e inaugurou a igreja de vertente católica em dezembro de 2002. Aliado a extinção do único terreiro de culto afro-brasileiro na comunidade, tem crescido o número de templos religiosos de orientação evangélica e neopentecostal na comunidade. Tais fatores interferem na manutenção da religiosidade e das crenças tradicionais, sobretudo por conta das restrições à realização de festas, em que tradicionalmente havia música e bebida, importantes elementos de agremiação comunitária, o que para moradores mais antigos significa a perda de parte importante de sua história e tradição. A (figura 26) representa algumas das ações desenvolvidas pelas entidades locais para resgatar e preservar a cultura local.

Figura 26: Valorização da cultura no Quilombo de Cordoaria.



Alto à esquerda; chamada a atividade comunitária de valorização das práticas. Alto direita; realização de práticas esportivas. Abaixo; Valorização do turismo etnoecológico e da gastronomia local. **Fonte:** arquivo Internet. Acesso: 24 de set. de 2019.

Em síntese, a interpretação das dimensões colocadas para avaliar a ruralidade e conservação ambiental no quilombo de cordoaria, tanto aquelas configuradas como positivas como as negativas, demonstram às interações do rural quilombola com o urbano metropolitano verificadas no cotidiano da comunidade, resultam da afirmação e continuidade identitária que absorve alterações. Assim o futuro da comunidade é de resistência às adversidades, na busca de manter seu modo de vida, em resiliência. Nesse



sentido, a carência de iniciativas que promovam, verdadeiramente, o desenvolvimento rural para essa comunidade, na perspectiva da redução das assimetrias entre o rural e o urbano sob a perspectiva da comunidade tradicional, é marcante.

## **Considerações Finais**

A pergunta fundamentadora da pesquisa - Em que medida a identidade é mediação fundamental da conservação da Mata Atlântica nos vínculos estabelecidos entre o modo de vida rural e o urbano metropolitano na comunidade de Cordoaria? - foi respondida de modo suficiente, demonstrando que existe uma interdependência entre a identidade étnica e conservação do bioma. Pois, em primeiro lugar, a investigação etnoecológica relacionada ao modo de vida rural dos habitantes locais revelou uma forte interação entre a comunidade com suas tradições rurais com a modernidade urbana e industrial, que caracterizou a ruralidade dos quilombolas de Cordoaria por imersão na dinâmica metropolitana. Nesse contexto, a memória e a história local foram interpretadas na sua função social para entendermos a complexidade dessa comunidade, mediante o conjunto de conhecimentos práticos e simbólicos acumulados ao longo de séculos em sua relação com a paisagem natural, particularmente em interação com o bioma de Mata Atlântica.

As análises realizadas sugerem que a localização da comunidade na Região Metropolitana de Salvador é uma determinante para transformações socioespaciais experimentadas pelos quilombolas de Cordoaria, especialmente nas três últimas décadas, pelo avanço do urbano metropolitano em direção ao Litoral Norte de Salvador, onde essa comunidade está situada. Assim, o cotidiano local é marcado por relações que não podem ser analisadas como exclusivamente materiais. Nesse ínterim, a interpretação da realidade local assentou-se nos instrumentos de alteridade e de intersubjetividade, para compreender sua dinâmica étnica, social, ecológica e cultural, na interação com os fatores externos de modernidade e urbanidade. Portanto, num primeiro plano, a pesquisa revelou que a realidade da Comunidade de Cordoaria conforma uma variedade de situações invocadas pelos seus sujeitos sociais, contemporaneamente, para explicar a dificuldade de acesso a terra no passado, bem como de criar uma multiplicidade de estratégias para ocupá-la e mantê-la até hoje. Nesse contexto de aproximação com a metropolização, verificou-se que o exercício da memória conduz a tomada de consciência de uma identidade diferenciada, na qual territorialidade emerge no cotidiano desses sujeitos de direito, pela permanência na

terra tradicionalmente ocupada e manutenção do modo de vida em interação com a natureza.

A comunidade quilombola Cordoaria encontra-se marcada por tensões oriundas da modernidade típica da sociedade capitalista urbano-industrial na qual está inserida. Os mecanismos e processos do urbano metropolitano, presentes na Região Metropolitana de Salvador, influenciam a comunidade e modifica seu funcionamento, atribuindo-lhe a condição de ruralidade metropolitana. O rural encontra-se subalternizado e invisibilizado pelo urbano metropolitano, em circunstâncias que conduzem uma parcela dessa população, especialmente entre os mais jovens do grupo, a migrarem do espaço rural. Portanto, o modo de vida tradicional da Cordoaria passa por transformações da pressão exercida pela modernidade urbana, criando resistências e novas aprendizagens a partir dessas mudanças. Dessa maneira, a Cordoaria vive um momento, no qual é preciso fortalecer a luta, pois, na sua dinâmica de ruralidade metropolitana, as tensões econômicas, políticas, sociais e culturais estão marcadamente presentes no cotidiano de seus moradores.

Um fator comum às comunidades tradicionais, ao lado da luta pela terra, especialmente em remanescentes quilombolas, é o pertencimento a uma mesma grande unidade familiar. Ainda assim, no caso da Cordoaria, existe a necessidade constante de resgate dessa história e memória local. É preciso encontrar os mecanismos de resgate e garantia de direitos, ou seja, encontrar, nas intersubjetividades e através da alteridade como sujeitos construtores da sua história, memória e identidade, as engrenagens materiais e imateriais para o combate ao desaparecimento das suas vivências rurais, de ancestralidade quilombola, construindo resiliência sociohistóricas, com garantia de conservação dos recursos da Mata Atlântica com os quais mantém relações de proximidade e dependência tanto material, quanto simbólica. Ademais, para os quilombolas de Cordoaria seus referências identitários e sua realidade, frente à modernidade e interação tensionada com o urbano metropolitano, os colocam em situação de (re)afirmação das relações com a terra, o território, a ancestralidade, os laços de pertencimento e parentesco, e também, com as tradições e as suas práticas culturais.

Portanto, o entendimento dessa comunidade remanescente exige a inclusão da vida dos sujeitos na interpretação científica, envolvendo questões de territorialidade e identidade, cuja compreensão se fez por meio de reflexões críticas e aporte na cultura e memória coletiva grupo social. O modo de vida dos moradores de Cordoaria foi interpretado com base nos princípios da Etnoecologia e, dessa forma, na buscou-se entender

como se estrutura a sua relação com a natureza. Nesse aspecto, detectou-se que o rural tradicional dos quilombolas de Cordoaria, se configura em plena interação com o mundo urbano. Nesse sentido, a dinâmica cultural e econômica local, transborda seu ritmo para um espaço geográfico e social cujo movimento é dado pela natureza em suas atividades tradicionais e sua sociabilidade. Assim, a comunidade interage continuamente com o moderno e com o urbano metropolitano, contudo cria resistências e preserva seus laços de pertencimento com o lugar de origem. Em resiliência, esses sujeitos sociais ressignificam a sua condição quilombola, buscando significação para a memória e história local, reafirmando a sua ligação com o ambiente natural. Portanto, a trajetória de comunidade tradicional revela a manutenção de uma identidade, na qual a ruralidade emerge associada a questões socioambientais, que se refletem pela conservação do bioma de Mata Atlântica.

Os caminhos da pesquisa conduziram a compreensão de um conjunto de atividades realizadas pelos moradores de Cordoaria que, no âmbito da questão socioambiental, podem ser consideradas como práticas sustentáveis na manutenção da cultura e conservação da natureza. Os sujeitos sociais de Cordoaria revelaram-se então como detentores de uma identidade autoafirmada como quilombolas, cujos referenciais sociohistóricos são associadas à vida no meio rural. Apesar de transformações no papel social na natureza do trabalho, por incorporações de atividades urbanas à pluriatividade do trabalho rural, os mesmos revelaram seus laços de pertencimento com lugar, seja porque mantém vínculos de trabalho e familiares na localidade, seja por nutrirem sentimentos de ancestralidade, memória e de vida no contato direto com a natureza, ou ainda, por sustentarem rasgos identitários de várias índoles, que conformam o modo de vida no meio rural. Mesmo que mantenham interações para mais ou para menos, com o mundo do trabalho e da mercadoria no espaço urbano metropolitano, ainda assim, identificam-se com e no meio rural.

A estrutura socioeconômica da comunidade de Cordoaria condiz com um modo de vida voltado para a sustentabilidade socioambiental. A pesquisa detectou um elevado potencial etnoecológico revelado através da pluriatividade dos seus sujeitos sociais. Nesse sentido, identificou-se uma percepção entre os seus moradores, que o trabalho agrícola e tradicional desempenha forte importância na preservação da memória coletiva do grupo social. Portanto, prevalece a ideia de que esses sujeitos sociais mantêm fortes graus de intimidade com o meio rural e tentam conservar suas tradições quilombolas, através da resistência em manter vivas as lembranças ligadas aos fazeres e viveres ancestrais de plantio, colheita e beneficiamento da mandioca. A comunidade é reconhecida pelo trabalho

das beijuzeiras, que conservam o modo tradicional de produzir alimentos a base da goma de mandioca (beijus e pamonhas) na casa de farinha comunitária. Esse trabalho, geralmente, está associado a outros ritos e costumes peculiares, como as cantigas e o samba-de-roda, que envolvem uma boa parcela das mulheres dessa comunidade, aspectos significativos da sua cultura forjada na ancestralidade rural e quilombola.

Apesar das adversidades e imposições de uma economia globalizada e da sua imersão em uma dinâmica metropolitana, a ruralidade dos quilombolas de Cordoaria emerge nessa defesa da sua ancestralidade rural. A tradição dessa comunidade apresentou-se através da ocupação do espaço a partir de determinantes naturais e das relações sociais, formação comunitária por laços de parentesco, solidariedade no uso da terra, presença da economia doméstica comum, unidades espaciais contíguas e constituídas pela casa o quintal e a roça, conhecimento aprofundado dos ciclos naturais, dependência e até simbiose com a natureza, uso e manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse caso, o modo de vida rural em resiliência é traduzido em conformidade com a conservação do ecossistema de Mata Atlântica. Portanto, a pesquisa considerou que as relações sociais e familiares vivenciadas na comunidade de Cordoaria, se encontram para mais ou para menos atreladas com a economia de mercado, ainda assim, esses sujeitos sociais conformam seu modo de vida em proximidade com a natureza, com a qual estão intimamente relacionados e com a possibilidade de obter os elementos de sobrevivência familiar através dos recursos disponibilizados pelo ambiente natural, afirmando sua identidade quilombola, sem destruir o ecossistema local.

As várias comunidades rurais tradicionais do Brasil, especificamente os remanescentes quilombolas, têm a sua história marcada por uma realidade de invisibilidade social e marginalidade econômica, onde a condição subalterna à dinâmica urbana retrata as condições de vida dos seus moradores. Na realidade do quilombo de Cordoaria, a carência da infraestrutura em serviços básicos de saúde, educação, comunicação, transporte, emprego e renda, tem direcionado parte da população a migrar ou modificar suas formas de trabalho para atividades não rurais. Ademais, a poluição do rio Joanes reduziu as condições de pesca e balneabilidade desse espelho d'água, de grande importância para a comunidade; a especulação imobiliária está se ampliando nos entornos do território quilombola, suscitando preocupações quanto às condições ambientais, além disso, o estabelecimento de templos religiosos evangélicos e neopentecostais na comunidade têm contribuído para a modificação da cultura e crenças afrodescendentes herdadas dos antepassados quilombolas.

Mediante tais desafios, a ação conjunta de entidades representativas (Associação de Moradores e GAAQC), é de luta e enfrentamento pelo reconhecimento de ancestralidade e do acesso a direitos básicos e titularidade das terras. Dessa forma, os moradores de Cordoaria seguem, nesse início de século XXI, em busca de fortalecer sua identidade rural e quilombola que, sob a dinâmica da economia metropolitana, se reelaboram resistindo às imposições e adversidades externas.

Nesse sentido, as modificações relacionadas aos avanços da modernidade e seus efeitos em relação à tradicionalidade dos moradores de Cordoaria, não a afasta do seu contexto espacial, ao contrário, cria resiliências, que num sentido os aproximam da identidade rural tradicional quilombola, em outro se materializam em transformações no papel social dos seus moradores. Contudo, tais condicionantes não os destituem da sua condição de ruralidade, nem da condição de comunidade tradicional remanescente quilombola. Dessa maneira, tanto na sua condição de ruralidade quanto de conservação ambiental, eles demonstram através das suas narrativas de vida, que na interação entre o rural quilombola e o urbano metropolitano absorvem transformações, mas as utilizam para fortalecem a sua afirmação e continuidade identitária de quilombolas. Dessa maneira, as expectativas da comunidade indicam um presente de resistência às adversidades, como também para um futuro, no qual seu modo de vida tradicional estará mantido no cotidiano do grupo. Assim, a conservação Mata Atlântica, enquanto espaço de (re)produção material e imaterial de sua tradicionalidade é condição que caminha junto à (re)afirmação da identidade, memória e história da comunidade remanescente quilombola de Cordoaria.

## Referências

**ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Tensões entre pesca turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba – BA. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.23, p. 149-166, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/19578>>. Acesso em: 18. out. 2018.**

**ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v11n1/a03v11n1>>. Acesso em: 18. out. 2018.**

**ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/262>>. Acesso em: 18.out.2018.**

**ALENCAR**, Cristina Maria Macedo de. **Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador.** *Veritati – Revista da UCSal – II-* 3. p. 9 a 23. Janeiro 2003. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Cristina\\_Alencar/publication/306291846\\_Ruralidade\\_ponto\\_em\\_comum\\_para\\_reexaminar\\_o\\_ordenamento\\_metropolitano\\_de\\_Salvador/links/57b714af08aec9984ff29c52.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cristina_Alencar/publication/306291846_Ruralidade_ponto_em_comum_para_reexaminar_o_ordenamento_metropolitano_de_Salvador/links/57b714af08aec9984ff29c52.pdf)>. Acesso em: 18. out. 2018.

**ALMEIDA**, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

**ALTIERRI**, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável –** 4. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

**ALTIERI**, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** PTA/FASE. Rio de Janeiro. 1989. 240 p.

**ANDERSON**, J. R. et al. **Sistema de classificação do uso da terra e do revestimento do solo para utilização com dados de sensores remotos /** trad. Harold Strang. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

**BARDIN**, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

**BAHIA**, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da. **Perfil dos Territórios de Identidade.** SEI (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). Salvador: 2016. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2000&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284)>. Acesso em: 21. Ago. 2019.

**BAHIA**, Resolução Cepram nº 2.974 de 24 de maio de 2002. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental – APA Joanes-Ipitanga.** Disponível em: <[http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/09/resolucao\\_2974\\_24\\_mai\\_2002.pdf](http://www.inema.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2011/09/resolucao_2974_24_mai_2002.pdf)>. Acesso em: 26. Set. 2019.

**BAHIA**. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Manejo Joanes Ipitanga.** Inema. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo/planod-e-manejo-joanes-ipitanga/>>. Acesso em: 01/05/2018.

**BAHIA**, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da. **Uso Atual das Terras: Bacias do Recôncavo Norte e do Rio Inhambupe.** Salvador: SEI, 2003. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2000&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284)>. Acesso em: 21. Ago. 2019.

**BAHIA**, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da. **Imagens Orbitais Ikonos.** SEI, 2010. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2000&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284)>. Acesso em: 21. Ago. 2019.

**BAHIA**, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Projetos para a Comunidade de Cordoaria.** Setre. Salvador, 2017. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/search.php?query=Quilombo+de+Cordoaria&instbarpesquisasubmit=&action=results>>. Acesso: 06 de maio de 2018.

**BORGES**, Kátia Nogueira. **Estudos Etnoecológicos na Região Metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade**. Salvador; EdUNEB, 2005.

**BOSI**, Ecléa. **O tempo vivo da memória; Ensaios de Psicologia Social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

**BOSI**, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A.Queiroz; Edusp, 1987.

**BRANDEMBURG**, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Ambiente & Sociedade. [online]. 2010, vol.13, n.2, pp.417-428. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2010000200013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2010000200013&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 11. Jun. 2019.

**BRASIL**, Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 26. set. 2018.

**BRASIL**, Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11177309/artigo-15-da-lei-n-9985-de-18-de-julho-de-2000>>. Acesso em; 26. set. 2019.

**BRASIL**, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília. MMA, 2011.

**BRUNO**, N.L; **AGUIAR**, P.C.B; **PROFICE**, C.C; **FERRAZ**, M.I.F; **SAMPAIO**, J.L.F. *Nível de sustentabilidade ambiental da comunidade rural Fazenda do Povo de Ipiáú, Bahia, Brasil*. Revista Geosul, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 84-109 mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.../34792>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

**BUARQUE**, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

**CANDIOTTO**, Luciano Zanetti Pessôa. *A perspectiva dialética no uso dos recursos naturais e a abordagem territorial como elemento de interpretação de dinâmicas socioambientais*. Revista Terra Livre. Ano 29, Vol. 2, n 41, p. 133-168. Jul-Dez/2013. Disponível em <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/572/0>>. Acesso em 11. Jun. 2019.

**CAPORAL**, F. R.; **AZEVEDO** E. O. (Orgs.) **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal do Paraná. 192 pp. 2011. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>>. Acesso em: 06. mai. 2018.

**CARDOSO**, Bruno Ribeiro; **BARROS**, Glaucio José Tiyoshi Sato; **FERREIRA**, Ricardo; **FERNANDES**, Thiago. **Aplicação da Matriz de Leopold como método de avaliação de**

**impactos ambientais da operação de uma estação de tratamento de esgoto (ete) no município de Parauapebas-Pa.** Anais Inovação, Tecnologia, Gestão e Sustentabilidade - 4 vol. ISSN: 2447-8830 Revista Eletrônica de Iniciação Científica, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/jornada2018/102073-aplicacao-da-matriz-de-leopold-como-metodo-de-avaliacao-de-impactos-ambientais-da-operacao-de-uma-estacao-de-trat/>>. Acesso em: 23. set. 2019

**CHÁIRES** Pablo Alarcón-. **Etnoecología de los indígenas p'urhépecha - Una guía para el análisis de la apropiación de la naturaleza.** Morelia, Mich: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Morevallado; Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, 2013. Disponível em: <<https://www.karnobooks.com/pages/books/101797/pablo-alarcon-chaieres/etnoecologia-de-los-indigenas-purhepecha-una-guia-para-el-analisis-de-la-apropiacion-de-la>>, Acesso em: 26. Ago. 2019.

**COPQUE**, Diego de Jesus. **Resistência negra e indígena na Vila da Nova Abrantes do Espírito Santo.** Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 - ISSN 1983-2354 Disponível em: <[www.africaeaficanidades.com.br](http://www.africaeaficanidades.com.br)>. Acesso em: 21. Nov. 2019.

**COPQUE**, A. C. S. M. **SILVA**, M. N. A. **SOUZA**, G. S. **RIBEIRO**, D. A. **MACHADO**, R. A. S. **Zoneamento Ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga.** Cadernos de Cultura e Ciência 3. Vol. 2- Nº 2, URCA. Maio 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/14809316-I-simposio-de-geografia-fisica-do-nordeste-28-de-abril-01-de-maio-de-2007-universidade-regional-do-cariri-suplemento-especial.html>>. Acesso em: 25. mar. 2019. |

**DIEGUES**, Antônio Carlos & **VIANA** Virgilio M. (organizadores). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** Seminário alternativas de manejo sustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira. 2. ed. - São Paulo : HUCITEC : NUPAUB : CEC, 2004: ISBN 85-271-0626-4.

**DIEGUES**, A. C. (ORG). **ARRUDA**, Rinaldo Sergio Vieira; **SILVA**, Viviane Capezzuto Ferreira da; **FIGOLS**, Francisca Aida Barboza; **ANDRADE**, Daniela. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras— Universidade de São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/750>>. Acesso em: 09. Jul. 2019.

**DIEGUES**. Antonio Carlos Santana, **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. São Paulo. Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

**FERNANDES**, Valdir; **SAMPAIO**; Carlos Alberto Cioce. **Problema ambiental ou socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13427>>. Acesso em: 23. Mai. 2018.

**FIDELIS**, Lourival. **Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade.** *Cadernos*



*CERU*, 22(1), 57-72. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-45192011000100005>. Acesso em: 21. Abr. 2018.

**FIGUEIREDO**, André Videira de. **Subalternidade e Políticas da Diferença no Brasil: o caso das comunidades remanescentes de quilombo.** *Hendu - Revista Latino-Americana de Direitos Humanos*, UFPA:UNISINOS, v.6, n 2, p.65-78, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/download/3877/4177>>. Acesso em: 19. Fev. 2019.

**FREITAS**, Paulo Sisto; **RODY** Henrique Apolinário; **MIRANDA** Maria Geralda de. **As comunidades quilombolas e a sustentabilidade: um estudo etnoecológico voltado para a construção de comunidades sustentáveis.** *Revista Projectus*. Rio de Janeiro. V. n. 3. P. 27-35. Jul./Set. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15202/25254146.2016v1n3p27>>. Acesso em: 19. Fev. 2019.

**FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA.** São Paulo. 2017. **Atlas da Mata Atlântica.** Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/106279/desmatamento-da-mata-atlantica-cresce-quase-60-em-um-ano/>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

**FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA.** São Paulo. 2016. **Aqui Tem Mata Atlântica.** Disponível em <<http://aquitemmata.org.br/#/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

**GLIESSMAN**, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável** / Stephen R. Gliessman – Porto Alegre – Ed. Universidade/UFRGS, 2000 – 652p.

**GONÇALVES**, Gabriella Patto Xavier; **COCCO**, Maria Dolores Alves. **Indicadores para avaliação de áreas com patrimônio histórico, cultural e ambiental: estudo de caso na antiga Fazenda Galo Branco em São José Dos Campos/SP.** *Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU*. ISSN 2179-1120. Taubaté/SP - Brasil, v. 10, n 1, edição 18, p. 56 - 79, Junho 2017. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/346>>. Acesso em 26. Mar. 2019.

**IBGE.** **Manual técnico de uso da terra.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

**INCRA**, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de terras quilombolas: perguntas & respostas.** Documento digital, 2017. Disponível em:<<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>>. Acesso em: 01. out. 2019.

**LEFF**, Enrique, **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

**LEITE**, Ilka Boaventura. Territórios de Negros em Área Rural e Urbana: algumas questões. *Textos e Debates. Terras e Territórios de Negros no Brasil*. V. 1, n. 2 NUER/PPGAS, 1991, p. 39-46.

**LITTLE**, Paul. **Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: Série Antropologia n. 322. UnB, 2002. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf)>. Acesso em: 03. mai. 2019.

**MALCHER**, Maria Albenize Farias. **Identidade Quilombola e Território.** 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>>. Acesso em: 26. nov. 2019.

**MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista.** In: Costa, Luiz Carlos Carvalho; Bruno, Regina; Moreira, Roberto José (Orgs.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Muad, 1999. 352 p.

**MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos.** REVISTA USP, São Paulo, 2006. n. 68, p. 46-57, Disponível em: <<https://www5.usp.br/keywords-s/periodicos/>>. Acesso em: 12. nov. 2019.

**MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade e Cidadania. Movimento: Revista de Educação.** N. 12. set. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>>. Acesso em: 13. Nov. 2019.

**MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.** *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura*. 1996, v. 5 n. 1, p. 17-24. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/resgate.v5i6.8645505>>. Acesso em: 12. nov. 2019.

**NARS, Luciana. Saberes Ambientais de Agricultores Assentados no Entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** 135 p. 2017. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, 2017. Brasília, BR-DF. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_6eb570da068700c1e3b0823ba42a7f0a](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_6eb570da068700c1e3b0823ba42a7f0a)>. Acesso em 02. ABR. 2019.

**NASCIMENTO, D. M. C. Dinâmica de ocupação e dos processos naturais dos municípios Belmonte e Canavieiras (BA) e suas implicações para a elaboração de um zoneamento ambiental: uma contribuição à gestão da zona costeira.** Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

**O'DWYER, Eliane Catarino; (Organizadora). Quilombos: identidade, étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=N4lIDwAAQBAJ>>. Acesso em: 06. nov. 2019

**OLIVEIRA, Sergio Ostetto. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial.** Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. VOL. 4, N. 6, p. 47-53, Mar. 2003. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/viewFile/558/596>>. Acesso em: 11. Jun. 2019.

**ORSI, Rafael Alves, Problemas socioambientais e a dimensão política do espaço.** Revista GEOgraphia. Ano 18. Nº 36. 2016. 108-127. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/853>>. 23. mai. 2019.

**PENNA-FIRME, Rodrigo; BRONDIZIO, Eduardo S. Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil.** *Ambient. soc.* [online]. 2017. vol. 20, n.2, pp. 139-158. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414753X2017000200139&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2017000200139&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 21. Abr. 2018.

**PERICO, Rafael Echeverry. Identidade e território no Brasil.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Brasília, 2009.

**PINTO, Anita Judite Martins. A Segunda Ruralidade e a Gestão de Condomínio de Aldeia.** Dissertação de Mestrado. Mestrado Integrado em Planeamento e Projeto Urbano - 2017/2018 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2018. Disponível em: < repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116402/...>. Acesso em: 23. mar. 2019.

**PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental: Os porquês da desordem mundial.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

**QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.**

**QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil.** *Tempo Social; Rev. Social. USP*, São Paulo, 1(1): 29-46, 1.sem. 1989. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83318/86344>>. Acesso em: 19. dez. 2009.

**QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. P. 14-43.

**RAFFESTIN, Claude.** Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

**RAMOS, Rafaela Rodrigues; MACHADO, Carlos José Saldanha. Contribuições teórico-metodológicas para estudo das relações entre saúde, meio ambiente e território.** *HYGEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde.* 6 (11): 80-90, Dez/2010. Disponível em: <[www.hygeia.ig.ufu.br](http://www.hygeia.ig.ufu.br)>. Acesso em 17. Mai. 2019.

**SACHS, Ignacy. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente.** *Revista Mundo & Vida – vol. 2 (1) 2000.* Disponível em: <<http://ambiental.adv.br/ufvjm/ea2012-1sachs.pdf>>. Acesso em 05. Abr. 2019.

**SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento.** *Revista Organização & Sociedade – v. 12 – n. 33 – Abril/Junho – 2005.* Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782>>. Acesso em 05. Abr. 2019

**SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, Editora Peirópolis. São Paulo, 2005.

**SANTOS, L. M.; PEREIRA, A. M.; PAULA, A. M. N. R. Comunidades remanescentes de quilombos: reflexão sobre territorialidades.** *Revista Cerrados, Montes Claros/MG,* v.16, n. 1, p. 248-265, jan./jun.-2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22238/rc2448269220181601248265>>. Acesso em: 19. Fev. 2019.

**SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial.** *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo,* V.20, N.3, p.479-505, SET.-DEZ. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2317-15292018000300479&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2317-15292018000300479&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17. Jul. 2019.

**SCHÖRNER**, Anelmo. (Organização de). **Territórios em conflito: quilombolas, indígenas, faxinalenses, geraizeiros e atingidos por barragens – história, cultura e resistência**. São Paulo: Todas as Musas, 2018.

**SCHMITT**, Alessandra; **TURATTI**, Maria Cecília Manzoli, **CARVALHO**, Maria Celina Pereira de. *Ambiente & Sociedade* - Ano V - No 10 – 1º Semestre de 2002. Brasil. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n10/16889.pdf>>. Acesso em: 11. nov. 2019.

**SILVA**, Eduardo Faria; **PONTES**, Daniele Regina; **MILANO** Giovanna Bonilha. **Terras quilombolas no Brasil: das técnicas de dominação colonial ao reconhecimento democrático-constitucional**. *RBSD - Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 4, n. 2, p. 126-147. mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://revista.abrasd.com.br/ojs/index.php/rbsd/article/download/139/117>>. Acesso em: 19. fev. 2019.

**SILVA**, Simone Rezende da. **A Importância da memória no processo de reinvenção da identidade e territorialidade quilombola**. *Revista Geográfica de América Central*, vol2. jul./dez., 2011. p.p. 1-13. Universidade Nacional da Costa Rica. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820254>>. Acesso em: 28. nov. 2019.

**SILVA**, Simone Rezende da. **Comunidades Quilombolas e a Mata Atlântica**. *Mercator*, Fortaleza, v.12, n.29, p.105-120, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/715>>. Acesso em: 21. abr. 2018.

**SIQUEIRA**, Josafá Carlos de. **Novos caminhos de sustentabilidade socioambiental em territorialidades locais: Desafios do mundo globalizado**. *Revista Sociedade em Debate*. V. 13, n.1, p. 159-166, Jan./jun. 2007. Disponível em: <[www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/download/418/372](http://www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/download/418/372)>. Acesso em: 03. Jun. 2019.

**SOARES JUNIOR**, Amilton Quintela; **SANTOS**, Mauro Augusto dos. **A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack**. *Geografia* (Londrina) v. 27. n. 1. p.p. 07 – 25, abril/2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321>>. Acesso em: 18. fev. 2019.

**SOUZA**. Laura Oliveira Carneiro de, **Quilombos: identidade e história**. 1. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

**SOUZA**, Ednalva Rezende dos Anjos de; **MORAES**. Margareth Aparecida; **SCHREIBER**. Dusan. **Estudo dos impactos ambientais no rio Joanes**. Artigo apresentado no XX ENGEMAUSP (Anais do evento). ISSN: 2359-1048. dez. 2018. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/arquivos/149.pdf>>. Acesso em: 01. mar. 2019.

**SOUZA**, Dina Ferreira de. **Movimento (sócio)ambientalista e o processo de estruturação da política ambiental no estado do Rio Grande do Sul: em busca da gênese do socioambientalismo**. 249 páginas. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182310>>. Acesso em 02. abr. 2019.

**SUZUKI, Júlio César. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do estado de São Paulo.** *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína (TO), Ano 06, n.10, mai./ago. De 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/3699>>. Acesso em: 05. ago. 2018.

**SUZUKI, Júlio César; MARTINS, Marcos Henrique. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Ribeira de Iguape – São Paulo.** *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, V. 04, N. 01, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229869>>. Acesso em: 05. ago. 2018.

**SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras.** *Revista Espaço e Geografia*, Vol. 16, Nº 2 (2013), 627:640 ISSN: 1516-9375. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>>. Acesso em: 05. ago.2018.

**SUZUKI, Júlio César; FREITAS, Maurício Vinícius Gomes; SOUSA, Denise Martins de. Memória da Roça Caiçara e modo de vida das comunidades de Pedrinhas (Ilha Comprida) e São Paulo Bagre (Cananeia).** *Revista Faz Ciência*, v.12, n.15 Jan./Jun. 2010, pp. 33-54. Disponível em: <http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/...> Acesso em: 28. nov. 2019.

**VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável do reducionismo à valorização da cultura.** *Revista São Paulo em Perspectiva*, 18(3): 90-95, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010)>. 25. Mar. 2019.

**VILLAMIL, Iván Maurício Perdomo; LANCHEROS, Natali Aristizabel. O rural e do campo, concepções, enfoques e novas ruralidades na América Latina.** In: Simpósio Interdisciplinar em Ambiente e Sociedade I. Morrinhos. Anais... Morrinhos: Universidade Estadual de Goiás, 2017. p. 320-336. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/sias/article/view/12024>>. Acesso em: 18. fev. 2019.



**Universidade Católica do Salvador  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**

**APÊNDICE 1**

**O Produto da Pesquisa**

**Guia Colaborativo para Rotinas de Imersão no Quilombo:  
Produto Turístico e Educativo**

**Salvador, 2020.**

**Sandro Araújo de Souza**

**Guia Colaborativo para Rotinas de Imersão no Quilombo:  
Produto Turístico e Educativo**

Produto Turístico e Educativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Ambiental.

Área de Concentração: Planejamento, Conservação Ambiental e Manejo da Biodiversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar

**Salvador  
2020**

## SUMÁRIO

### **1. APRESENTAÇÃO**

### **2. COMO SURTIU O GUIA COLABORATIVO PARA ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO?**

### **3. COMO O GUIA COLABORATIVO AJUDARÁ NAS ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO?**

### **4. PROPOSTAS PARA AS ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO DE CORDOARIA**

#### **4.1. CAFÉ COM PROSA**

#### **4.2. SABERES DA ROÇA**

#### **4.3. CAMINHOS DA MATA**

#### **4.4. ALMOÇO DIALOGADO**

#### **4.5. BIRIBA E CABAÇA**

#### **4.6. BEIJUS COM HISTÓRIA**

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **6. REFERÊNCIAS**



## 1. APRESENTAÇÃO

O processo de conhecimento dos problemas socioambientais deve direcionar para a valorização de um modo de vida associado à conservação da natureza. Nesse contexto, experiências e vivências realizadas em comunidades rurais tradicionais, são atividades a serem consideradas como instrumento de sensibilização e conscientização, quanto às práticas cotidianas que sejam menos degradantes aos recursos naturais, bem como para valorizar e orientar à adoção de formas alternativas de vida, no contexto da economia de mercado. Portanto, o contato e as vivências junto aos moradores dessas comunidades, possibilitam conhecer visões de mundo, socialmente mais justas e equitativas, bem como, ambientalmente mais sustentáveis.

O uso da atividade de imersão em campo representa essa possibilidade, como uma ferramenta real de contato com a aprendizagem e vivência no cotidiano dos moradores locais quanto aos aspectos culturais e ambientais de uma comunidade rural tradicional. Através de rotinas pré-estabelecidas, a imersão na comunidade quilombola possibilita trocas de experiências no contexto da sensibilização, de acordo com as percepções dos visitantes (interagentes), moradores e mediadores (MARTINS, 2014). A imersão em campo é excelente para desenvolver trabalhos em Educação Ambiental, permitindo um contato íntimo com elementos da natureza ou elementos modificados e contribuem para um debate interdisciplinar (FREITAS, 2017). É a partir do pressuposto acima que o Guia Colaborativo para Rotinas de Imersão no Quilombo surge com objetivo de indicar atividades potenciais de interação entre um público-alvo diverso, formado pelos quilombolas da Comunidade de Cordoaria, pesquisadores acadêmicos, estudantes do ensino fundamental e médio, educadores e turistas de forma geral. Assim, pretende-se realizar socialização e formação de conhecimentos entre os moradores e interagentes, quanto à importância dos atributos étnicos, culturais e ambientais da comunidade tradicional, no sentido de conhecer atividades com potencial para conservação ambiental, bem como, problematizar os desafios socioambientais na realidade vivenciada.

Esse guia colaborativo foi estruturado com base no potencial da Comunidade de Cordoaria para a recepção de interagentes, no atendimento aos seguintes procedimentos: existência de atributos naturais e culturais para realização de roteiros guiados, onde os visitantes podem vivenciar e adquirir conhecimentos quanto aos saberes tradicionais das comunidades e valorização dessa forma de trabalho e vida. Assim, pretende-se criar um efetivo canal de comunicação entre a comunidade, as universidades, escolas e outras instituições ligadas a questões ambientais trabalharem juntos aos moradores na implantação das ações. Nesse caso, fomentar a potencialidade etnoecológica da comunidade de Cordoaria, visibilizando-a através da oferta de vivências em trilhas

na Mata Atlântica, caminhadas, cortejos, vivências em espaços de criação coletiva, vivência em espaços de trabalho e ofícios artesanais, encontros temáticos, rodas de conversa, apresentação danças e cantos de trabalho, contação de casos, ritos e mitos que compõem o arcabouço da memória e história de vida dos seus moradores. A ser realizado por meio de metodologia prática e ativa, pretende-se que os moradores possam divulgar através de ferramentas simples, como as redes sociais, o potencial etnocultural e etnoecológico da Comunidade de Cordoaria na atração, recepção e condução do público interagente na imersão em suas vivências cotidianas e produção de conhecimentos.

A atividade de imersão representa no contexto da comunidade quilombola realizar descrições socioculturais, político-econômicos, ambientais e turísticas locais. Portanto, esse tipo vivência condiz com a possibilidade de conscientização pública para a defesa do meio ambiente, no sentido da manutenção de modos de vida tradicionais voltados para a conservação dos recursos naturais. A imersão também possibilita a difusão de práticas de Educação Socioambiental para a responsabilidade o cuidado com as pessoas e o meio ambiente, assim como a formação de gerações responsáveis com a sustentabilidade do planeta.

A educação socioambiental é uma ferramenta básica e indispensável para que o indivíduo e a coletividade construam valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999). Nessa perspectiva, as rotinas de imersão na comunidade quilombola de Cordoaria também pretendem proporcionar condições para o desenvolvimento de tais princípios, à medida que conduz o indivíduo ao lazer e as novas aprendizagens, por meio da interação com formas de vida relacionadas ao contato com o meio natural (MARTINS, 2014). Durante as atividades a serem realizadas no cotidiano da comunidade, torna-se possível aprender aspectos referentes à formação das paisagens naturais e culturais, praticar o relaxamento e o contato com a cultura e as tradições das pessoas em seu cotidiano de vida.

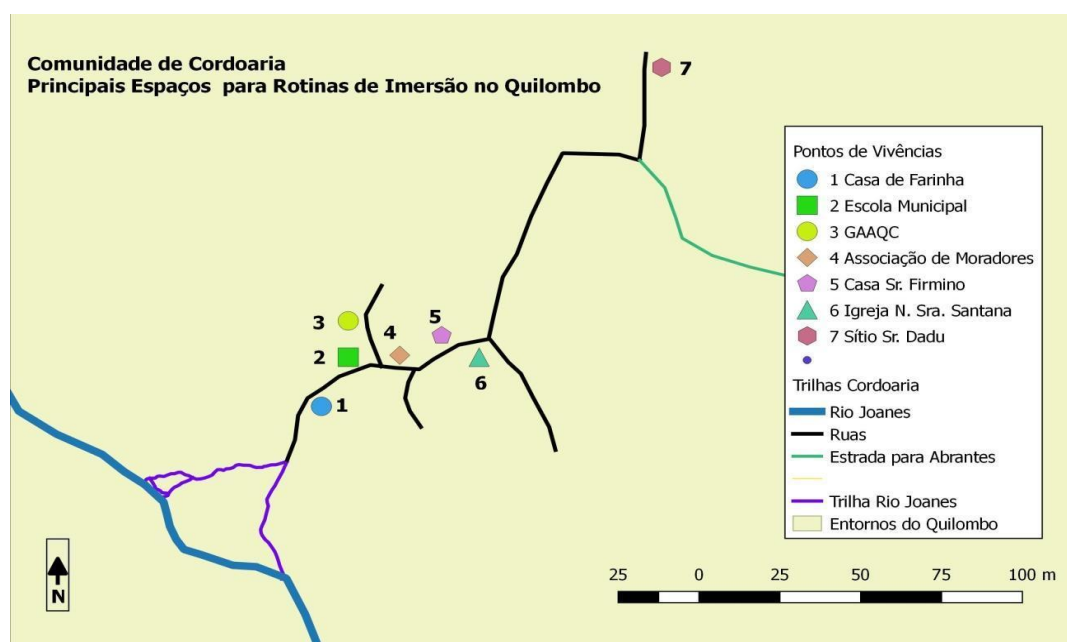
O Turismo de Base Comunitária (TBC) define que o modo de vida da comunidade é a principal atração aos visitantes. Assim, atividade de imersão no Quilombo de Cordoaria pretende atender aos princípios do TBC, ou seja, proporcionar aos visitantes dessa comunidade uma vivência quanto às formas de organização, projetos sociais, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas na interação com os moradores. Assim o turismo deve ser instrumento para o fortalecimento da comunidade e associações; a comunidade deve gerir os empreendimentos turísticos; o turismo deve ser uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas; a distribuição dos recursos deve ser feita entre todos de modo justo e transparente para os comunitários e visitantes; as atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante.

Contemporaneamente, o turismo tem despontado como uma alternativa para aqueles que buscam experiências diferenciadas das quais convivem cotidianamente. Para Machado (2005), o turismo sustentável não pode interferir no desenvolvimento de outras atividades e processos, nem degradar a qualidade de vida da população envolvida. Portanto, para esse mesmo autor, o turismo sustentável deve ser desenvolvido em uma área de maneira que se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente de que usufrui e servir de base para uma diversificação da economia local.

Enfim, na comunidade remanescente quilombola de Cordoaria, o modo de vida local possibilita atividades de turismo etnocultural e ações de educação socioambiental. Por se tratar de um povoado rural tradicional, há necessidade de roteiros planejados para serem realizados por mediadores da própria comunidade. O objetivo maior é que as atividades turísticas e educativas assegurem o futuro do ecossistema local e o bem estar dos moradores. Deve-se pensar que tanto na inclusão e visibilidade da comunidade em processos socioeconômicos externos ao seu modo de vida, quanto nos impactos que podem ser gerados localmente, em longo prazo (MARTINS, 2014).

## 2. COMO SURTIU O GUIA COLABORATIVO PARA ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO?

O Guia Colaborativo surgiu com a intenção de instrumentalizar os moradores de Cordoaria com um levantamento e mapeamento dos seus atributos naturais e culturais, a ser utilizado nas atividades de atração e recepção dos visitantes nessa Comunidade Remanescente de Quilombo, como ilustrado no mapa abaixo.



**Elaboração:** Souza, 2019. **Fonte:** Image@2019MaxarTechnologies@2019Google. 11/09/2019. 12°48'51.3" S; 38°18'58.0" W.

Por isso, resolveu-se trabalhar esse espaço a partir do seu potencial etnoecológico e etnocultural, esperando-se poder contribuir na valorização do modo de vida desses sujeitos sociais, na sociabilização de suas percepções relativas ao ambiente natural, com um qual mantém relações sustentáveis. Mostrar que o quilombo corresponde a um espaço complexo, com redes de interações que vão desde as ecológicas até as históricas, culturais e sociais. Sendo a atividade de Imersão na Comunidade, um mecanismo que pode viabilizar o contato e a interação de pesquisadores, estudantes, educadores e turistas com formas de vida mais sustentáveis, onde o respeito à natureza e a solidariedade são aspectos fundantes dessa comunidade. Além de fortalecer e movimentar a economia local.

### **3. COMO O GUIA COLABORATIVO AJUDARÁ NAS ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO?**

As Rotinas de Imersão servem como um laboratório vivo, para que moradores e interagentes consigam trocar experiências e compartilhar conhecimentos. A partir do momento que estes interagentes entram em contato com o cotidiano da comunidade necessitam de informações básicas quanto à história e memória local, bem como de referências quanto aos atributos culturais e ambientais desse lugar. Esse Guia Colaborativo contempla as referências elaboradas a partir de levantamento feito junto aos moradores, para que os mediadores da própria comunidade tenham em mãos um conjunto de rotinas pré-definidas para interagirem com os visitantes, auxiliando no desenvolvimento de práticas possibilitem a troca de experiências entre o conhecimento tradicional e outras formas de conhecimento experimentado pelo interagente em sua vida cotidiana. Assim, o Guia Colaborativo serve de apoio ao planejamento e organização das tarefas voltadas à atração, recepção, condução e acomodação dos grupos de interagentes a serem recebidos pela comunidade.

## **4. PROPOSTAS PARA AS ROTINAS DE IMERSÃO NO QUILOMBO DE CORDOARIA**

### **4.1 CAFÉ COM PROSA**

**TEMPO ESTIMADO:** Uma hora e trinta minutos de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Exposição de produtos da gastronomia quilombola de Cordoaria em festividade local.

Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

**ROTINA:** Recepção ao visitante, a ser realizada no Sítio Ecológico do Senhor Dadu, um dos mais antigos moradores da comunidade, onde o visitante irá interagir com moradores locais para ouvir narrativas sobre a história local (contação de causos do quilombo) acompanhado de um café da manhã com produtos da gastronomia local.

**OBJETIVO:** Evidenciar os saberes tradicionais através da interação dos visitantes com a história do lugar e a manutenção de uma cultura gastronômica quilombola, compartilhando conhecimentos sobre modo de vida quilombola, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria, reunião com matriarcas da comunidade para definição do cardápio a ser oferecido no café da manhã; registro dos causos contados e perpetuados na memória coletiva do grupo; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a visita.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Contação de histórias sobre a origem do quilombo, dos antigos engenhos existentes na região e chegada dos primeiros moradores no lugar; Narrativas sobre o passado de isolamento e dificuldades de vida dos quilombolas; Contação de casos sobre festejos, ritos e crenças da comunidade; Relatos das técnicas tradicionais de cultivo e beneficiamento da mandioca; Demonstração de antigos instrumentos de beneficiamento da mandioca; Demonstração e degustação de pratos típicos do café da manhã quilombola como beijus, bolos, aipim, batata doce, inhame, chás, cuscuz, etc; Relatos quanto à origem natural dos ingredientes utilizados na construção dos pratos; Relatos sobre as técnicas tradicionais de elaboração dos alimentos oferecidos no café da manhã.

## 4.2 SABERES DA ROÇA

**TEMPO ESTIMADO:** Duas horas de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Aspectos das roças tradicionais da Cordoaria. Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

**ROTINA:** Interação do visitante com uma roça tradicional para vivenciar formas tradicionais de plantio da mandioca, consorciado com outras espécies como feijão, milho, batata doce, inhame e

frutíferas. No Sítio Ecológico do Senhor Dadu, os interagentes terão o contato com técnicas sustentáveis de produção agrícola, com manejo natural de pragas e adubação orgânica, em regime de agrofloresta.

**OBJETIVO:** Evidenciar os saberes tradicionais através da interação dos visitantes com técnicas sustentáveis de produção, compartilhando conhecimentos sobre modo de vida quilombola, segurança alimentar e conservação ambiental.

**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a visita; Definição da área da roça a ser visitada; Levantamento das ferramentas a serem utilizadas na dinâmica; Orientações de segurança para a entrada e permanência dos visitantes na área de plantio.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Demonstração das variedades de mandioca cultivadas na roça; Explicação sobre as formas de retirada das manibas da planta de mandioca e o plantio dessa espécie, do tempo necessário ao crescimento e de colheita das raízes; do manejo dispensado ao terreno, além da técnica empregada para arrancar as raízes da terra. Demonstração do espaçamento entre as plantas de mandioca para permitir a consorciação com o plantio do feijão, milho, abóbora, batata doce, quiabo, dentre outros; Explicação das espécies de plantas utilizadas como polinizadoras e também repelentes naturais para as pragas; a conservação da mata no entorno da roça, como proteção natural das plantações e garantia da umidade e das reservas de água locais.

#### 4.3 CAMINHOS DA MATA

**TEMPO ESTIMADO:** Duas horas de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Condições ambientais da Mata Atlântica e leito do Rio Joanes no Quilombo de Cordoaria. Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

**ROTINA:** Interação do visitante em uma trilha interpretativa na Mata Atlântica. Nesse trajeto do povoado até a margem do rio, os interagentes terão o contato com espécies da fauna e flora apresentadas por monitores locais, com indicação de plantas sagradas, medicinais e de usos diversos na tradição quilombola, além da possibilidade de contato com as águas do rio Joanes, passeio de



canoa e roda de conversa sobre o antigo engenho de cana que existiu neste local e importância desse curso d'água na história da comunidade de Cordoaria.

**OBJETIVO:** Evidenciar os saberes tradicionais através da interação dos visitantes como ambiente de Mata Atlântica, através da apresentação de aspectos importantes da fauna, flora e dos recursos hídricos locais na reprodução do modo de vida quilombola.

**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a visita; Orientações de segurança durante o trajeto da trilha e estadia nas margens do rio; definição dos monitores da trilha, condutores do passeio de canoa e dos interlocutores para a roda de conversa na margem do rio.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Explicação dos diferentes usos das espécies da Mata Atlântica (como caça, coleta de lenha, madeira e plantas medicinais) realizados tradicionalmente pela comunidade; Demonstração das espécies e seus diferentes usos; Explicações de quais usos ainda estão presentes no cotidiano dos moradores e quais foram abandonados; Demonstração da recuperação da mata em antigas roças abandonadas por mais de cinco anos (capoeiras); Narrativa a importância histórica do rio Joanes para a comunidade; Conversa informal sobre os casos das pescarias, navegação, trabalho, coleta de água e lazer/brincadeiras no rio Jones; Problematização sobre o atual estágio de degradação das águas do rio e seus efeitos para a comunidade.

#### 4.4 ALMOÇO DIALOGADO

**TEMPO ESTIMADO:** Duas horas de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Itens da agricultura local utilizados em pratos tradicionais na gastronomia quilombola, como o famoso cozido de galinha de quintal. Fonte: Pesquisa de Campo.

**ROTINA:** Interação do visitante com os saberes tradicionais materializados na cultura gastronômica quilombola, através de um almoço construído com ingredientes da cultura local chefiado por cozinheiras tradicionais da comunidade.

**OBJETIVO:** Compartilhar os saberes das matriarcas da comunidade, levando em consideração que o alimento é um importante veículo da cultura quilombola e que além de saborear estes pratos se faz necessário conhecer e registrar a história vinculada a cada um deles.

**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a visita; Reunião com as matriarcas para definição do cardápio e a história de cada prato na história de vida de cada uma delas.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Depoimento das matriarcas sobre os procedimentos de preparo dos alimentos, a origem das receitas, os ingredientes e a importância destes na cultura e na história dos integrantes e da comunidade. Socialização dos sabores locais através da degustação dos pratos presentes no cardápio; Conversa informal com as matriarcas quanto a história do seu território, o valor dos conhecimentos e práticas tradicionais quilombolas guardadas no saber fazer das cozinhas dessa comunidade.

#### 4.5 BIRIBA E CABAÇA

**TEMPO ESTIMADO:** Duas horas de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Varas da árvore de Biriba coletadas nas matas da Cordoaria para construção de berimbaus, usados nas manifestações dos grupos culturais locais. Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

**ROTINA:** Interação dos visitantes com os saberes tradicionais materializados nas manifestações culturais da Cordoaria, através de participação na roda de capoeira, danças e cânticos locais, construção e toque de instrumentos musicais. Os interagentes terão oportunidade de conhecer as características das plantas da biriba (*Eschweilera ovata*) e da cabaça (*Legenaria siceraria*), participando de uma oficina de construção e toque de berimbaus.

**OBJETIVO:** Compartilhar os saberes dos grupos culturais da comunidade, levando em consideração que a capoeira e o samba de roda representam importantes elementos da luta e resistência dos quilombolas, fazendo repercutir os símbolos da identidade ancestral através do jogo dos corpos, da dança, do toque dos instrumentos e dos cânticos entoados na roda.



**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a visita; Reunião com o Grupo de Capoeira Engenho e Grupo de Percussão Tambores de Cordoaria; Definição dos recursos materiais necessários para realização da oficina de berimbaus.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Explicação dos mestres de capoeira e percussão sobre a origem e importância dessas manifestações na história de luta e resistência dos quilombolas; Apresentação dos materiais naturais utilizados para fabricar os instrumentos; Conversa informal sobre as características e diferentes usos das plantas da biriba e de cabaça; Oficina de construção e toque de berimbaus; Apresentação de roda de capoeira e samba de roda com grupos culturais Capoeira Engenho e Tambores de Cordoaria.

#### 4.6 BEIJUS COM HISTÓRIA

**TEMPO ESTIMADO:** Três horas de atividade

**CAPACIDADE DE RECEPÇÃO:** Máximo de trinta interagentes



Técnica tradicional de produzir beijus e outros produtos da gastronomia local derivados do beneficiamento da mandioca. Fonte: pesquisa de campo 2018.

**ROTINA:** Interação dos visitantes com a história de formação do Quilombo através de visita guiada por monitores locais as principais construções simbólicas da comunidade, com conversa informal na varanda do Sr. Francisco Firmino (morador mais antigo), finalizada na casa de Farinha Comunitária para apresentação das técnicas de beneficiamento da mandioca, demonstração da fabricação e degustação dos tradicionais beijus da Cordoaria.

**OBJETIVO:** Compartilhar a história e memória da comunidade, levando em consideração que a forma de morar, os equipamentos de uso comunitário, as formas de trabalho, a gastronomia tradicional e as lembranças narradas pelos moradores são importantes elementos de afirmação identitária e de consciência de uma territorialidade diferenciada.

**PROCEDIMENTOS:** Contato antecipado do visitante com o Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria; recepção, acomodação e acompanhamento dos interagentes durante a

visita; Reunião e definição dos monitores locais; Inventário sobre a história e memória do grupo social; Reunião com beijuzeiras para definir dos recursos materiais necessários para realização da fabricação dos alimentos tradicionais.

**ELEMENTOS DE INTERAÇÃO:** Apresentação pelos monitores locais dos principais símbolos materiais na história da comunidade (Igreja Nossa Senhora de Santana, Antigo Terreiro da Mãe Gertudes; Casa do Senhor Firmino, Associação de Moradores e Casa de Farinha); Explicação sobre a importância dessas referências na perpetuação da memória coletiva do grupo; Visita com conversa informal a casa do Senhor Francisco Firmino; Apresentação dos equipamentos da Casa de Farinha Comunitária com demonstração da fabricação e degustação de beijos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imersão no quilombo é um instrumento de socialização do conhecimento, de forma que o modo de vida tradicional seja experimentado pelos visitantes da comunidade, vivenciando atividades específicas do grupo social, levando em consideração o saber local para construção de aprendizagens condizentes com um modo de vida socialmente mais justo e igualitário, bem como, ambientalmente sustentável. Essa proposta de interação entre moradores do Quilombo de Cordoaria e visitantes permite aos interagentes processos de sensibilização quanto à adoção de práticas cotidianas pautadas no princípio da alteridade e do cuidado com os recursos naturais. Aos sujeitos sociais da comunidade permite a oportunidade de ser agente transformador da sua realidade, potencializar o conhecimento tradicional e movimentar a economia local. Com isso, moradores e visitantes compartilham aprendizados que possam ressignificar suas visões de mundo, contribuindo a formação de cidadãos mais críticos, responsáveis e participativos nas decisões de interesse coletivo.

## 6. REFERÊNCIAS

**ALVES**, Ana Paula Aparecida Ferreira; **TOMASI**, Tanize; **SAHR**, Cicilian Luiza Löwen. **A perspectiva etnográfica na identificação e caracterização de elementos cotidianos de uma comunidade quilombola**. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.3, n.7, p.79-100, out. 2011. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n7/6.pdf>>. Acesso em: 11. fev. 2020.

**BLENGINI**, I.A.D.; **LIMA**, L.B.; Silva, I.S.M.; **RODRIGUES**, C. **Trilha interpretativa como proposta de Educação Ambiental: um estudo na RPPN do Caju (SE)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.12, n.1, fev/abr 2019, pp.142-161. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/331562620\\_Trilha\\_interpretativa\\_como\\_proposta\\_de\\_Educacao\\_Ambiental\\_um\\_estudo\\_na\\_RPPN\\_do\\_Caju\\_SE\\_Revista\\_Brasileira\\_de\\_Ecoturismo\\_2019](https://www.researchgate.net/publication/331562620_Trilha_interpretativa_como_proposta_de_Educacao_Ambiental_um_estudo_na_RPPN_do_Caju_SE_Revista_Brasileira_de_Ecoturismo_2019)>. Acesso em: 07. out. 2019.

**BRASIL**, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Institui sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em : 31. out. 2019.

**CASTRO** Vivian Maitê; **ALEXANDRE** Wanessa; **VASCONCELOS** Saullo Farias; **SILVA** Lígia M. Tavares da. **Ação Griô Nacional: a tradição oral na educação formal**. 2016, Documento digital Disponível em: <<https://slidex.tips/download/aao-grio-nacional-a-tradiao-oral-na-educaao-formal-resumo#>>. Acesso em: 11. fev. 2020

**FREITAS**, Cilene de Souza Silva. **Trilhas Ecológicas Educativas em espaços não formais no Parque Natural Municipal do Curió – Paracambi, RJ**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em <<http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgeducimat/files/2018/04/Cilene-de-Souza-Silva-Freitas.pdf>>. Acesso em: 07. out. 2019.

**LIRA**, Selma Cristina de Jesus Silva. **Trilha Ecológica Interpretativa no Parque Ecológico no campus da UCSal em Pituacu: Salvador-Bahia**. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental do Programa de Pós Graduação em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador, 2016. Disponível em: <[bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1\\_fcd512b9feca5d6404f](bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_fcd512b9feca5d6404f)>. Acesso em: 07. out. 2019.

**MARTINS**, Sonia Mara Guedes. **As trilhas ecológicas como ferramenta para vivências socioambientais na serra de Tepequém/RR: percepções de frequentadores, moradores e educadores**. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Univales. Programa de Pós-Graduação em ensino de Ciências Exatas. Boa Vista, 2014. Disponível em <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/489/1/2014SoniaMaraGuedesMartins.pdf>>. Acesso em: 07. out. 2019.

**MOTA**, Ivo de Sá. **Trilhas ecológicas: metodologias e ferramentas de Comunicação para a Educação Ambiental**. Projetos Embrapa, documento digital. 2010. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/7761/trilhas-ecologicas-metodologias-e-ferramentas-de-comunicacao-para-a-educacao-ambiental>>. Acesso em: 03. out. 2019.

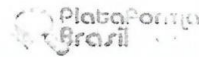
**MATHEUS**, André. **Desenvolvendo o Projeto “Turismo Quilombola” nas Comunidades remanescentes de quilombo**. Matéria jornalística, 09. dez. 2019. Disponível em: <<https://avozdacidade.com/wp/desenvolvendo-o-projeto-turismo-quilombola-nas-comunidades-remanescentes-dos-quilombos/>>. Acesso em: 27. jan. 2020.

**OLIVEIRA**, Jamison Barbosa de. Guia Didático Colaborativo de Trilha Interpretativa. Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB, 2018. Disponível em: <[https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6886/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_JamisonOliveira\\_PR\\_OFICIAMB.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6886/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JamisonOliveira_PR_OFICIAMB.pdf)>. Acesso em: 08. fev. 2020.

## Anexo A

# Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética para a Pesquisa da UCSAL

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Quilombo de Cordoaria: Valorização das Atividades Agroecológicas para Conservação da Mata Atlântica

**Pesquisador:** SANDRO ARAUJO DE SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 99000918.4.0000.5628

**Instituição Proponente:** ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.967.414

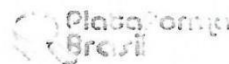
#### Apresentação do Projeto:

O presente trabalho visa através da pesquisa-ação, demonstrar quais as contribuições das atividades agroecológicas desenvolvidas no Remanescente Quilombola de Cordoaria para a conservação da Mata Atlântica, no Litoral Norte da Bahia, no período atual, anos 2018 a 2020. A partir dessa premissa básica, o estudo se desdobrará na análise das práticas agrícolas depredadoras do meio ambiente, distinguindo-as da agroecologia como modalidade conservacionista e sustentável de uso e cultivo da terra e de seus recursos, reduzindo os custos de produção, minimizando o uso de insumos caros, melhorando as condições de vida das famílias agricultoras, particularmente aquelas mais pobres. A ênfase e fundamentação teórica, portanto, será para as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos quilombolas, frente ao agronegócio, para manutenção da sustentabilidade sociocultural e ambiental. O projeto traz a hipótese de que: a medida que se valorize a agricultura tradicional praticada na comunidade de remanescente quilombola assegure-se meios para a conservação do Bioma de Mata Atlântica.

Quanto ao método, os autores definem como um estudo exploratório de caráter descritivo, empregando a estratégia da pesquisa-ação associando os conhecimentos teóricos -referenciais com a realidade da população composta por 300 famílias residentes no Quilombo de Cordoaria. Serão realizadas entrevistas com o(a) chefe de cada família, segundo a técnica bola-de-neve. Nesse caso, o contato inicial vai Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria.

**Endereço:** PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589  
**Bairro:** PITUACU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer 2.967.414

(GAAQC), para o acesso a outros agricultores que indicarão outros, sucessivamente, até se atingir o universo total da pesquisa. Tendo em vista avaliar as duas variáveis: Quais moradores desenvolvem agricultura de base sustentável integradas à Mata Atlântica e quais moradores desenvolvem outras atividades econômicas. Tratando-se de uma população específica, cuja auto identificação, enquanto remanescentes quilombolas, envolve questões étnicas, culturais e territoriais, difíceis de identificar, optou-se por essa metodologia de pesquisa. Necessitando, portanto, de submissão ao Comitê de Ética da Universidade Católica do Salvador.

Este estudo exploratório ainda envolverá rigorosa análise documental e bibliográfica, entrevistas e observação participante, avaliando qualitativamente as formas de integração entre as práticas cotidianas dos agricultores pesquisados, em atendimento às dimensões e princípios da agroecologia para um manejo adequado à conservação do ambiente natural da Mata Atlântica. Para tanto, será investigado entre os agricultores, o atendimento as oito

recomendações para uma agricultura sustentável, propostas por Altieri (1989) e Gliessman (2002):

- 1 - Baixa dependência de inputs comerciais;
- 2 - Uso de recursos renováveis localmente acessíveis
- 3 - Utilização de impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local;
- 4 - Aceitação e tolerância do agroecossistema às condições locais
- 5 - Manutenção do sistema agrícola, a um longo prazo;
- 6 - Preservação da diversidade biológica e cultural;
- 7 - Utilização do conhecimento e da cultura da população local;
- 8 - Produção para o consumo interno, antes de produzir para exportação.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Realizar uma pesquisa quanto às práticas agrícolas desenvolvidas no Remanescente Quilombola do Cordoaria, identificando as relações com bioma da Mata Atlântica, que possam ser consideradas sustentáveis e conservacionistas dos recursos naturais, no período atual, anos 2018 a 2020.

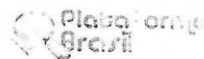
**Objetivos Secundários:**

I - Caracterizar as práticas agrícolas distinguindo a agricultura tradicional da agroecologia quanto à utilização dos recursos naturais e manutenção da biodiversidade.

II - Comparar as atividades agrícolas tradicionais dos remanescentes quilombolas com a

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589  
 Bairro: PITUACU CEP: 41.740-090  
 UF: BA Município: SALVADOR  
 Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer 2.967.414

preservação do ambiente Mata Atlântica.

III - Analisar a cadeia produtiva dos gêneros agroecológicos produzidos localmente, quanto a distribuição e aceitação pelo mercado consumidor.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os autores afirmam que o risco é "encontrar na pesquisa formas de cultivo convencionais, que não se caracterizam na modalidade de agricultura sustentável".

Benefícios: Levar conhecimentos a respeito dos meios técnicos que assegurem a comunidade preservar seus costumes e tradições como remanescentes quilombolas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa está bem redigida com objetivos e métodos claros. A princípio o método apresentado para o desenvolvimento da pesquisa não expõe os participantes a nenhum dano ético. As perguntas feitas no questionário são direcionadas apenas as questões vinculadas ao uso da terra.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

**Recomendações:**

Como sugestão, ajustar o TCLE com uma "linguagem" mais simples para facilitar o entendimento por parte dos participantes da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em reunião do colegiado, ocorrida em 17/10/2018, fica deliberado que o Projeto está aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1215853.pdf	12/09/2018 19:55:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.docx	12/09/2018 19:52:33	SANDRO ARAUJO DE SOUZA	Aceito
Orçamento	Orçamento_texto.doc	12/09/2018 19:49:35	SANDRO ARAUJO DE SOUZA	Aceito
Brochura Pesquisa	Questionario_TEXTO.doc	12/09/2018	SANDRO ARAUJO	Aceito

Endereço: PROFESSOR PINTO DE AGUIAR - 2589

Bairro: PITUACU

CEP: 41.740-090

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

Fax: (71)3203-8975

E-mail: cep@ucsal.br



## Anexo B

### Carta de apresentação do pesquisador à comunidade



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação  
Programa de Pós-graduação em Planejamento Ambiental  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

Salvador, 30 de agosto de 2018.

À

Excelentíssima Senhora Diretora do GAAQC (Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria)

Sr<sup>a</sup>. Maria Cristina de Santana dos Santos

Vimos apresentar a Vossa Senhoria **Sandro Araújo de Souza**, aluno do curso de **Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**, turma 2018, no sentido de solicitar autorização para realização de uma pesquisa, que será desenvolvida e realizada na GAAQC (Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria). A referida pesquisa é de caráter qualitativo através da aplicação de questionários e visitas aos produtores rurais, e tem como objetivo investigar a realidade da produção agrícola tradicional de base familiar e sustentável, como meios para conservar as tradições quilombolas e o ecossistema da Mata Atlântica.

Salientamos que a pesquisa supracitada é parte do Projeto de Pesquisa do aluno com o tema: *Valorização das Atividades Agroecológicas para a Conservação da Mata Atlântica*, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristina Maria Macêdo de Alehcar.

Agradecemos imensamente a atenção dispensada e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Moacir Santos Tinoco  
Coordenador

*Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental*



Mestrado Profissional em  
Planejamento Ambiental

## Anexo C

### Carta de aceitação da comunidade para execução da pesquisa

GRUPO DE AÇÃO E ASSISTÊNCIA AO QUILOMBO DE CORDOARIA – GAAQC

Povoado de Cordoaria – Zona Rural - Distrito de Vila de Abrantes  
CEP: 42.840.000 – Camaçari-Ba

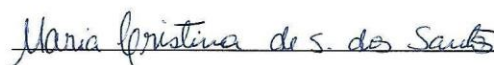
Vila de Abrantes, 10 de setembro de 2018.

Ao

Excelentíssimo Senhor Coordenador do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental – Universidade Católica do Salvador (UCSAL)  
Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco

Informamos que o estudante, **Sandro Araújo de Souza** do curso de **Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental**, da Universidade Católica do Salvador, turma 2018, apresentou-se perante nossa representação comunitária com o pedido para desenvolver pesquisa de campo entre os moradores locais. Assim, aceitamos e concordamos com a pesquisa, cujo objetivo é valorização das práticas agroecológicas desenvolvidas em nossa comunidade como forma de preservação das tradições, modo de vida e do ambiente local.

Tendo em vista que o referido estudo pretende identificar as tradições quilombolas através da realidade dos agricultores familiares, valorizando e divulgando a produção e o modo de vida sustentável da nossa comunidade, consideramos a pesquisa viável aos nossos valores. Portanto, apresentaremos o estudante de mestrado aos moradores, a fim de que possa visitar as propriedades, participar de atividades do cotidiano rural, aplicar entrevistas e realizar os registros orais, escritos e fotográficos necessários ao seu estudo.



Maria Cristina de Santana dos Santos  
Diretora

Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria - GAAQC



## Anexo D

### Termo de Consentimento para a pesquisa voluntária

#### TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA VOLUNTÁRIA

Prezados senhores/senhoras,  
Vocês estão sendo convidados a participarem, como voluntários, de uma pesquisa que tem como título provisório: **Valorização das Atividades Agroecológicas para Conservação da Mata Atlântica**. A pesquisa em questão será desenvolvida na Comunidade do Remanescente Quilombola de Cordoaria, Zona Rural do Distrito de Vila de Abrantes, Município de Camaçari-Ba, CEP 42.840.000. Realizada pelo estudante de mestrado Sandro Araújo de Souza, sob a orientação da Prof. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar, fazendo parte do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Para a coleta de dados/informações será aplicado um questionário com o(a) senhor(a). O questionário compreenderá perguntas relacionadas às formas de produção agrícola desenvolvidas em sua propriedade rural, com duração aproximada de 40 minutos. Ao decidir participar deste estudo esclareço que: Caso não se sinta à vontade com alguma questão do questionário, o (a) senhor (a) poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos, necessitando de prévia autorização no uso de seu nome, imagem e conteúdo desta entrevista. Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo. Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa, o (a) senhor (a) será ressarcido (a).

O estudo apresenta benefícios aos participantes, pois pretende contextualizar o conhecimento da utilização e beneficiamento do modo de vida tradicional dos remanescentes quilombolas com a preservação da Mata Atlântica, uma dimensão de planejamento e da formulação de políticas públicas direcionadas à valorização das comunidades tradicionais. Esta pesquisa implica em risco mínimo aos participantes, uma vez que ela se propõe em coletar apenas percepções e preferências dos mesmos quanto às questões socioambientais na comunidade referenciada acima, mas se ainda assim o participante não se sinta à vontade em responder a entrevista, poderá deixar de respondê-la sem que isso implique em qualquer prejuízo.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o (a) senhor (a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização. Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o (a) senhor (a) e a outra com a pesquisadora. Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por telefone ou pelo endereço:

Sandro Araújo de Souza  
Telefone: (71) 98258-8598 ou através de email: sandrouza@gmail.com  
Universidade Católica do Salvador - Programa de Pós-graduação em Planejamento no Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) - Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituçu, Salvador-BA, CEP 41740-090, ou em caso de querer algum esclarecimento ético entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL, que é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões éticos. na Av. Cardeal da Silva, 205, Federação, Salvador-BA, CEP 40231-292, telefone (71) 3203-8913, segunda a sexta-feira da 08h às 12h e das 13h às 17h.

Eu, EDUARDO COSTA REIS aceito, voluntariamente, o convite de participar desta pesquisa, autorizando o uso da imagem e do conteúdo desta entrevista para fins de trabalho científico, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: CORDOARIA, 26 MARÇO DE 2019  
Assinatura do participante: EDUARDO COSTA REIS  
Assinatura da pesquisadora: Sandro Araújo de Souza

## ANEXO E

### Roteiro semiestruturado de pesquisa



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental  
Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental

#### Pesquisa de Campo na Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria

Nome do entrevistado: MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS REIS  
Idade: 49 Sexo: F Tempo de residência na comunidade: 49 Nº de membros/família 10

#### 1. Sentido e sentimento de pertencimento ao lugar:

- O que significa ser da Cordoaria para o Senhor (a)? \_\_\_\_\_
- Considera que ser da Cordoaria é ser quilombola? Por quê? \_\_\_\_\_
- Qual a importância da comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo? \_\_\_\_\_
- Pensa em sair da roça e morar em outro lugar? Por quê? \_\_\_\_\_

#### 2. Regime de propriedade, relação com a terra e dimensões simbólicas do território:

- Considerada a propriedade como individual (particular) ou compartilhada com parentes e vizinhos da comunidade?
- Quais áreas do terreno são utilizadas para fazer as plantações? Por quê?
- O que planta? Quem participa do trabalho na roça?
- O que é feito com o produto gerado na roça?
- Obtém produtos somente através do que é plantado? Ou realiza coleta na mata, pesca e/ou outros (as).
- Todo rendimento da família vem do trabalho na roça? Existem outras formas de trabalho?

#### 3. Procura por autonomia cultural:

- O que faz da Cordoaria um lugar em especial, diferenciado de outras comunidades?
- Qual a memória se tem do início dessa forma de viver dos moradores da Cordoaria?
- Considera que essa memória está preservada? Por quê?

#### 4. Práticas adaptativas sustentáveis na utilização dos recursos naturais:

- Qual a importância do ambiente natural da mata e dos rios para a comunidade?
- Considera que estão preservados? Por quê?
- O ambiente natural mata e rios, ainda consegue fornecer recursos para a comunidade?
- Como esses recursos da mata e dos rios são obtidos?

#### 5. Formas de cogestão do território:

- Quais as vantagens em ser morador da Cordoaria? E as dificuldades?
- Existem programas/projetos do poder público que garantem a continuidade da tradição rural na comunidade? E do cuidado e proteção do ambiente natural?
- Para que a tradição rural da Cordoaria não desapareça, o que necessita ser feito?